



## RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 224735 - 2ª PARTE

### 1 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA

#### 1.1 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - URBANA

##### 1.1.1 ASSUNTO - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

###### 1.1.1.1 INFORMAÇÃO: (019)

Trata-se de análise da execução da Ação de Governo 0132 - Pagamento de Aposentadoria - Área Urbana, incluída no Programa 0083 - Previdência Social Básica, cujo órgão responsável é o INSS, sob aspectos de legalidade, eficiência e eficácia.

As ações relativas a "pagamento de aposentadorias", contidas no programa Previdência Social Básica - 0083, visam garantir ao segurado do Regime Geral de Previdência Social os benefícios previstos na legislação, uma vez cumprida a carência e as condições exigidas para aposentadoria por tempo de contribuição, idade e invalidez.

As metas físicas e financeiras da Ação 0132 para o ano de 2008 estão descritas na tabela a seguir.

Ação 0132 - Aposentadoria Urbana (dados 2008)			
Meta física	8.595.894	benefícios em	manutenção
Meta financeira	R\$ 99.502.339.433,00		

A fim de realizar avaliação quantitativa da meta financeira relativa à Ação 0132, verificamos que houve execução próxima a 100% da meta, conforme se verifica na tabela a seguir.

Execução da Ação 0132 - Aposentadoria Urbana		
Dotação Autorizada	Despesas Executadas	% das Despesas Executadas do Programa
93.402.339.433,00	93.245.141.349,00	99,83

Fonte: SIGPlan

A Ação 0132 tem como forma de implementação o pagamento aos beneficiários, por meio da rede bancária, com o provisionamento ao Banco do Brasil, cabendo a este efetuar a descentralização dos recursos à rede bancária para o conseqüente pagamento ao segurado, nas modalidades de depósito em conta corrente ou cartão magnético.

**1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (083)****FALHAS NO GERENCIAMENTO DAS AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Com o objetivo de avaliar, qualitativamente, a execução da Ação 0132, foram realizadas as auditorias de acompanhamento n°s 216878 (Paulista/PE), 216882 (Campo Maior/PI), 216890 (Teresina/PI), 216898 (Cristino Castro/PI), 216905 (Bayeux/PB), 216909 (Tambauzinho/PB), 216913 (João Pessoa Centro/PB), 216917 (Rio Tinto/PB), 216925 (Goiânia/GO), 216936 (SP Centro/SP), 216907 (Planaltina/DF), 216903 (Gama/DF), 211975 (Campo Grande/MS) e 217411 (Dourados/MS), no período de 1° de setembro a 12 de dezembro de 2008, estando a consolidação dos resultados obtidos na Nota Técnica n° 2.657, encaminhada ao INSS por meio do Ofício 41.857/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 26/12/2008.

As constatações evidenciadas durante os trabalhos de auditoria foram classificadas em 13 grupos distintos, de acordo com a fase do processo de concessão a que se referem, a saber:

- Análise de Benefícios;
- Manutenção/Monitoramento Operacional
- Jornada de Trabalho;
- Acesso aos Sistemas;
- Emissão de PABs;
- Pesquisas e Diligências;
- Recurso;
- Represamento;
- Revisão;
- Capacitação de Servidores;
- Acumulação de cargos sem compatibilidade de horários;
- Atendimento;
- Arquivos.

Acerca do quantitativo de constatações por grupo, segue tabela com os itens relacionados por Município auditado, que totalizam 68 constatações enquadradas nas categorias anteriormente definidas:

Tabela - Tipo de Constatação por Município/UF

Procedimentos previstos	Constatações por UF														constatações por item	Itens analisados	%
	PE	PI			PB				GO	SP	DF		MS				
	Paulista 216878	Campo Maior 216882	Teresina 216890	Cristino Castro 216898	Bayeux 216905	Tambauzinho 216909	João Pessoa Centro 216913	Rio Tinto 216917	Goiânia 216925	SP Centro 216936	Planaltina 216907	Gama 216903	Campo Grande 211975	Dourados 217411			
Análise de Benefícios	S	N	S	S	N	N	N	N	N	S	S	S	-	-	6	12	50%
Manutenção/Monitoramento Operacional	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	-	-	1	12	8%
Jornada de Trabalho	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	14	14	100%
Acesso aos Sistemas	S	-	N	N	N	-	N	N	N	S	N	N	-	-	2	10	20%
Emissão de PAB's	S	N	-	-	-	-	N	-	N	N	-	-	-	-	1	5	20%
Pesquisas e Diligências	S	N	S	S	-	S	S	S	N	S	S	S	-	-	9	11	82%
Recurso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S	-	-	-	1	1	100%
Represamento	S	N	N	N	S	N	N	N	N	S	S	S	-	-	5	12	42%
Revisão	-	N	-	-	-	-	-	-	-	S	S	S	-	-	3	4	75%
Capacitação de Servidores	N	N	-	N	N	N	N	S	N	S	S	N	-	-	3	11	27%
Arquivos	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	-	-	11	12	92%
Acumulação de cargos sem compatibilidade de horários	S	-	-	N	-	-	-	-	S	-	S	S	S	S	6	7	86%
Atendimento (Fila virtual)	S	N	S	S	N	N	N	N	N	S	S	S	-	-	6	12	50%
Total															68	123	55%

Legenda: S= houve constatação N= não houve constatação

As categorias de constatações mais consignadas nos Relatórios também foram relacionadas, por índice de frequência, na Tabela 04. Cabe lembrar que este é um índice relativo, pois leva em consideração o percentual de execução do procedimento. Note-se que estão entre os mais citados dois tipos de constatação: Jornada de Trabalho (que pode referir-se tanto ao não registro de horário de trabalho na Folha de Ponto quanto - com mais frequência - ao fato de os servidores não cumprirem a carga horária estabelecida em lei) e Recurso. Em segundo lugar está o procedimento relativo a Arquivo, que foi executado em 12 OS's e gerou constatação em 92% dos relatórios.

Tabela - Percentual de Constatações por Item

Procedimentos previstos	Constatações por item	Itens analisados	% de constatações por item
Jornada de Trabalho	14	14	100%
Recurso	1	1	100%
Arquivos	11	12	92%
Acumulação de cargos sem compatibilidade de horários	6	7	86%
Pesquisas e Diligências	9	11	82%
Revisão	3	4	75%
Análise de Benefícios	6	12	50%
Atendimento (Fila virtual)	6	12	50%
Represamento	5	12	42%
Capacitação de Servidores	3	11	27%
Acesso aos Sistemas	2	10	20%
Emissão de PAB's	1	5	20%
Manutenção/Monitoramento Operacional	1	12	8%
Total	68	123	55%

Descrição detalhada sobre o tipo de irregularidade/falha encontrada nas OS executadas até o momento encontra-se a seguir:

=> Jornada de Trabalho: Falhas no registro de ponto e descumprimento de jornada de trabalho por servidores;  
=> Arquivo: falta de registro de entrada/saída de documentos e instalações inadequadas;  
=> Pesquisas e Diligências: represamento de Pesquisas e Diligências;  
=> Análise de Benefícios: falhas de formalização dos processos e falta de documentação comprobatória da legalidade da concessão;  
=> Atendimento (Fila Virtual): existência da "fila virtual", com prazos de agendamentos superiores a 30 dias e falhas no gerenciamento do atendimento;  
=> Represamento: existência de represamento de benefícios, com prazos de concessão superiores a 45 dias;  
=> Acumulação de Cargos sem compatibilidade de horários: acumulação de cargos, basicamente por parte dos peritos-médicos, acima da carga horária definida pela AGU (60 horas semanais);  
=> Revisão: represamento de processos de revisão de benefícios por mais de 30 dias;  
=> Capacitação de Servidores: falhas no planejamento de capacitação de servidores ou insuficiência no quantitativo de treinamentos disponibilizados/tempo;  
=> Acesso aos Sistemas: existência de servidores não pertencentes ao quadro de servidores ativos da APS cadastrados com "status" ativo em

sistemas de concessão e outras falhas existentes no sistema;  
=> Manutenção/Monitoramento Operacional: Inexistência ou insuficiência de procedimentos para a correção de benefícios com indícios de fraudes apontados por órgãos de controle externo e interno(TCU, CGU) e pela Auditoria do INSS;  
=> Emissão de PABs: emissão de PABs sem atendimento aos critérios estabelecidos em normas e normativos internos;  
=> Recurso: represamento de processos de recursos.

De modo resumido, os resultados obtidos nas 14 OS's concluídas evidenciam o que segue:

a) Em 50% das APSs em que o item foi analisado o agendamento para o usuário do INSS ainda é demorado, com "filas de espera" virtuais nos diversos serviços da alçada da entidade;

b) Os servidores do INSS (tanto analistas/técnicos da previdência social quanto os médicos-peritos) não cumprem carga horária estabelecida em lei, o que contribui, em grande parte, para a demora no agendamento dos atendimentos requeridos pela população e os diversos tipos de represamento detectados. Em 100% das auditorias foram detectados problemas - 5 relacionados a falhas no registro da Folha de Ponto e 10 relacionados a descumprimento de carga horária, totalizando 15 constatações nesta categoria (ponto analisado em item específico deste relatório);

c) Os processos referentes aos benefícios concedidos não atendem aos normativos internos quanto à formalização e/ou quanto à comprovação de cumprimento das determinações legais, o que denota fragilidades do processo de concessão, por estar sujeito a falhas, erros ou condutas desviantes, sem que haja um mecanismo de controle interno eficiente, nas APS's, para corrigir tais ações,fato verificado em 50% dos casos analisados;

d) Os pedidos de Pesquisas ou Diligências realizados pelos concessionários têm sua execução demorada e não há um monitoramento sistemático das pesquisas e diligências solicitadas por parte das chefias, em 82% das APS auditadas, o que provoca demora na concessão e contribui diretamente para o represamento dos processos;

e) Há represamento na concessão de benefícios superiores a 45 dias em 42% dos procedimentos realizados, como resultado de diversas falhas, dentre elas a demora na realização de pesquisas e diligências, conforme evidenciado anteriormente;

f) Há represamento, ainda, na área de Revisão de Benefícios (75%) e Recursos de Benefícios (100%) nas APSs, em que estes itens foram analisados. Em grande parte das justificativas encaminhadas, o fato se deve a "acúmulo de serviço" e "falta de servidores" o que, conforme constatado, tem origem no descumprimento da totalidade do horário estabelecido em Lei pelos servidores;

g) Há acúmulo de cargos públicos em desacordo com o texto constitucional e determinações da AGU, que estabelece limite máximo de carga horária semanal de 60 horas, o que vem trazendo prejuízos para a execução das atribuições do cargo ocupado junto ao INSS por parte dos peritos médicos, em 80% das APS, em que esta questão foi analisada. As análises realizadas nas GEX de Campo Grande e Dourados identificaram um quantitativo significativo de servidores com acúmulo de cargos, sem demonstração de compatibilidade de horários, conforme manda a

Constituição (ponto analisado em item específico deste relatório);

h) Os arquivos do INSS padecem da falta de controle de entrada e saída de documentos, o que traz um grande risco ao resguardo do direito dos beneficiários, já que esta documentação servirá como embasamento para futuros questionamentos que venham a ser realizados acerca da legalidade dos benefícios concedidos, aliado ainda à falta de adequação das instalações físicas reservadas à guarda dessa documentação em 100% das APSs auditadas.

As constatações consideradas demonstram haver problemas na totalidade das Agências auditadas contempladas com recursos da Ação de Governo 0083 - Previdência Social Básica, no processo que envolve a concessão de benefícios previdenciários.

**CAUSA:**

A causa para o fato apontado reside em deficiências nos controles internos nas APS's.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O gestor ainda não se manifestou sobre o assunto referente à Nota Técnica nº 2.657, acerca de auditorias de acompanhamento realizadas nas APSs do INSS.

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Tendo em vista os fatos observados, no que tange às auditorias de acompanhamento realizadas nas APSs, relacionados na Nota Técnica Nº 2.657, e considerando os prejuízos ocasionados ao público alvo, representado por mais de 40 milhões de contribuintes, impõe-se a apreciação da questão para que sejam adotadas medidas efetivas para o saneamento dos problemas verificados, bem como o acompanhamento contínuo dos resultados obtidos por todos os níveis do Controle - Administrativo, Interno e Externo.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a Diretoria de Benefícios implemente controles com vistas à diminuição dos prazos de agendamento e do cumprimento dos prazos para a concessão, revisão e recursos de benefícios, bem como cumprimento tempestivo de pesquisas e diligências.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Diretoria de Benefícios aperfeiçoe os controles internos acerca dos procedimentos de concessão de benefícios.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Que o INSS torne mais efetivos os controles existentes acerca da guarda de documentos no interior das APS auditadas e adeque as suas instalações físicas dedicadas ao Arquivo às suas reais necessidades.

**1.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (084)**

FALHAS NO REGISTRO E MONITORAMENTO DO SISOBÍ, ENSEJANDO A MANUTENÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIOS

A CGU utiliza o Programa de Fiscalizações por Sorteio Público para a verificação de pagamentos de aposentadorias a beneficiários acima de 75 anos, bem como para a certificação de que os cartórios estão enviando regularmente as informações de óbitos ao INSS, e se este está registrando tempestivamente essas informações no SISOBÍ.

Foram realizados em 2008 os 26º e 27º Sorteio de Fiscalização de Municípios. Os resultados destas Fiscalizações foram consolidados nas seguintes Notas Técnicas: Nota Técnica nº 717/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR de 24 de março de 2009, encaminhada pelo Ofício nº 8008/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR de 24 de março de 2009 (referente ao 27º Sorteio); Nota Técnica nº 2542/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR de 18 de dezembro de 2008, encaminhada pelo Ofício nº 41284/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 19 de dezembro de 2008 e Nota Técnica nº 120/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR de 21 de janeiro de 2009, encaminhada pelo Ofício nº 1582/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR de 26 de janeiro de 2009 (referentes ao 26º Sorteio).

Em relação aos pagamentos de aposentadorias a beneficiários acima de 75 anos, o trabalho refere-se ao Programa 0083 - Previdência Social Básica e contempla as ações de pagamento de aposentadorias, aposentadorias especiais e pensões, que têm por objetivo garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei. As hipóteses testadas foram: os dados dos beneficiários estão corretos ou não; o sistema de óbito está cumprindo o seu papel; o beneficiário está vivo ou morto e se o processo de manutenção dos benefícios está adequado.

Quanto aos cartórios, foram confrontadas as informações de óbitos registradas no livro C dos Cartórios com os dados constantes do Sistema de Óbito - SISOBÍ do INSS. As hipóteses que foram verificadas são as seguintes: a) funcionam adequadamente os sistemas de óbitos e de benefícios, com as devidas críticas e operações; b) as Gerências-Executivas do INSS alimentam e cobram as informações de óbito de acordo com os prazos determinados em lei; c) os cartórios informam com qualidade/tempestividade às Gerências-Executivas/site do INSS os óbitos ocorridos; e d) as Gerências-Executivas adotam as providências determinadas pela lei, quando da ocorrência de descumprimento por parte dos cartórios.

#### PROGRAMA DE FISCALIZAÇÕES POR SORTEIO PÚBLICO - 26º SORTEIO

Os trabalhos de auditoria referentes a cartórios foram descentralizados, no 26º Sorteio, em ações de controle para 41 municípios. Como se pode observar no demonstrativo das inconsistências a seguir, 58,54% do total dos municípios fiscalizados apresentaram impropriedades na gestão dos cartórios/agências do INSS:

DESCRIÇÃO DAS IMPROPRIEDADES	QTD.	%
a) Divergências entre os dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório.	15	36,59
b) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBÍ.	18	43,9
c) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBÍ e não tem no Livro C.	3	7,32
d) O Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS.	1	2,44
e) Entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei.	4	9,76
<b>Total de municípios que apresentaram impropriedades da gestão dos Cartórios/Agências do INSS.</b>	<b>24</b>	<b>58,54</b>

Com o objetivo de verificar se as inconsistências apontadas nos Relatórios de Fiscalização/CGU Regionais - 26º sorteio geraram pagamentos indevidos de benefícios, esta DPPAS realizou pesquisa no Sistema de Benefício - SISBEN, no Sistema de Óbitos - SISOBÍ e no CNIS, em dezembro/2008, sendo constatado que dos 145 benefícios analisados, 9 geraram pagamentos indevidos após o óbito do beneficiário, num montante de R\$ 35.360,87, tendo em vista terem sido

cessados intempestivamente ou ainda estarem ativos, necessitando de providências para a sua regularização e, se for o caso, adoção de medidas com vistas à apuração de responsabilidades.

Em relação ao pagamento de aposentadorias a beneficiários acima de 75 anos, dos 79 municípios contemplados no 26º sorteio, apresentamos informações relativas a 38 municípios sorteados. Cabe esclarecer que, de uma amostra inicial de 773 beneficiários, foram efetivamente fiscalizados 716 beneficiários.

As principais situações encontradas foram as seguintes:

Item	Descrição das Situações	Nº beneficiários	% incorreções cadastrais	Prejuízo apurado
A	Beneficiário localizado, dados cadastrais incorretos	146	20%	-
C	Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrado no SISOBÍ - Pagamento Ativo	03	0,42%	-
F	Beneficiário morto, registrado no SISOBÍ, Pagamento Ativo	02	0,28%	-
G	Beneficiário morto, cessado/suspensão, com pagamento após o óbito	02	0,28%	R\$ 29.304,12
J	Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento cessado/suspensão	03	0,42%	-
K	Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento ativo.	45	6,28%	-
	<b>TOTAL</b>	<b>201</b>	<b>28%</b>	

O valor total pago após o óbito a pessoas que já faleceram, mas que ainda permanecem ativas e com registro de óbito no Sistema INFBEN, perfaz um total de R\$ 29.304,12 (vinte e nove mil, trezentos e quatro reais e doze centavos). Tratam-se de benefícios que necessitam de providências para que sejam cessados e/ou os valores recuperados.

Cabe salientar que o valor mensal pago a beneficiários não localizados na amostra elaborada por esta SFC perfaz um total de R\$ 38.414,17 (trinta e oito mil, quatrocentos e catorze reais e dezessete centavos).

#### PROGRAMA DE FISCALIZAÇÕES POR SORTEIO PÚBLICO - 27º SORTEIO

Dos 81 municípios contemplados no 27º sorteio, apresentamos informações relativas a 40 municípios sorteados, no tocante ao pagamento de aposentadorias a beneficiários acima de 75 anos. As principais situações encontradas foram as seguintes:

Item	Descrição das Situações	Nº beneficiários	% incorreções cadastrais	Prejuízo apurado R\$
A	Beneficiário localizado, dados cadastrais incorretos	42	10,4%	-
C	Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrado no SISOBÍ - Pagamento Ativo	2	0,5%	-
D	Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrada no SISOBÍ - Pagamento cessado/suspensão	1	0,2%	-
G	Beneficiário morto, cessado/suspensão, com pagamento após o óbito	1	0,2%	1.155,32

Item	Descrição das Situações	Nº beneficiários	% incorreções cadastrais	Prejuízo apurado R\$
I	Beneficiário morto, certidão de óbito localizada e não registrada no SISOBI - Pagamento ativo	1	0,2%	(*)
J	Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento cessado/suspensão	1	0,2%	-
K	Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento ativo.	30	7,4%	-
	<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>19,4% (**)</b>	

(\*) No município de Afonso Cunha/MA, o beneficiário **NB 0905967186** possui registro de óbito constante do Livro 'C', mas sem registro no SISOBI, com pagamento ATIVO, mas sem saque desde a data de óbito, que ocorreu em 30/10/2008.

(\*\*) Base de cálculo: Nº beneficiários com impropriedades (78) / Total da amostra (403 beneficiários)

O valor total pago após o óbito a uma pessoa já falecida, que ainda permanece ativa e com registro de óbito no Sistema INFBEN, perfazia um total de R\$ 1.155,32 (um mil e cento e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Trata-se de benefício que necessita de providências para que seja cessado e/ou o valor recuperado.

Destacamos que o último valor mensal pago a beneficiários não localizados na amostra elaborada por esta SFC, perfazia um total de R\$ 13.607,77 (treze mil e seiscentos e sete reais e setenta e sete centavos).

#### **CAUSA:**

Falhas no processo de alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBI, falhas no monitoramento das informações enviadas pelos cartórios (quantitativa e qualitativa), bem como na fiscalização para cumprimento do disposto no art. 68 da lei nº 8.212/91 e falhas no sistema de óbito e no processo de manutenção dos benefícios previdenciários.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Em relação ao 26º Sorteio, o INSS encaminhou informações fornecidas pela Diretoria de Benefícios por meio dos Ofícios nº 173/INSS/GAB/PRE de 12 de março de 2009 e nº 279/INSS/PRES de 8 de abril de 2009.

Quanto ao 27º Sorteio, o INSS se manifestou por meio do Ofício nº 312/INSS/GABPRE de 17 de abril de 2009.

De forma resumida, tendo em vista o extenso volume de dados encaminhados, as justificativas apresentadas referem-se à realização de Censo Previdenciário, regularização dos pagamentos efetuados indevidamente, e correções de dados cadastrais no sistema SISOBI.

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Conforme as justificativas apresentadas pelo gestor, verificamos que o INSS vem adotando providências corretivas para que sejam cessados os pagamentos dos benefícios detectados como irregulares. No entanto, é importante que o INSS desenvolva mecanismos mais eficientes de controle das concessões de benefícios, buscando uma atuação preventiva para os problemas detectados.

As divergências existentes entre os dados constantes do SISBEN e a realidade verificada "in loco" resultam em prejuízos não apenas aos cidadãos beneficiários do Programa, mas também aos cofres públicos.

Portanto, faz-se necessária a manutenção de mecanismos de atualização



de dados que garantam ao INSS a fidedignidade das informações relativas aos contribuintes.

Além disso, em relação aos Cartórios, as impropriedades demonstradas afetam diretamente a gestão dos mesmos e das Agências do INSS no processo de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, comprometendo a eficácia do Programa de Previdência Social Básica e gerando prejuízos aos cofres da Previdência.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a área de benefício aperfeiçoe suas estratégias de monitoramento acerca dos registros de óbitos no Sistema SISOB, visando verificar a regularidade do envio das informações de óbitos pelos Cartórios, bem como a qualidade das mesmas, com envio das informações sobre as providências adotadas neste sentido a esta CGU, no prazo de 60 dias.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Diretoria de Benefícios encaminhe, a partir dos resultados obtidos por meio das ações de monitoramento e outras, aos Tribunais de Justiça dos Estados, tendo em vista o poder-dever de fiscalização dos Serviços Notariais por força do §1º do art. 236 da Constituição c/c os artigos 37 e 38 da lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, relação dos cartórios que não enviam ao INSS as informações dos óbitos ocorridos nos prazos estabelecidos em norma, com cópia para esta CGU.

#### **1.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (085)**

##### **PAGAMENTOS INDEVIDOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

Foram realizados exames com a finalidade de verificar a ocorrência de falhas de controle, propiciando a efetivação de pagamentos em conjunto de benefícios incompatíveis a um mesmo beneficiário, sendo a análise efetuada sobre as informações das espécies de benefícios constantes da base de dados da Maciça do mês de outubro de 2008.

Os batimentos foram realizados por CPF, NIT e código de espécie de Benefício, utilizando, além desses campos chaves, outras informações como data de nascimento e nome da mãe do titular do benefício, com o objetivo de reduzir ao mínimo a possibilidade de resultados inexatos.

Os resultados obtidos nas verificações realizadas com base nas informações constantes da Maciça do mês de outubro de 2008, estão consolidados nas informações constantes da tabela a seguir.

TIPO DE BENEFÍCIO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL PAGO	VALOR ANUAL
ABONO X APOSENTADORIA	3	805,49	10.471,37
AUX. DOENÇA X APOSENTADORIA	1.181	801.538,07	10.412.846,34
ASSISTÊNCIAS X TODAS ESPECIES	3.677	1.659.785,00	19.917.420,00
AUX. ACIDENTE X APOSENTADORIA	2.702	2.331.345,94	30.307.497,22
APOSENTADORIA X APOSENTADORIA	6.040	5.119.653,24	66.555.492,12
AUX. ACIDENTE X AUX. ACIDENTE	10	5.279,63	68.635,19
AUX. DOENÇA X AUX. DOENÇA	14	14.847,05	193.011,65
PENSÃO X PENSÃO	2.389	1.457.764,95	18.950.944,35
AUX. RECLUSÃO X AUX. DOENÇA	81	44.319,74	576.156,62
AUX. RECLUSÃO X APOSENTADORIA	127	66.874,98	869.374,74
SAL. MATERNIDADE X AUX. DOENÇA	2	830,00	10.790,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.226</b>	<b>11.503.044,09</b>	<b>147.879.788,17</b>

Verifica-se que existe um total de 16.226 benefícios previdenciários pagos de forma indevida em desacordo com a legislação, contabilizando um valor mensal de R\$ 11.503.044,09 e um valor anual de R\$

147.879.788,17. As inconsistências encontradas são devidas ao pagamento concomitante de benefícios pertencentes a espécies incompatíveis e, portanto, excludentes entre si, conforme dispõe a legislação.

Desse total de 16.226 benefícios irregulares, 6.740 benefícios (informações constantes do Tabela 09) já haviam sido identificados em relatórios anteriores, os outros 9.486 são novas constatações de irregularidades, o que evidencia a existência de fragilidade a ser corrigida nos sistemas de concessão e de manutenção de benefícios do INSS. O que torna a situação ainda mais grave é o fato de o INSS não ter adotado as medidas necessárias para o cancelamento tempestivo do pagamento dos benefícios indevidos indicados nos relatórios anteriores, ou mesmo apresentar as razões pela qual não o fez.

TIPO DE BENEFÍCIO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL PAGO	VALOR ANUAL
ABONO X APOSENTADORIA	2	314,98	4.094,74
AUX. DOENÇA X APOSENTADORIA	389	269.490,61	3.503.377,93
ASSISTÊNCIAS X TODAS ESPÉCIES	1.807	819.313,59	9.831.763,08
AUX. ACIDENTE X APOSENTADORIA	691	539.219,32	7.009.851,16
APOSENTADORIA X APOSENTADORIA	3.554	1.997.082,08	25.962.067,04
AUX. ACIDENTE X AUX. ACIDENTE	4	1.214,71	15.791,23
AUX. DOENÇA X AUX. DOENÇA	2	3.289,23	42.759,99
PENSÃO X PENSÃO	211	170.785,32	2.220.209,16
AUX. RECLUSÃO X AUX. DOENÇA	15	8.745,92	113.696,96
AUX. RECLUSÃO X APOSENTADORIA	65	32.671,08	424.724,04
<b>TOTAL</b>	<b>6.740</b>	<b>3.842.126,84</b>	<b>49.947.648,92</b>

Detalhamos a seguir os tipos de irregularidades encontradas no pagamento desses 19.272 benefícios previdenciários:

**a) Pagamento concomitante de Abono de Permanência em Serviço e Aposentadoria:**

Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

"Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

(...)

III - aposentadoria e abono de permanência em serviço;"

**Decreto n.º 83.080 - de 24 de janeiro de 1979**

"Art. 211 - Não é permitido o recebimento cumulativo, salvo direito adquirido, dos seguintes benefícios da previdência social urbana:

(...)

V - aposentadoria e abono de permanência em serviço;"

Conforme a legislação em vigor não é permitido o recebimento concomitante das seguintes espécies de benefício:

Espécies de Abono	Espécies de Aposentadoria
47, 48	4, 5, 7, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 57, 58, 72, 78, 81, 82, 83, 92

Constatou-se no cruzamento de informações a existência de 2 beneficiários recebendo cumulativamente aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42) e abono de permanência em serviço (espécie 48) e 1 beneficiário recebendo aposentadoria por idade (espécie 41) e abono de permanência em serviço (espécie 47), sendo este último caso comunicado ao INSS em 2008, por meio da Nota Técnica nº 837/DSPAS/DP/SFC/CGU-PR:

NIT Beneficiário	Número do Benefício	Espécie de Benefício	Valor mensal indevido	Valor Anual
16713893270	0437979695 0591573725	48 42	84,75	1.101,75
10026473086	0785943838 1384928780	48 42	490,51	6.376,63
11718875511	0739876040 0789360470	47 41	230,23	2.992,99
<b>Total</b>			<b>805,49</b>	<b>10.471,37</b>

**b) Pagamento conjunto de Auxílio-Doença e Aposentadoria:**

Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

"Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

...

*I - aposentadoria e auxílio-doença;"*

**Decreto n.º 83.080 - de 24 de janeiro de 1979**

"Art. 211 - Não é permitido o recebimento cumulativo, salvo direito adquirido, dos seguintes benefícios da previdência social urbana:

...

*I - auxílio-doença com aposentadoria de qualquer espécie;"*

De acordo com a legislação vigente não é permitido o recebimento concomitante das seguintes espécies de benefício:

Espécies de Auxílio Doença	Espécies de Aposentadoria
10, 13, 15, 31, 50, 91	4,5,7,32,33,34,37,38,41,42,43,44,45,46,49,51,52,57,58,72,78,81,82,83,92

Do cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de 3 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez do trabalhador rural (espécie 04);
- a existência de 346 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de 50 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de 486 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de 2 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria especial de aeronauta (espécie 44);
- a existência de 1 caso de auxílio-doença (espécie 31) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por tempo de serviço de jornalista (espécie 45);

- a existência de 85 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo especial (espécie 46);
- a existência de 132 casos de auxílio-doença (espécie 31) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (espécie 92);
- a existência de 24 casos de auxílio-doença por acidente do trabalho (espécie 91) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de 2 casos de auxílio-doença por acidente do trabalho (espécie 91) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de 32 casos de auxílio-doença por acidente do trabalho (espécie 91) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de 3 casos de auxílio-doença por acidente do trabalho (espécie 91) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo especial (espécie 46);
- a existência de 15 casos de auxílio-doença por acidente do trabalho (espécie 91) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (espécie 92);

Espécies Incompatíveis	Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 31/91)	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Anual sobre Total (%)
31 e 04	3	1.337,10	17.382,30	0,25
31 e 32	346	214.252,24	2.785.279,12	29,3
31 e 41	50	30.408,86	395.315,18	4,23
31 e 42	486	334.493,25	4.341.263,68	41,15
31 e 44	2	1.429,49	18.583,37	0,17
31 e 45	1	415,00	5.395,00	0,08
31 e 46	85	48.899,61	635.694,93	7,2
31 e 92	132	107.488,15	1.397.345,95	11,18
91 e 32	24	16.717,80	217.331,40	2,03
91 e 41	2	1.434,53	18.648,89	0,17
91 e 42	32	28.623,38	372.103,94	2,71
91 e 46	3	2.280,20	29.642,60	0,25
91 e 92	15	13.758,46	178.859,98	1,27
<b>Total</b>	<b>1.181</b>	<b>801.538,07</b>	<b>10.412.846,34</b>	<b>100,00</b>

Vale ressaltar, que além do fato das irregularidades apontadas, existem 319 casos de auxílio-doença que não possuem data limite (Data de Cessação do Benefício - DCB), o que indica que esse benefício, que é temporário, pode perdurar por tempo indeterminado.

**c) Pagamento concomitante de benefício assistencial e outras espécies de benefícios**

Fundamentação legal:

**Decreto n.º 83.080 - de 24 de janeiro de 1979.**

"Art. 117.....:

(...)

§ 1º A **renda vitalícia** não pode ser acumulada com qualquer espécie de benefício da previdência social urbana ou rural, ou de outro regime, salvo, no caso do item III do artigo 112, o pecúlio de que trata a Seção VII.;

§ 2º É facultada a opção pelo benefício da previdência social, urbana ou rural, ou de outro regime, a que o titular da renda mensal vitalícia venha a fazer jus."

**Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**

*"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.*

*(...)*

*§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica."*

**Instrução Normativa INSS/PRES nº 20, de 11 de outubro de 2007**

*"Art. 617. Para fazer jus à pensão mensal vitalícia, o requerente deverá comprovar que:*

*I - não auferir rendimento, sob qualquer forma, igual ou superior a dois salários mínimos;*

*II - não recebe qualquer espécie de benefício pago pela Previdência Social urbana ou rural;*

*(...)*

*Art. 619. É vedada a percepção cumulativa da pensão mensal vitalícia com qualquer outro benefício de prestação continuada mantido pela Previdência Social, ressalvada a possibilidade de opção pelo benefício mais vantajoso."*

Conforme a legislação em vigor não é permitido o recebimento concomitante das seguintes espécies de benefício:

<b>Espécies de Benefícios Assistenciais</b>	<b>Qualquer outro Benefício Previdenciário</b>
11,12,30,40,58,85,86,87,88,89,86	

Foram encontrados 3.590 benefícios assistenciais pagos cumulativamente com diversas espécies de benefício previdenciários, totalizando dispêndios da ordem de R\$ 1.623.350,00, mensalmente.

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de 13 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de 2 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07);
- a existência de 199 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de 5 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pago cumulativamente com renda mensal vitalícia por idade (espécie 40);
- a existência de 10 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);

- a existência de 3 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pago cumulativamente com aposentadoria especial (espécie 46);
- a existência de 3 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com pensão vitalícia dependentes do seringueiro (espécie 86);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pago cumulativamente com amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87);
- a existência de 2 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com amparo social ao idoso (espécie 88);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (espécie 92);
- a existência de 3 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte por acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de 18 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 11) sendo pagos cumulativamente com pecúlio por invalidez acidente do trabalho (espécie 96);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 11)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
11 e 01	13	5.395,00	64.740,00	5,0
11 e 07	2	830,00	9.960,00	0,8
11 e 21	199	82.585,00	991.020,00	76,0
11 e 32	5	2.075,00	24.900,00	1,9
11 e 40	1	415,00	4.980,00	0,4
11 e 41	10	4.150,00	49.800,00	3,8
11 e 42	3	1.245,00	14.940,00	1,1
11 e 46	1	415,00	4.980,00	0,4
11 e 86	3	1.245,00	14.940,00	0,8
11 e 87	1	415,00	4.980,00	0,4
11 e 88	2	830	9.960,00	0,8
11 e 92	1	415,00	4.980,00	0,4
11 e 93	3	1.245,00	14.940,00	1,1
11 e 96	18	7.470,00	89.640,00	6,9
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>108.730,00</b>	<b>1.304.760,00</b>	<b>100</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de 5 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 12) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de 2 casos de amparo previdenciário por invalidez do trabalhador rural (espécie 12) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07);

- a existência de 140 casos de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pago cumulativamente com pensão por morte servidor público federal (espécie 27);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pago cumulativamente com renda mensal vitalícia por idade (espécie 40);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pago cumulativamente com pensão por morte do extinto plano básico (espécie 55);
- a existência de 2 casos de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de 1 caso de amparo previdenciário por idade do trabalhador rural (espécie 12) sendo pago cumulativamente com pecúlio por invalidez acidente do trabalho (espécie 96);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 11)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
<b>12 e 01</b>	05	2.075,00	24.900,00	3,2
<b>12 e 07</b>	02	930,00	11.160,00	1,5
<b>12 e 21</b>	140	58.100,00	697.200,00	90,6
<b>12 e 27</b>	1	415,00	4.980,00	0,6
<b>12 e 40</b>	1	415,00	4.980,00	0,6
<b>12 e 41</b>	1	415,00	4.980,00	0,6
<b>12 e 55</b>	1	415,00	4.980,00	0,6
<b>12 e 93</b>	2	930,00	11.160,00	1,5
<b>12 e 96</b>	1	415,00	4.980,00	0,6
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>64.110,00</b>	<b>769.320,00</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de 43 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de 3 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte de empregador rural (espécie 03);
- a existência de 2 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez do trabalhador rural (espécie 04);
- a existência de 3 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com

aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07);

- a existência de 254 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de 1 caso de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pago cumulativamente com pensão por morte servidor público federal (espécie 27);
- a existência de 1 caso de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pago cumulativamente com auxílio-doença (espécie 31);
- a existência de 22 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de 21 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de 12 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de 5 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria especial (espécie 46);
- a existência de 5 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com amparo social ao idoso (espécie 88);
- a existência de 1 caso de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (espécie 92);
- a existência de 2 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte por acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de 1 caso de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pago cumulativamente com auxílio-acidente (espécie 94);
- a existência de 43 casos de renda mensal vitalícia por incapacidade (espécie 30) sendo pagos cumulativamente com pecúlio por invalidez acidente do trabalho (espécie 96);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 11)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
30 e 01	43	17.845,00	214.140,00	10,09
30 e 03	3	1.245,00	14.940,00	0,70
30 e 04	2	830,00	9.960,00	0,47
30 e 07	3	1.245,00	14.940,00	0,70
30 e 21	254	105.410,00	1.264.920,00	59,62
30 e 27	1	415,00	4.980,00	0,23
30 e 31	1	415,00	4.980,00	0,23
30 e 32	22	9.130,00	109.560,00	5,16
30 e 41	21	8.715,00	104.580,00	4,93
30 e 42	12	4.980,00	59.760,00	2,82
30 e 46	5	2.075,00	24.900,00	1,17
30 e 87	6	2.490,00	29.880,00	1,41
30 e 88	3	1.245,00	14.940,00	0,7
30 e 93	2	830,00	9.960,00	0,47
30 e 94	1	415,00	4.980,00	0,23
30 e 95	4	1.660,00	19.920,00	0,94



<b>30 e 96</b>	43	17.845,00	214.140,00	10,09
<b>Total</b>	<b>426</b>	<b>176.790,00</b>	<b>2.121.480,00</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de **16** casos de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de **1** caso de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07);
- a existência de **147** casos de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de **1** caso de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pago cumulativamente com pensão por morte regime geral (espécie 28);
- a existência de **1** caso de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pago cumulativamente com pensão por morte ex-combatente marítimo (espécie 29);
- a existência de **3** casos de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de **3** casos de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de **8** casos de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de **1** caso de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pago cumulativamente com pensão por morte acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de **1** caso de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pago cumulativamente com auxílio acidente (espécie 94);
- a existência de **1** caso de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pago cumulativamente com auxílio suplementar acidente do trabalho (espécie 95);
- a existência de **3** casos de renda mensal vitalícia por idade (espécie 40) sendo pagos cumulativamente com pecúlio por invalidez acidente do trabalho (espécie 96);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 11)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
<b>40 e 01</b>	16	6.640,00	79.680,00	8,60
<b>40 e 07</b>	1	415,00	4.980,00	0,54
<b>40 e 21</b>	147	61.005,00	732.060,00	79,03
<b>40 e 28</b>	1	415,00	4.980,00	0,54
<b>40 e 29</b>	1	415,00	4.980,00	0,54
<b>40 e 32</b>	3	1.245,00	14.940,00	1,61
<b>40 e 41</b>	3	1.245,00	14.940,00	1,61
<b>40 e 42</b>	8	3.320,00	39.840,00	4,30
<b>40 e 93</b>	1	415,00	4.980,00	0,54
<b>40 e 94</b>	1	415,00	4.980,00	0,54

<b>40 e 95</b>	1	415,00	4.980,00	0,54
<b>40 e 96</b>	3	1.245,00	14.940,00	1,61
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>77.190,00</b>	<b>926.280,00</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de **1** caso de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pago cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de **2** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez do trabalhador rural (espécie 04);
- a existência de **8** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade do trabalhador rural (espécie 07);
- a existência de **4** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de **5** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de **11** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de **1** caso de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pago cumulativamente com amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87);
- a existência de **2** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com amparo social ao idoso (espécie 88);
- a existência de **1** caso de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pago cumulativamente com pensão por morte acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de **3** casos de pensão mensal vitalícia seringueiros (espécie 85) sendo pagos cumulativamente com pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase (espécie 96);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 85)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
<b>85 e 01</b>	1	830,00	9.960,00	2,63
<b>85 e 04</b>	2	1.660,00	19.920,00	5,26
<b>85 e 07</b>	8	6.640,00	79.680,00	21,05
<b>85 e 21</b>	4	3.320,00	39.840,00	10,53
<b>85 e 32</b>	5	4.150,00	49.800,00	13,16
<b>85 e 41</b>	11	9.130,00	109.560,00	28,95
<b>85 e 87</b>	1	830,00	9.960,00	2,63
<b>85 e 88</b>	2	1.660,00	19.920,00	5,26
<b>85 e 93</b>	1	830,00	9.960,00	2,63
<b>85 e 96</b>	3	2.490,00	29.880,00	7,89
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>31.540,00</b>	<b>378.480,00</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de **39** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de **10** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez do trabalhador rural (espécie 04);
- a existência de **17** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade do trabalhador rural (espécie 07);
- a existência de **28** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de **23** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de **164** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de **2** casos de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de **1** caso de pensão mensal vitalícia dos dependentes dos seringueiros (espécie 86) sendo pago cumulativamente com pensão por morte acidente do trabalho (espécie 93);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 86)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
<b>86 e 01</b>	39	32.370,00	388.440,00	13,73
<b>86 e 04</b>	10	8.300,00	99.600,00	3,52
<b>86 e 07</b>	17	14.110,00	169.320,00	5,99
<b>86 e 21</b>	28	23.240,00	278.880,00	9,86
<b>86 e 32</b>	23	19.090,00	229.080,00	8,10
<b>86 e 41</b>	164	136.120,00	1.633.440,00	57,75
<b>86 e 42</b>	2	1.660,00	19.920,00	0,70
<b>86 e 93</b>	1	830,00	9.960,00	0,35
<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>235.720,00</b>	<b>2.828.640,00</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de **17** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de **6** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez do trabalhador rural (espécie 04);
- a existência de **7** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07);

- a existência de **1** caso de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por idade do empregador rural (espécie 08);
- a existência de **187** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);
- a existência de **1** caso de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pago cumulativamente com pensão por morte de ex-combatente (espécie 23);
- a existência de **2** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com auxílio-reclusão (espécie 25);
- a existência de **2** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte especial (espécie 26);
- a existência de **1** caso de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pago cumulativamente com pensão por morte regime geral (espécie 28);
- a existência de **39** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com auxílio-doença (espécie 31);
- a existência de **209** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de **4** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com auxílio-acidente (espécie 36);
- a existência de **103** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de **167** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de **28** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria especial (espécie 46);
- a existência de **1** caso de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pago cumulativamente com pensão por morte extinto plano básico (espécie 55);
- a existência de **19** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com amparo social ao idoso (espécie 88);
- a existência de **10** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com auxílio-doença acidente do trabalho (espécie 91);
- a existência de **22** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez acidente do trabalho (espécie 92);

- a existência de **2** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de **71** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com auxílio-acidente (espécie 94);
- a existência de **42** casos de amparo social a pessoa portadora de deficiência (espécie 87) sendo pagos cumulativamente com auxílio suplementar acidente do trabalho (espécie 95);

Espécies Incompatíveis	Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 87)	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Anual sobre Total (%)
87 e 01	17	7.055,00	84.660,00	1,81
87 e 04	6	2.490,00	29.880,00	0,64
87 e 07	7	2.905,00	34.860,00	0,74
87 e 08	1	415,00	4.980,00	0,11
87 e 21	187	77.605,00	931.260,00	19,87
87 e 23	1	415,00	4.980,00	0,11
87 e 25	2	830,00	9.960,00	0,21
87 e 26	2	830,00	9.960,00	0,21
87 e 28	1	415,00	4.980,00	0,11
87 e 31	39	16.185,00	194.220,00	4,14
87 e 32	209	86.735,00	1.040.820,00	22,21
87 e 36	4	1.660,00	19.920,00	0,42
87 e 41	103	42.745,00	512.940,00	10,95
87 e 42	167	69.305,00	831.660,00	17,75
87 e 46	28	11.620,00	139.440,00	2,97
87 e 55	1	415,00	4.980,00	0,11
87 e 88	19	7.885,00	94.620,00	2,02
87 e 91	10	4.150,00	49.800,00	1,06
87 e 92	22	9.130,00	109.560,00	2,34
87 e 93	2	830,00	9.960,00	0,21
87 e 94	71	29.465,00	353.580,00	7,55
87 e 95	42	17.430,00	209.160,00	4,46
<b>Total</b>	<b>941</b>	<b>390.515,00</b>	<b>4.686.180,00</b>	<b>100,00</b>

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de **110** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte do trabalhador rural (espécie 01);
- a existência de **1** caso de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pago cumulativamente com pensão por morte do empregador rural (espécie 03);
- a existência de **3** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez do trabalhador rural (espécie 04);
- a existência de **6** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07);
- a existência de **330** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte (espécie 21);

- a existência de **1** caso de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pago cumulativamente com pensão por morte estatutária (espécie 22);
- a existência de **3** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte regime geral (espécie 28);
- a existência de **6** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com auxílio-doença (espécie 31);
- a existência de **155** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez (espécie 32);
- a existência de **138** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por idade (espécie 41);
- a existência de **209** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42);
- a existência de **1** caso de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pago cumulativamente com aposentadoria por tempo de serviço ex-combatente (espécie 43);
- a existência de **73** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria especial (espécie 46);
- a existência de **1** caso de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pago cumulativamente com pensão especial de hemodiálise - Caruaru (espécie 89);
- a existência de **11** casos de renda amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (espécie 92);
- a existência de **17** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com pensão por morte por acidente do trabalho (espécie 93);
- a existência de **216** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com auxílio-acidente (espécie 94);
- a existência de **104** casos de amparo social ao idoso (espécie 88) sendo pagos cumulativamente com auxílio suplementar acidente do trabalho (espécie 95);

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 88)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>	<b>Valor Anual sobre Total (%)</b>
<b>88 e 01</b>	110	45.650,00	547.800,00	7,94
<b>88 e 03</b>	1	415,00	4.980,00	0,07
<b>88 e 04</b>	3	1.245,00	14.940,00	0,22
<b>88 e 07</b>	6	2.490,00	29.880,00	0,43
<b>88 e 21</b>	330	136.950,00	1.643.400,00	23,83
<b>88 e 22</b>	1	415,00	4.980,00	0,07
<b>88 e 28</b>	3	1.245,00	14.940,00	0,22
<b>88 e 31</b>	6	2.490,00	29.880,00	0,43
<b>88 e 32</b>	155	64.325,00	771.900,00	11,19
<b>88 e 41</b>	138	57.270,00	687.240,00	9,96
<b>88 e 42</b>	209	86.735,00	1.040.820,00	15,09
<b>88 e 43</b>	1	415,00	4.980,00	0,07
<b>88 e 46</b>	73	30.295	363.540,00	5,27
<b>88 e 89</b>	1	415,00	4.980,00	0,07
<b>88 e 92</b>	11	4.565,00	54.780,00	0,79

88 e 93	17	7.055,00	84.660,00	1,23
88 e 94	216	89.640,00	1.075.680,00	15,6
88 e 95	104	43.160,00	517.920,00	7,51
<b>Total</b>	<b>1.385</b>	<b>574.775,00</b>	<b>6.897.300,00</b>	<b>100,00</b>

**d) Pagamento indevido de Auxílio Acidente cumulativamente com Aposentadoria.**

Fundamentação legal:

**Decreto n.º 3.048 - de 06 de maio de 1999**

*"Art.167.Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da previdência social, inclusive quando decorrentes de acidente do trabalho:*

*(...)*

*IX - auxílio-acidente com qualquer aposentadoria."*

Conforme a legislação em vigor não é permitido o recebimento concomitante das seguintes espécies de benefício:

<b>Espécies de Auxílio Acidente</b>	<b>Espécies de Aposentadoria</b>
36, 94	4,5,7,32,33,34,37,38,41,42,43,44,45,46,49,51,52,57,58,72,78,81,82,83,92

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- a existência de **143** casos de auxílio acidente (espécie 36) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria;
- a existência de **2.559** casos de auxílio acidente (espécie 94) sendo pagos cumulativamente com aposentadoria.

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécies 36 e 94)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
<b>36 e aposentadorias</b>	143	105.936,35	1.377.172,55
<b>94 e aposentadorias</b>	2.559	2.152.367,01	27.980.771,13
<b>Total</b>	<b>2.702</b>	<b>2.331.345,94</b>	<b>29.357.943,68</b>

**e) Pagamento concomitante de duas espécies de Aposentadoria**

Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

*"Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:*

*(...)*

*II - mais de uma aposentadoria;"*

**Decreto n.º 83.080 - de 24 de janeiro de 1979;**

*Art. 211 - Não é permitido o recebimento cumulativo, salvo direito adquirido, dos seguintes benefícios da previdência social urbana:*

*(...)*

*II - aposentadoria de quaisquer espécies"*

Conforme a legislação não é permitido o recebimento concomitante das seguintes espécies de benefício:

<b>Espécies de Aposentadoria</b>	<b>Espécies de Aposentadoria</b>
4, 5, 7, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 57, 58, 72, 78, 81, 82, 83, 92	4, 5, 7, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 57, 58, 72, 78, 81, 82, 83, 92

Foram identificados benefícios de aposentadoria pagos conjuntamente com outras espécies de aposentadoria.

De acordo com o cruzamento de informações constatou-se as seguintes irregularidades:

- **2** casos de aposentadoria por invalidez acidente do trabalho do trabalhador rural (espécie 05) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 830,00;**
- **62** casos de aposentadoria por velhice do trabalhador rural (espécie 07) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 25.730,00;**
- **4** casos de aposentadoria por idade do empregador rural (espécie 08) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 1.660,00;**
- **2.782** casos de aposentadoria por invalidez (espécie 32) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 1.634.439,14;**
- **2** casos de aposentadoria extranumerário CAPIN (espécie 37) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 1.415,92;**
- **5.652** casos de aposentadoria por idade (espécie 41) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 2.856.098,00;**
- **504** casos de aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 548.473,42;**
- **2** casos de aposentadoria por tempo de serviço do ex-combatente (espécie 43) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 3.576,14;**
- **40** casos de aposentadoria especial (espécie 46) sendo pagos cumulativamente com outras espécies de aposentadoria totalizando pagamentos mensais de **R\$ 47.430,62.**

<b>Espécies Incompatíveis</b>	<b>Quantidade Benefícios Indevidos (espécie 88)</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
<b>05 e aposentadorias</b>	2	830,00	10.790,00
<b>07 e aposentadorias</b>	62	25.730,00	334.490,00
<b>08 e aposentadorias</b>	4	1.660,00	21.580,00
<b>32 e aposentadorias</b>	2.782	1.634.439,14	21.247.708,82
<b>37 e aposentadorias</b>	2	1.415,92	18.406,96



<b>41 e aposentadorias</b>	5.652	2.856.098,00	37.129.274,00
<b>42 e aposentadorias</b>	504	548.473,42	7.130.154,46
<b>43 e aposentadorias</b>	2	3.576,14	46.489,82
<b>46 e aposentadorias</b>	40	47.430,62	616.598,06
<b>Total</b>	<b>9.050</b>	<b>5.119.653,24</b>	<b>66.555.492,12</b>

**f) Pagamento cumulativo de mais de um benefício Auxílio-Acidente**

Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

*"Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:  
(...)  
V - mais de um auxílio-acidente;"*

**Decreto n.º 3.048 - de 06 de maio de 1999**

*"Art.167.Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da previdência social, inclusive quando decorrentes de acidente do trabalho:  
(...)  
V- mais de um auxílio-acidente;"*

Conforme a legislação em vigor não é permitido o recebimento concomitante das seguintes espécies de benefício

<b>Espécies de Auxílio-Acidente</b>	<b>Espécies de Auxílio-Acidente</b>
36 e 94	36 e 94

Foram identificados na Maciça do mês de outubro de 2008 10 benefícios de Auxílio-Acidente (espécie 36) pagos cumulativamente com Auxílio-Acidente (espécie 94), totalizando pagamentos mensais de R\$ 5.279,63.

**g) Pagamento concomitante de benefícios Auxílio-Doença**

Fundamentação legal

**INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES N.º 20, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007 - DOU DE 10/10/2007**

*"Art. 420. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios, inclusive quando decorrentes de acidentes do trabalho:  
(...)  
XVI - mais de um auxílio-doença, inclusive acidentário."*

De acordo com a legislação em vigor não é permitido o recebimento conjunto das seguintes espécies de benefício:

<b>Espécies de Auxílio-Doença</b>	<b>Espécies de Auxílio-Doença</b>
10, 13, 15, 31, 50, 91	10, 13, 15, 31, 50, 91

Na Maciça do mês de outubro de 2008 foram identificados 14 benefícios de Auxílio-Doença (espécie 31) pagos conjuntamente com outro Auxílio-Doença Acidente do Trabalho (espécie 91), totalizando pagamentos mensais de R\$ 14.847,05.

**h) Pagamento conjunto de mais de uma Pensão**  
Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

"Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:  
(...)

VI - mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa."

De acordo com a legislação vigente não é permitido o recebimento conjunto das seguintes espécies de benefício:

Espécies de Pensão	PENSÃO DIB 29/04/95, SENDO O DEPENDENTE: CÔNJUGE, COMPANHEIRO (A)
01,02,20,21,23,24,26,27,28,29,55,59,84,93	21,23, 59, 93

Na Maciça do mês de outubro de 2008 foram identificados 2.387 benefícios de Pensão pagos cumulativamente com outro benefício de Pensão, totalizando pagamentos mensais de R\$ 1.457.764,95.

De acordo com o resultado do cruzamento existem pensões que estão sendo pagas conjuntamente com outras pensões iniciadas a partir de 29 de abril de 1995, conforme demonstrado a seguir:

- **5** casos de pensão por morte de trabalhador rural (espécie 01) sendo pagas cumulativamente com pensão por morte (espécie 21) totalizando pagamentos mensais de R\$ **2.075,00**;
- **2.347** casos de pensão por morte (espécie 21) sendo pagas cumulativamente com outras espécies pensão, totalizando pagamentos mensais de R\$ **1.353.227,70**;
- **1** caso de pensão por morte de ex-combatente (espécie 23) sendo paga cumulativamente com pensão por morte por acidente do trabalho (espécie 93) totalizando pagamento mensal de R\$ **769,90**;
- **1** caso de pensão por morte servidor público federal (espécie 27) sendo paga cumulativamente com pensão por morte por acidente do trabalho (espécie 93) totalizando pagamentos mensais de R\$ **415,00**;
- **15** casos de pensão por morte ex-combatente marítimo (espécie 29) sendo pagas cumulativamente com outras espécies pensão, totalizando pagamentos mensais de R\$ **33.788,00**;
- **20** casos de pensão por morte ex-sasse (espécie 84) sendo pagas cumulativamente com outras espécies pensão, totalizando pagamentos mensais de R\$ **68.674,25**;

Espécies Incompatíveis	Quantidade Benefícios Indevidos (espécies 01, 21, 29 e 84)	Valor Mensal	Valor Anual
<b>01 e 21</b>	5	2.075,00	26.975,00
<b>21 e outras pensões</b>	2.347	1.353.227,70	17.591.960,10
<b>23 e 93</b>	1	769,90	10.008,70
<b>27 e 93</b>	1	415,00	5.395,00
<b>29 e outras pensões</b>	15	33.788,00	439.244,00

<b>84 e outras pensões</b>	20	68.674,25	892.765,25
<b>Total</b>	<b>2.389</b>	<b>1.457.764,95</b>	<b>18.966.348,05</b>

**i) Pagamento indevido de Auxílio-Reclusão com Auxílio-Doença e com Aposentadoria**

Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

*"Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço."*

De acordo com a legislação vigente não é permitido o recebimento conjunto das seguintes espécies de benefício:

- Auxílio-Reclusão com Auxílio-Doença**

<b>Espécie de Auxílio Reclusão</b>	<b>Espécies de Auxílio-Doença</b>
25	10, 13, 15, 31, 50, 91

Na Maciça do mês de outubro de 2008 foram identificados 81 benefícios de Auxílio-Reclusão pagos cumulativamente com Auxílio-Doença, totalizando pagamentos mensais de R\$ 44.319,74.

- Auxílio-Reclusão com Aposentadoria**

<b>Espécie de Auxílio Reclusão</b>	<b>Espécies de Aposentadoria</b>
25	4, 5, 7, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 57, 58, 72, 78, 81, 82, 83, 92

Na Maciça do mês de outubro de 2008 foram identificados 127 benefícios de Auxílio-Reclusão pagos cumulativamente com Aposentadoria, totalizando pagamentos mensais de R\$ 66.874,98.

**j) Pagamento indevido de Salário Maternidade com Auxílio-Doença**

Fundamentação legal:

**Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.**

*"Art. 124. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:*

*...*

*IV - salário-maternidade e auxílio-doença;"*

De acordo com a legislação vigente não é permitido o recebimento conjunto das seguintes espécies de benefício:

<b>Espécie de Salário Maternidade</b>	<b>Espécies de Auxílio-Doença</b>
80	10, 13, 15, 31, 50, 91

Na Maciça do mês de outubro de 2008 foram identificados 2 benefícios de Salário Maternidade pagos cumulativamente com Auxílio-Doença, totalizando pagamentos mensais de R\$ 830,00.

**CAUSA:**

Deficiência dos sistemas corporativos e do processo de validação das concessões e manutenção, no reconhecimento do direito previdenciário.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O gestor ainda não se manifestou sobre o assunto referente à Nota Técnica nº 468, encaminhada ao gestor por meio do Ofício nº 4798/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 26 de fevereiro de 2009, acerca dos cruzamentos de dados realizados na Maciça.

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Diante dos resultados apurados nos cruzamentos realizados nas bases de dados da Previdência, constata-se a existência de um elevado número de situações irregulares que não estão sendo verificadas no processamento da Maciça.

Essas falhas demonstram vulnerabilidades nos pontos de controle definidos pelo INSS e aplicados pela DATAPREV, resultando no pagamento conjunto de espécies de benefícios incompatíveis, vulnerabilidades essas que devem ser corrigidas na maior brevidade possível, pois tornam o sistema da Maciça vulnerável a erros e fraudes.

O trabalho demonstrou, ainda, por meio de novos cruzamentos e batimentos entre os diversos benefícios pagos constantes da base de dados de pagamento de benefícios (Maciça) referente ao mês de outubro de 2008, a ocorrência de 16.226 casos de benefícios pagos em desconformidade com a legislação vigente, correspondendo ao valor mensal pago de R\$ 11.503.044,09 e anual de R\$ 147.879.788,17, sendo que, desse total, 6.740 já haviam sido identificados em trabalhos anteriores e 9.486 são novas constatações de irregularidades.

Em decorrência de tais fatos, recomendou-se ao INSS a adoção das seguintes providências:

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Adote as medidas necessárias para a regularização das concessões de benefícios praticadas em desconformidade com a legislação pertinente, já apresentadas em Relatórios de Auditoria anteriores, bem como as novas situações constatadas, identificadas nos Quadros I a XV.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Adote medidas para o aperfeiçoamento das rotinas de concessão e manutenção de benefícios, introduzindo as críticas necessárias nos sistemas informatizados, com o objetivo de minimizar as possibilidades de erros na concessão/manutenção que resultam no pagamento de benefícios com infração da legislação vigente.

**1.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (086)**

PAGAMENTOS INDEVIDOS DE BENEFÍCIOS A PARTIR DE DADOS OBTIDOS EM CRUZAMENTO SISOBÍ E SIM "VERSUS" MACIÇA (NT 106)

A fim de verificar a legalidade das concessões de benefícios previdenciários por parte do INSS, foi realizado cruzamento da base de dados do Sistema de Óbitos - SISOBÍ - do mês de outubro de 2008 com a base de Pagamentos de Benefícios (Maciça) do mês de outubro de 2008.

Também foi realizado cruzamento da base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde - SIM - do ano 2007 com a base de dados de Pagamentos de Benefícios (Maciça) do mês de outubro de 2008.

A metodologia utilizada no desenvolvimento dos trabalhos em comento foi:

=> cruzamento das bases de dados do Sistema de Benefícios (universo de 25.980.549 benefícios) com as informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde - SIM (total de registro: 881.604) com registros do ano de 2007. Foi utilizado o software ACL for windows para a realização dos cruzamentos;

=> cruzamento das bases de dados do Sistema de Benefícios (universo de 25.980.549 benefícios) com as informações do Sistema de Óbitos - SISOBÍ (total de registro 11.992.586) com registros até o mês outubro de 2008. Foi utilizado o software ACL for windows para a realização dos cruzamentos;

=> cruzamento das informações do SIM com o SISOBÍ. Foi utilizado o software ACL for Windows para a realização dos cruzamentos;

=> cruzamento de informações dos casos em que foram constatados óbito de beneficiários indicados no RELATÓRIO nº 172709/2005 para terem seus benefícios cessados (universo de 9.398 benefícios) com a bases de dados do Sistema de Benefícios ( universo de 25.980.549 de benefícios);

=> consultas aos sistemas da Previdência Social.

Os resultados do cruzamento dos óbitos registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e no SISOBÍ e a base de dados do SISBEN foram os seguintes:

\* Óbitos registrados no SIM e no SISOBÍ com benefícios ativos na Previdência Social:

Situação	Total	Valor (mensal) *	Valor (anual)	Valor total devido da data do óbito até outubro/2008 **
Óbitos de beneficiários da Previdência Social que constam do SIM e não constam do SISOBÍ que possuem benefícios mantidos ativos	6.140	2.715.268,42	35.298.489,46	75.580.329,76
Óbitos de beneficiários da Previdência Social constantes do SISOBÍ e que possuem benefícios mantidos ativos	12.255	6.013.001,05	78.169.013,65	43.232.181,16
<b>Total</b>	<b>18.395</b>	<b>8.728.269,47</b>	<b>113.467.503,11</b>	<b>118.812.510,92</b>

\* Os valores foram obtidos a partir da multiplicação do número total de benefícios pelo valor de sua renda mensal no mês de outubro de 2008.

\*\* O valor de R\$ 75.580.329,76 representa o montante pago apurado da data do óbito do beneficiário (óbitos constantes no SIM e ocorridos no ano 2007) até a competência outubro de 2008. O valor de R\$ 43.232.181,16 representa o montante pago apurado da data do óbito do beneficiário (óbitos registrados no SI\SOBÍ e ocorridos na sua grande maioria no ano 2008 ou no final de do ano de 2007) até a competência outubro de 2008.

Observa-se que, dentre os óbitos registrados no SIM e no SISOBÍ em que foi identificada a existência de benefícios ativos, 6.140 casos contêm registro no SIM e 12.255 casos contêm registro no SISOBÍ. Todavia, os benefícios continuam ativos e gerando pagamentos no montante mensal de R\$ 8.728.269,47, com um custo anual de R\$ 113.467.503,11.

As constatações feitas com base nas informações dos óbitos registrados no SIM indicam um montante de R\$ 75.580.329,76 pagos indevidamente, apurado da data do óbito dos beneficiários até a competência outubro de 2008. Com base nas informações do SISOBÍ, foi constatado o

pagamento indevido de benefícios no montante de R\$ 43.232,181,16 apurado da data do óbito dos beneficiários até a competência outubro de 2008, sendo que na maioria dos casos os óbitos ocorreram no ano de 2008. Ressalte-se que sobre tais não incidiu atualização monetária.

Foi verificado ainda a existência de benefícios indicados no RELATÓRIO nº 172709/2005, resultante do trabalho de cruzamento de base de dados do SIM e do SISOBI com a MACIÇA, realizado no ano de 2005, que não foram cessados pelo INSS.

\* Benefícios indicados no RELATÓRIO nº 172709/2005 que deveriam ser cessados por óbito dos beneficiários e continuam ativos na Previdência Social:

Situação III	Quantidade	Valor (mensal) *	Valor (anual) *
Benefícios indicados para cessação	9.398	3.783.276,00	49.182.588,00
(-) Benefícios já cessados pelo INSS	9.304	3.733.187,25	48.531.434,25
<b>Total de benefícios a serem cessados</b>	<b>94</b>	<b>50.088,75</b>	<b>651.153,75</b>

\* Os valores foram obtidos a partir da multiplicação do número total de benefícios pelo valor de sua renda mensal no mês de outubro de 2008.

Observa-se que do total de 9.398 casos indicados no RELATÓRIO nº 172709/2005, 9.304 já foram cessados, o que representa uma redução mensal de pagamentos indevidos na ordem de R\$ 3.733.187,25, e anualmente de R\$ 48.531.434,25.

Restam ainda 94 casos, ou seja, 1% dos benefícios irregulares indicados continuam ativos, gerando pagamento mensal no valor de R\$ 50.088,75, com um custo anual de R\$ 651.153,75.

Apesar disso, merece destaque o trabalho realizado pelo INSS, considerando que foram cessados, até o momento, 99% dos benefícios indicados como concedidos irregularmente no supramencionado relatório.

Verifica-se, porém, a necessidade de esclarecimento, por parte do INSS, para o não cancelamento dos 94 casos que ainda se encontram mantidos indevidamente na base de pagamentos dos benefícios, cabendo à Diretoria de Benefícios adotar medidas urgentes para a cessação do pagamento desses benefícios.

Adicionalmente, foi realizado exame para identificação, entre as informações constantes do SISOBI, da existência do número do benefício que o favorecido recebia da Previdência Social, fato que propiciou a realização do cruzamento desses dados com os constantes da base de dados do Sistema de Benefícios, contendo 25.980.549 de benefícios.

Do resultado desse cruzamento, foi verificado que dos 14.662 casos em que consta o número do benefício no SISOBI, em somente 98 casos há coincidência de informações do falecido com os dados cadastrais do titular do benefício, como evidenciado a seguir:

Números de benefícios constantes no SISOBI	Total de benefícios que coincidem as informações cadastrais constantes no SISOBI e no SISBEN	Valor Mensal pago aos benefícios que coincidem as informações cadastrais SISOBI/SISBEN *	Valor (anual) *
14.662	98	46.077,27	599.004,51

Os valores foram obtidos a partir da multiplicação do número total de benefícios pelo valor de sua renda mensal no mês de outubro de 2008.

Registre-se que tais fatos foram consignados na Nota Técnica nº 106/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 20 de janeiro de 2009, e encaminhada ao INSS.

**CAUSA:**

Deficiência dos sistemas corporativos e do processo de validação das concessões e manutenção, no reconhecimento do direito previdenciário, diante de falhas na alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBI e impropriedades ou inconsistências nos dados cadastrais da base de pagamento de benefícios da Previdência Social.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O gestor ainda não se manifestou sobre o assunto referente à Nota Técnica nº 106, encaminhadas ao gestor por meio do Ofício nº 1583/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 26 de janeiro de 2009, acerca dos cruzamentos da Maciça com os dados do SISOBI e SIM.

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Os órgãos responsáveis pela cessação tempestiva do benefício e o gerenciamento dos sistemas corporativos são:

=> Ministério da Previdência Social - MPS, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, responsável pelas políticas previdenciárias e pela coordenação geral do benefício;

=> Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio de suas Gerências Executivas/Gerências Regionais/Agências Previdenciárias, responsáveis pela execução e operacionalização da concessão e pagamento e cessação do benefício; e

=> Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - DATAPREV, responsável pela prestação de serviços de processamento e tratamento de informações e dados previdenciários.

Para o desenvolvimento da ação de manutenção e cessação do benefício a Previdência Social deverá considerar os seguintes fatores relacionados ao processo:

- Base de dados confiável e atualizada;
- Presença de funções de controle nos sistemas de benefícios;
- Sistema de Óbito com informações atualizadas e tempestivas;
- Interação com outras bases de dados governamentais que permita identificar disfunções no Cadastro do Sistema de Benefícios.

Com relação à ocorrência da não coincidência de dados de identificação dos óbitos entre os sistemas SISOBI E SIM, a área responsável do INSS deverá verificar junto aos cartórios o motivo dessa inconsistência, pois o ocorrido indica a ocorrência de falhas no preenchimento do número do benefício no registro das certidões de óbitos, por parte de alguns cartórios.

Além disso, os cartórios devem ser alertados quanto a importância da exigência de apresentação, por parte do requerente da certidão de óbito, de comprovante do número do benefício do *de cujus* (cartão magnético, declaração de renda do benefício, dentre outros), bem como para a sua responsabilidade pelas informações constantes no registro da certidão de óbito, podendo vir a ser responsabilizado por informações inverídicas que der no exercício dessa atribuição.

Os casos em que coincidem as informações constantes do SISOBI com os

dados cadastrais do titular do benefício do SISBEN são considerados de manutenção indevida, devendo ser cessados imediatamente, pois estão gerando pagamentos mensais de R\$ 46.077,27 e anual de R\$ 599.004,51.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a Diretoria de Benefícios regularize todas as situações apontadas neste Relatório.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Diretoria de Benefícios implemente processo gerencial para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Que a Diretoria de Benefícios aprimore o processo de batimento das bases de dados do SISOBI e de Benefícios, de forma a eliminar os casos encontrados.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Que a Diretoria de Benefícios reavalie os procedimentos de obtenção de dados pelo SISOBI, principalmente os enviados por formulários e mídia removível (disquetes e CD-ROM), desenvolvendo mecanismos de controle e segurança na recepção dos dados.

**1.1.1.6 CONSTATAÇÃO: (087)**

PAGAMENTOS INDEVIDOS DE BENEFÍCIOS A PARTIR DE DADOS OBTIDOS EM CRUZAMENTO GFIP "VERSUS" MACIÇA (NT 107)

Cruzamento realizado entre a base de dados da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) do ano de 2007 com a base de dados de Pagamentos de Benefícios (Maciça) do mês de outubro de 2008, com o objetivo de verificar a regularidade do pagamento de benefícios por parte do INSS realizou testes a fim de verificar a adoção, por parte da autarquia, de pontos de controle em três situações específicas, quais sejam:

=> Benefícios cujos segurados estão impedidos de exercer a atividade pela qual foram afastados por incapacidade (Auxílio-Doença);

=> Benefícios cujos beneficiários afastados por invalidez estão impedidos de exercer qualquer outra atividade remunerada (Aposentadoria por Invalidez) e

=> Detentores de benefícios assistenciais, cuja condição essencial para ter direito ao benefício é não exercer atividade remunerada.

Os resultados dos cruzamentos se verificam a seguir:

\* Beneficiários de Auxílio-Doença com Data de Início do Benefício (DIB) igual ou anterior ao mês de setembro de 2007 que apresentaram remunerações a partir de R\$ 100,00 nos meses de novembro e dezembro de 2007:

Mês/Ano	Total de Ocorrências	Valor Pago Indevidamente
Mês 11/2007	1.780	1.460.608,20
Mês 12/2007	1.508	1.214.148,76
<b>Total</b>	<b>3.288</b>	<b>2.674.756,96</b>

\* Os valores foram obtidos a partir da multiplicação do número total de benefícios pelo valor de sua renda mensal no mês de outubro de 2008.



\* Beneficiários de Amparo Previdenciário, Aposentadoria por Invalidez, Renda Mensal Vitalícia e dos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS com Data de Início do Benefício - DIB igual ou anterior ao mês de setembro de 2007 em que foram detectadas remunerações em nome dos beneficiários no ano de 2007:

Benefício	Quantidade	Valor Indevido (mensal)	Valor Indevido (anual) *
Amparo Previdenciário	63	26.145,00	313.740,00
Aposentadoria por Invalidez	9.851	9.147.367,50	118.915.777,50
Renda Mensal Vitalícia	152	63.080,00	756.960,00
LOAS	1.746	724.590,00	8.695.080,00
<b>Total</b>	<b>11.812</b>	<b>9.961.182,50</b>	<b>128.681.557,50</b>

\* Os valores foram obtidos a partir da multiplicação do número total de benefícios pelo valor de sua renda mensal no mês de outubro de 2008.

As situações apontadas nos quadros anteriores indicam a realização de pagamentos indevidos da ordem de R\$ 131.356.314,46, sendo R\$ 2.674.756,96 pagos nos meses 11 e 12/2007, relativos a Auxílio-Doença, e R\$ 128.681.557,50, referentes aos demais benefícios citados.

A metodologia utilizada no desenvolvimento dos trabalhos foi:

a) Cruzamento das bases de dados do Sistema de Benefícios (universo de 25.980.549 de benefícios) com as informações do Sistema de Informações da GFIP (48.989.229) relativas às remunerações dos empregados. Para tanto foi utilizado o software ACL for Windows; e

b) Consultas aos sistemas da Previdência Social.

Tais constatações foram registradas em Nota Técnica nº 107, de 20 de janeiro de 2009, e encaminhadas ao INSS.

#### **CAUSA:**

Deficiência dos sistemas corporativos e do processo de validação das concessões e manutenção, no reconhecimento do direito previdenciário, diante de falhas na alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBÍ e impropriedades ou inconsistências nos dados cadastrais da base de pagamento de benefícios da Previdência Social.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O gestor ainda não se manifestou sobre o assunto referente à Nota Técnica nº 107, acerca dos cruzamentos da Maciça com os dados da GFIP, encaminhada por meio do Ofício nº 1583/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 26 de janeiro de 2009.

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

A garantia de que o INSS utilizará as informações da GFIP para a cessação tempestiva do pagamento do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e benefícios assistenciais envolve a análise e atualização dos dados cadastrais, a situação do benefício (ativo, suspenso ou cessado) e o gerenciamento dos sistemas corporativos.

Os órgãos responsáveis pela cessação tempestiva do benefício e o gerenciamento dos sistemas corporativos são:

=> Ministério da Previdência Social - MPS, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, responsável pelas

políticas previdenciárias e pela coordenação geral do benefício;

=> Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio de suas Gerências Executivas/Gerências Regionais/Agências Previdenciárias, responsáveis pela execução e operacionalização da concessão e pagamento e cessação do benefício; e

=> Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - DATAPREV, responsável pela prestação de serviços de processamento e tratamento de informações e dados previdenciários.

Para o desenvolvimento da ação de manutenção e cessação dos benefícios, a Previdência Social deverá considerar os seguintes fatores relacionados ao processo:

- a) Base de dados confiável e atualizada;
  - b) Presença de funções de controle nos sistemas de benefícios;
  - c) Informações atualizadas e tempestivas provenientes da GFIP;
  - d) Interação com outras bases de dados governamentais que permita identificar disfunções no Cadastro do Sistema de Benefícios.
- Diante dos resultados apresentados, podemos afirmar que as hipóteses formuladas no trabalho foram confirmadas, uma vez que:

- 1- Existem segurados em atividade pela qual foram afastados recebendo auxílio-doença;
- 2- Existem segurados exercendo atividade remunerada que recebem aposentadoria por invalidez;
- 3- Existem segurados exercendo atividade remunerada que recebem benefícios assistenciais;
- 4 - O INSS, ao manter o pagamento de benefícios de forma indevida, está descumprindo os diplomas legais dos benefícios em questão.

Os fatos apontados demonstram a existência de falhas no processo de gerenciamento da atualização e manutenção dos benefícios da Previdência Social e impropriedades e inconsistências nos dados cadastrais da base de pagamento de benefícios da Previdência Social.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a Diretoria de Benefícios regularize todas as situações apontadas neste Relatório.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Diretoria de Benefícios implemente processo gerencial para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos.

#### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Que o INSS crie, em conjunto com a Dataprev, uma sistemática com outras bases de dados que contêm informações de segurados, tais como a GFIP e outras bases do governo, conforme recomendação constante dos Relatórios de Auditoria n°s 099921/2002 e 172709/2005 desta SFC/CGU.

### **1.1.2 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

#### **1.1.2.1 INFORMAÇÃO: (062)**

Conforme o contido no Art. 201, § 9º, da Constituição Federal e na Lei 9.796/99, nas situações em que trabalhadores venham a requerer o benefício da aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e que o mesmo seja concedido com cômputo de tempo de

contribuição no âmbito de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), caberá ao regime concessor ou instituidor, no caso o RGPS, solicitar ao regime de origem uma indenização pelo tempo em que o segurado, enquanto trabalhador vinculado àquele ente, contribuiu para o respectivo instituto de previdência social. A situação inversa também é prevista e, neste caso, o regime próprio solicitará ao regime geral a indenização devida.

Como órgão coordenador da política de compensação previdenciária, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Coordenadoria Geral de Benefícios, tem a competência de normatizar e gerenciar as atividades de compensação previdenciária, bem como, por meio de suas Gerências Executivas, responder pela operacionalização da compensação previdenciária entre o RGPS e os regimes próprios.

Conforme previsto nos Art. 3º e 4º da Lei 9.796, de 5 de maio de 1999, o RGPS e o RPPS, como regime instituidor, têm direito de receber de cada regime de origem compensação financeira. Essa atividade está inserida no PPA por meio da ação 009W - Compensação Previdenciária, do programa 0083 - Previdência Social Básica, e tem como propósito a realização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência dos entes: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. No ano de 2008, até o mês de agosto, conforme documentação disponibilizada, foram transferidos para os estados e o Distrito Federal cerca de R\$ 187 milhões e para os municípios R\$ 174 milhões.

De maneira geral, são sete os normativos que regulam o processo operacional de compensação previdenciária, quais sejam:

- Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999 - Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria;
- Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999 - Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que versa sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria;
- Portaria MPS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999 - Estabelece os procedimentos operacionais para a realização da compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social;
- Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001 - Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- Orientação Interna nº 102 INSS/DIRBEN, de 20 de setembro de 2004 - Define procedimentos operacionais para a compensação previdenciária;
- Portaria MPS nº 26, de 19 de janeiro de 2007 - Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social; e
- Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008 - Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.

O fluxo do processo de compensação previdenciária contempla a participação de três agentes: o MPS, o INSS, e os RPPS. Para fins didáticos, o mesmo pode ser dividido basicamente em quatro etapas, conforme descrito a seguir:

.Assinatura do Convênio - Tendo em vista que somente os regimes próprios de previdência social, previamente cadastrados, podem requerer a compensação previdenciária, para que tenha início o referido processo de compensação previdenciária é necessário que cada regime próprio celebre acordo de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social (MPS). Assim, o MPS, por meio do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público-DRPSP, da Secretaria de Previdência Social (SPS), mantém o cadastro atualizado dos RPPS de cada ente da federação e após o requerimento, feito pelo administrador de cada RPPS, e a verificação, pelo DRPSP, da regularidade do cadastro, é celebrado convênio com o MPS para o uso do Sistema de Compensação Previdenciária COMPREV e o Sistema de Óbitos (SISOBI);

.Requisição da Compensação (INSS regime instituidor) - Nas situações em que o INSS é responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou aos seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do RPPS (regime de origem), caberá ao INSS, como regime instituidor, adotar medidas de forma a solicitar ao regime de origem uma indenização pelo tempo em que o segurado, enquanto trabalhador vinculado àquele ente, contribuiu para o respectivo instituto de previdência;

.Requisição da Compensação (RPPS regime instituidor) - Nas situações em que o RPPS é responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a servidor público ou aos seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do RGPS (regime de origem), caberá ao RPPS, como regime instituidor, adotar medidas de forma a solicitar ao regime de origem uma indenização pelo tempo em que o segurado, enquanto trabalhador vinculado àquele ente, contribuiu para o respectivo instituto de previdência; e

.Compensação financeira - Mensalmente, o INSS efetua a totalização dos valores devidos a cada regime próprio de previdência social, bem como o montante por eles devido, isoladamente, ao RGPS, a título de compensação previdenciária. Apurados os valores devidos, deverão ser emitidos relatórios aos RPPS até o dia trinta de cada mês, devendo o regime devedor efetuar o pagamento de seu débito até o quinto dia útil do mês subsequente ao da emissão do relatório.

Toda comunicação entre os Regimes Próprios de Previdência e o INSS é realizada pela Internet. Assim, a operacionalização das compensações entre o regime de origem e o regime instituidor ocorre por meio do sistema COMPREV que se propõe a viabilizar o processo de compensação previdenciária de forma totalmente virtual. No referido sistema, implantado desde 2000, os entes, devidamente conveniados, e o próprio INSS podem requerer as compensações, digitalizar e controlar os documentos de cada processo de compensação, bem como realizar consultas para acompanhamento das situações dos referidos processos.

#### **1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (063)**

FALTA DE COMPENSAÇÃO DE VALORES PELO INSS EM DECORRÊNCIA DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA POR PARTE DOS RPPS.

O início do processo de compensação previdenciária se dá pela assinatura do acordo de cooperação técnica entre o regime próprio de previdência social e o Ministério da Previdência Social. Assim, o referido procedimento constitui-se como condição "sine qua non", para a operacionalização e concessão de acesso aos sistemas que possibilitam a compensação previdenciária, em especial o acesso ao sistema COMPREV.

Após análise dos dados disponibilizados pelos gestores do INSS, constatou-se que existiam 43.665 requerimentos de compensação financeira, onde o INSS figurava como regime instituidor, cujos RPPS não procederam a assinatura do acordo de cooperação técnica com o MPS. Registre-se que o tempo médio de cadastro dos requerimentos apurado é de dois anos e nove meses e que a falta do procedimento de assinatura do citado acordo inviabiliza o processo de compensação financeira dos requerimentos.

Com o propósito de se obter uma estimativa do montante não compensado pelo INSS, procedeu-se o cálculo do montante utilizando-se o produto do valor médio das compensações deferidas (R\$ 97,36) pela quantidade de requerimentos em análise.

Com base na sistemática de cálculo adotada, verificou-se que o INSS deixa de compensar, mensalmente, o montante aproximado de R\$ 4.251.000,00, ou seja, a Entidade não vem compensando cerca de R\$ 51 milhões de reais por ano devido à falta de assinatura do acordo de cooperação técnica entre os RPPS e o MPS. Merece destaque o fato de que a maioria dos requerimentos está vinculada a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Federal, ou seja, os próprios agentes pertencentes à mesma esfera de governo não cumprem os normativos existentes. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos.

Ente Federativo	Quantidade de Requerimentos (*)	Montante Estimado de Compensação (**)	%
COMANDO DO EXERCITO	7.394	719.879,84	16,93%
COMANDO DA AERONAUTICA	3.911	380.774,96	8,96%
UNIAO	2.600	253.136,00	5,95%
MINISTERIO DA EDUCACAO	2.485	241.939,60	5,69%
COMANDO DA MARINHA	2.456	239.116,16	5,62%
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.418	138.056,48	3,25%
MINISTERIO COMUNICACOES	1.111	108.166,96	2,54%
MINISTERIO DA SAUDE	956	93.076,16	2,19%
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	920	89.571,20	2,11%
MINISTERIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	811	78.958,96	1,86%
MINISTERIO DA DEFESA	691	67.275,76	1,58%
MINISTERIO DA FAZENDA	414	40.307,04	0,95%
AGUA BRANCA	323	31.447,28	0,74%
POCOS DE CALDAS	195	18.985,20	0,45%
SAO CAETANO DO SUL	194	18.887,84	0,44%
BRASILIA	193	18.790,48	0,44%
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO	190	18.498,40	0,44%
MINISTERIO DA INTEGRACAO SOCIAL	180	17.524,80	0,41%
ABAIRA	172	16.745,92	0,39%
OUTROS	17.051	1.660.085,36	39,00%
<b>TOTAL</b>	<b>43.665</b>	<b>4.251.224,40</b>	<b>100%</b>

**CAUSA:**

Falha no mecanismo de controle referente ao processo de compensação previdenciária pelo INSS em decorrência da falta de assinatura do acordo de cooperação técnica entre os RPPS e o MPS.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O INSS ainda não apresentou manifestação acerca dos fatos apontados.

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Considerando que a assinatura do acordo de cooperação técnica constitui-se em uma rotina de operacionalização para que seja procedida a compensação previdenciária e em vista da necessidade de o INSS se compensar dos valores devidos pelos RPPS, recomendamos:

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Estabelecer mecanismos e instrumentos com vistas à celebração, pelos RPPS, do acordo de cooperação técnica junto ao MPS.

**1.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (064)**

PAGAMENTOS DE VALORES INDEVIDOS, A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PELO INSS AOS RPPS.

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, é responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social a manutenção do cadastro, atualizado, dos benefícios objeto de compensação financeira de forma que, mensalmente, sejam verificadas as prestações devedoras de um lado e as prestações devedoras de outro e promovido o balanceamento dos respectivos créditos havidos por cada um dos titulares, dando consequência, assim, ao processo de compensação previdenciária. Dessa forma, a compensação financeira se dá pelo encontro periódico de contas em que, confrontados os valores a pagar com os valores a receber, o regime devedor faz o pagamento ao outro.

Além dos valores a pagar e a receber, constitui-se como elemento de cálculo do montante a ser compensado pelo INSS, como regime de origem, os valores referentes às contribuições previdenciárias não recolhidas dentro do prazo legal. A afirmação encontra-se respaldada no Art. 6º da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, e no Art. 16 do Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, transcritos a seguir:

**Art. 6º da Lei nº 9.796/1999**

"(...)

*Art. 6º O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante devido por cada um deles para o Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.*

*§ 1º Os desembolsos pelos regimes de origem só serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no cômputo da compensação financeira devida de lado a lado e dos débitos pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal. (grifo nosso)*

*§ 2º O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS comunicará o total a ser desembolsado por cada regime de origem até o dia trinta de cada mês, devendo os desembolsos ser feitos até o quinto dia útil do mês*

subseqüente.

§ 3º Os valores não desembolsados em virtude do disposto no § 1º deste artigo serão contabilizados como pagamentos efetivos, devendo o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS registrar mensalmente essas operações e informar a cada regime próprio de previdência de servidor público os valores a ele referentes.

§ 4º Sendo inviável financeiramente para um regime de origem desembolsar de imediato os valores relativos à compensação financeira, em função dos valores em atraso a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, podem os regimes de origem e instituidor firmar termo de parcelamento dos desembolsos atualizando-se os valores devidos nas mesmas datas e pelos mesmos índices de reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social."

**Art. 16 do Decreto nº 3.112/1999**

"(...)

Art. 16. O INSS manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante por eles devido, isoladamente, ao Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não-recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.

§ 1º Os desembolsos pelos regimes de origem só serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no cômputo da compensação financeira devida de lado a lado, incluindo neste cálculo os débitos, inclusive os parcelados, provenientes do não-recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal pela administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (grifo nosso)

§ 2º Até o dia trinta de cada mês, o INSS comunicará ao regime de origem o total a ser por ele desembolsado, devendo tais desembolsos ser feitos até o quinto dia útil do mês subseqüente.

§ 3º Aplica-se ao INSS, enquanto regime de origem, os prazos previstos no parágrafo anterior.

§ 4º Os valores não desembolsados em virtude do disposto no § 1º deste artigo serão contabilizados como pagamentos efetivos, devendo o INSS registrar mensalmente essas operações e informar a cada regime próprio de previdência de servidor público os valores a ele referentes (...)"

Como visto na legislação transcrita, os desembolsos pelo INSS, enquanto regime de origem, somente serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no confronto dos valores a pagar e a receber, considerando-se nesse processo de acerto de contas tanto a compensação financeira devida de lado a lado quanto os valores referentes aos débitos, inclusive os parcelados, provenientes do não-recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal, pela administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Contudo, em consulta realizada no Sistema de Informações Gerenciais da Arrecadação (INFORMAR), em outubro de 2008, constatou-se a existência de contribuições previdenciárias, não recolhidas no prazo, de entes

federativos que receberam recursos do INSS a título de compensação previdenciária.

No sentido de evidenciar o fato descrito, apresenta-se, na tabela a seguir, a apuração realizada para os entes federativos Estados e Distrito Federal. Os valores referentes aos Municípios não serão apresentados no presente relatório de auditoria devido à quantidade de entes nessa categoria, porém, registramos que os referidos valores também foram objeto de apuração e apresentaram comportamento semelhante:

Tabela - Valores pagos COMPREV X Créditos devidos

UF	Valor Anual Pago 08/2008 (A)	Total de Débitos Previdenciários (B)	Diferença (B - A)
DF	41.519.213,43	347.233.908,47	305.714.695,04
AC	1.274.987,47	383.967.853,25	382.692.865,78
AL	6.325.054,80	112.612.418,40	106.287.363,60
AP	0,00	245.681.505,90	245.681.505,90
AM	110.056,91	387.469.462,60	387.359.405,69
BA	15.996.061,08	31.567.001,87	15.570.940,79
CE	3.929.092,10	8.394.399.941,54	8.390.470.849,44
ES	2.247.001,08	12.419.668,92	10.172.667,84
GO	682.925,13	2.634.564,11	1.951.638,98
MA	2.273.276,30	11.019,18	-2.262.257,12
MG	21.737.183,95	5.776.484.047,20	5.754.746.863,25
MS	1.475.795,82	4.383.765,49	2.907.969,67
MT	639.241,39	150.977.030,49	150.337.789,10
PA	0,00	86.543.362,58	86.543.362,58
PB	5.039.327,11	8.284.500.462,70	8.279.461.135,59
PE	7.845.316,66	7.994.501,72	149.185,06
PI	1.280.400,33	119.367.715,63	118.087.315,30
PR	19.271.942,50	415.023.960,60	395.752.018,10
RJ	21.992.316,03	533.995.968,97	512.003.652,94
RN	0,00	0,00	0,00
RO	394.806,83	100.251.202,15	99.856.395,32
RR	0,00	186.760.052,52	186.760.052,52
RS	14.327.142,79	810.230.282,40	795.903.139,61
SC	7.210.010,72	446.920.021,52	439.710.010,80
SE	336.007,16	35.722.020,84	35.386.013,68
SP	11.396.876,10	1.381.559.903,80	1.370.163.027,70
TO	357.979,80	16.238.603,65	15.880.623,85
<b>TOTAL</b>	<b>187.662.015,49</b>	<b>28.274.950.246,50</b>	<b>28.087.288.231,01</b>

(A) Fonte sistema INFORMAR

(B) Fonte sistema COMPREV

Conforme demonstrado na tabela acima, a grande maioria dos entes pesquisados possui débitos em montante maior que os valores transferidos pelo INSS no ano, fato que, em tese, resultaria no recolhimento de contribuições previdenciárias, no caso dos entes apresentados, de cerca de R\$ 187 milhões e, para o municípios, de R\$ 174 milhões. Vale destacar que muitos dos débitos apresentados na tabela anterior encontram-se inscritos em dívida ativa.

#### CAUSA:

Com base nas análises realizadas, foram identificados como fatores determinantes para a ocorrência do fato citado a falta de operacionalização de consulta junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre



a existência de dívida previdenciária de responsabilidade do regime instituidor ou do ente político. Registre-se que os procedimentos a serem adotados no citado processo de consulta estão previstos nos próprios normativos internos do MPS, em particular o Art. 18, § 5º, inciso I, da Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela Portaria MPS nº 98, de 6 de março de 2007.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O INSS ainda não apresentou manifestação acerca dos fatos apontados.

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Tendo em vista que impactos negativos identificados resultam no pagamentos de valores indevidos, a título de compensação previdenciária, pelo INSS aos RPPS, bem com no descumprimento do contido no Art. 6º da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, e no Art. 16 do Decreto n.º 3.112, de 6 de julho de 1999, apresentamos para o caso as seguintes recomendações:

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Operacionalizar junto aos órgãos competentes a consulta sobre a existência de débitos previdenciários, permitindo com isso a compensação destes débitos com os créditos relativos à compensação previdenciária.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Adotar medidas no sentido de integrar o sistema COMPREV aos sistemas da SRFB e PGFN, além da implementação de funcionalidades que permitam que as referidas consultas se dêem por meio do COMPREV, facilitando o referido procedimento de consulta e conferindo a devida transparência às atividades executadas.

#### **1.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (065)**

NÃO COMPENSAÇÃO DE VALORES PELO INSS EM DECORRÊNCIA DA FALTA DE TEMPESTIVIDADE DOS RPPS NA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DO RGPS.

Uma questão que foi objeto de análise pela equipe de auditores refere-se ao processo de julgamento dos pedidos de compensação financeira pelos regimes. Com base nas informações disponibilizadas, referentes a agosto de 2008, verificou-se que existiam nas bases do COMPREV 790.344 requerimentos de compensação previdenciária, sendo que desses requerimentos 560.310 haviam sido decididos pelo deferimento ou indeferimento, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela - Situação dos requerimentos de compensação financeira

Situação dos requerimentos de compensação financeira				
Ente	Requerimentos	Decididos		Em Análise
		Quantidade	%	
RPPS Instituidor				
Estados	512.904	392.289	76%	120.615
Municípios	232.188	160.335	69%	71.853
Total	745.092	552.624	74%	192.468
RGPS Instituidor				
Estados	34.338	5.566	16%	28.772
Municípios	10.914	2.120	19%	8.794
Total	45.252	7.686	17%	37.566
Total Geral	790.344	560.310	71%	230.034

Tendo em vista os quantitativos apresentados e considerando a diferença existente no percentual analisado pelo RPPS em relação ao analisado pelo RGPS, foi procedida a avaliação da tempestividade dos RPPS no processo de decisão dos requerimentos de compensação

financeira feitos pelo INSS. Para tanto, foi solicitado aos gestores do INSS, em dezembro de 2008, os dados referentes aos requerimentos, na situação "em análise", nos quais o RGPS figurava como regime instituidor.

Como resultado das análises, verificou-se a existência de um alto número de requerimentos feitos pelo INSS, cerca de 48.000, que se encontravam pendentes de decisão pelos RPPS, resultando, dessa forma, na falta de compensação financeira dos citados requerimentos.

Registre-se que o tempo médio em que esses requerimentos se encontravam em análise era de quatro anos e nove meses.

Na perspectiva de se obter uma estimativa do montante não compensado pelo INSS, procedeu-se o cálculo do valor a ser compensado por cada benefício multiplicando-se o valor do salário-mínimo, considerado como renda mensal inicial, pelo percentual do tempo de contribuição no âmbito do regime de origem em relação ao tempo de serviço total do segurado. O uso do salário-mínimo como valor referencial deveu-se ao fato de ser esse o menor valor de benefício pago, previsto inclusive no Art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999. Adicionalmente, foi procedido o cálculo do citado montante utilizando-se o produto do valor médio das compensações deferidas R\$ 97,36 pela quantidade de requerimentos em análise.

Com base nos valores referenciais, verificou-se que o INSS deixa de compensar, mensalmente, o montante aproximado de R\$ 4.793.000,00, com base no salário-mínimo, e R\$ 4.688.000,00, com base na média das compensações, assim, o INSS não vem compensando cerca de R\$ 60 milhões de reais por ano devido à falta de tempestividade dos RPPS na decisão de compensações previdenciárias requeridas pelo INSS. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos. Merece destaque o fato de que os vinte Entes com maior número de requerimentos não analisados serem responsáveis por 80% dos valores não compensados.

Tabela - Valores pagos COMPREV X Créditos devidos

UF	Valor Anual Pago 08/2008 (A)	Total de Débitos Previdenciários (B)	Diferença (B - A)
DF	41.519.213,43	347.233.908,47	305.714.695,04
AC	1.274.987,47	383.967.853,25	382.692.865,78
AL	6.325.054,80	112.612.418,40	106.287.363,60
AP	0,00	245.681.505,90	245.681.505,90
AM	110.056,91	387.469.462,60	387.359.405,69
BA	15.996.061,08	31.567.001,87	15.570.940,79
CE	3.929.092,10	8.394.399.941,54	8.390.470.849,44
ES	2.247.001,08	12.419.668,92	10.172.667,84
GO	682.925,13	2.634.564,11	1.951.638,98
MA	2.273.276,30	11.019,18	-2.262.257,12
MG	21.737.183,95	5.776.484.047,20	5.754.746.863,25
MS	1.475.795,82	4.383.765,49	2.907.969,67
MT	639.241,39	150.977.030,49	150.337.789,10
PA	0,00	86.543.362,58	86.543.362,58
PB	5.039.327,11	8.284.500.462,70	8.279.461.135,59
PE	7.845.316,66	7.994.501,72	149.185,06
PI	1.280.400,33	119.367.715,63	118.087.315,30
PR	19.271.942,50	415.023.960,60	395.752.018,10
RJ	21.992.316,03	533.995.968,97	512.003.652,94
RN	0,00	0,00	0,00

UF	Valor Anual Pago 08/2008 (A)	Total de Débitos Previdenciários (B)	Diferença (B - A)
RO	394.806,83	100.251.202,15	99.856.395,32
RR	0,00	186.760.052,52	186.760.052,52
RS	14.327.142,79	810.230.282,40	795.903.139,61
SC	7.210.010,72	446.920.021,52	439.710.010,80
SE	336.007,16	35.722.020,84	35.386.013,68
SP	11.396.876,10	1.381.559.903,80	1.370.163.027,70
TO	357.979,80	16.238.603,65	15.880.623,85
<b>TOTAL</b>	<b>187.662.015,49</b>	<b>28.274.950.246,50</b>	<b>28.087.288.231,01</b>

(A) Fonte sistema INFORMAR

(B) Fonte sistema COMPREV

#### **CAUSA:**

Com base nas análises realizadas foi identificado como elemento determinante dos fatos descritos a ausência de mecanismos que garantam a reciprocidade da atuação do INSS e dos RPPS na análise dos requerimentos de compensação financeira.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O INSS ainda não apresentou manifestação acerca dos fatos apontados.

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Dessa forma, considerando os fatos descritos e tendo em vista a diferença percentual de 57% entre os requerimentos analisados e decididos pelo INSS e os dos RPPS, recomendamos que o INSS:

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Estabeleça procedimentos que garantam a reciprocidade de atuação dos RPPS no processo de análise dos requerimentos, de tal sorte que seja garantido não só o tratamento isonômico entre os diversos RPPS, mas também a devida compensação financeira de seus respectivos requerimentos.

#### **1.1.2.5 CONSTATAÇÃO: (066)**

FALTA DE SISTEMÁTICA DO RGPS NA SELEÇÃO DE PROCESSOS DE REQUERIMENTOS DE COMPENSAÇÃO, PARA ANÁLISE, ENQUANTO REGIME DE ORIGEM.

Tendo em vista as fragilidades identificadas em nossas análises e considerando a quantidade de recursos envolvidos na compensação previdenciária, realizamos pesquisa na Internet e identificamos algumas entidades com "especialização" em compensação previdenciária.

A seguir consta a transcrição de algumas passagens de textos encontrados nestes sítios.

[www.asbadvogados.com.br](http://www.asbadvogados.com.br)

Algumas empresas têm procurado Prefeitos e Institutos Municipais de Previdência oferecendo seus serviços para "agilizar" o processamento dos requerimentos de compensação financeira do COMPREV, prevista na Lei Federal 9.796 de 05/05/1999 e no Decreto Federal 3.112 de 06/07/1999.

O curioso é que essas empresas vêm munidas de dados sobre os valores que esses Institutos de Previdência teriam a receber do Ministério de Previdência Social, a título de compensação financeira, dados esses que só o MPS teria condições de fornecer.

(...)

Entretanto, nota-se que servidores do MPS continuam lá dentro,

fornecendo dados dos Institutos de Previdência a essas empresas marotas, municiando-as com elementos para que, as mesmas, convençam os institutos credores a contratar seus serviços pelos "módicos" honorários de 20% (vinte por cento) sobre os valores efetivamente recebidos.

[www.advocaciaoliveira.com/modules/news/](http://www.advocaciaoliveira.com/modules/news/)

Em consonância com a Emenda Constitucional nº 20 e Lei Federal 9.717, de 27.11.1998, a União, os Estados e Municípios devem constituir regimes próprios de previdência social dos seus servidores. Indicamos abaixo os benefícios que os Municípios podem auferir com a Constituição de Regime Próprio de Previdência - RPPS: (negritei)

d) Redução de despesas com benefícios concedidos pela utilização de compensação previdenciária;

(...)

Os parcelamentos existentes com o INSS continuam a vigorar nas mesmas condições; no entanto, o saldo devedor poderá ser reduzido com as compensações a serem feitas com o INSS. Todavia, com relação aos parcelamentos existentes, é possível o ajuizamento de ações revisionais, visando expurgar encargos excessivos, assim reconhecidos judicialmente.

<http://www.apaulista.org.br/apm/CONSTITUCIONAL/gpp.as>

GPP - Programa de Gestão Plena Previdenciária:

Tem como objetivo orientar a administração pública municipal quanto aos procedimentos a serem adotados na criação ou reestruturação do Regime de Previdência dos Servidores Públicos, bem como, a compensação financeira entre os regimes de previdência, com vistas a atender às exigências dos órgãos de fiscalização e controle desses regimes quanto à adequação das legislações locais aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relativos à previdência própria, bem como a correta gestão dos recursos previdenciários.

A implantação do Programa de Gestão Plena Previdenciária (GPP) irá:

- sensibilizar o Poder Legislativo quanto à necessidade de implantação ou reestruturação do RPPS no município, nos moldes previstos no artigo 40 da Constituição Federal;
- demonstrar as vantagens que o regime próprio oferece aos servidores públicos, no exercício do cargo e na aposentadoria;
- buscar junto ao INSS os recursos financeiros devidos ao seu município em razão da compensação previdenciária.

Características do Programa:

- propiciar a orientação à gestão do passivo previdenciário e recebimento dos recursos devidos ao seu município pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a título de compensação previdenciária; e
- propiciar a adequação do RPPS para o acesso do seu município às transferências voluntárias de recursos pela União e empréstimos de instituições financeiras federais, celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes em geral e ao recebimento de valores devidos pelo INSS decorrentes da compensação financeira entre os regimes.

Percebe-se que a Compensação Previdenciária já surge como "oportunidade" de negócios para empresas de consultoria. Este fato, por si só, já deve ser encarado como ponto crítico no processo de efetivação e operacionalização da mencionada Compensação Financeira.

Nesses termos e com o propósito de se ter uma visão acerca da qualidade dos procedimentos operacionais utilizados no processo de julgamento dos pedidos de compensação financeira, foi solicitada aos gestores do INSS a relação de todos os requerimentos de compensação protocolados a partir de 1/1/2008 nas Gerências Executivas - GEx de Blumenau, Caruaru, Duque de Caxias, Fortaleza, Ijuí, Maringá, São João da Boa Vista e Vitória, com a indicação da data de protocolo do requerimento e a de concessão. A solicitação deveu-se ao fato de que as citadas Gerências são as que possuem maior número de entes a elas vinculados.

Com base na análise dos dados encaminhados, ficou evidenciada a falta de sistemática na seleção de requerimentos/processos de compensação previdenciária nas GEx. Conforme demonstrado na tabela a seguir, os prazos médios de concessão dispensados para os diferentes RPPS, dentro de uma mesma GEx, não são uniformes. De outra forma, os prazos médios na análise dos requerimentos se apresentam próximos, independentemente do RPPS instituidor.

GEX	RPPS	Tempo de Concessão (dias)	Tempo de Análise (dias)	2002 (UF) 2004	2006 (UF)
FORTALEZA	Horizonte	48	115	PSDB	
	Maranguape	41	134	PV	
	GOV. ESTADO	61	127	PSDB	PSB
	Ouixadá	139	166	PT	
	Fortaleza	21	129	PT	
VITÓRIA	Serra	138	135	PDT	
	Aracruz	91	156	PDT	
	GOV. ESTADO	123	130	PSB	PMDB
	Vitória	44	144	PT	
MARINGÁ	Cianorte	145	161	PMDB	
	Umuarama	234	158	PPS	
	Moreira Sales	205	132	PDT	
	Cruzeiro do Sul	201	132	PSDB	
	Altamira	93	195	PSB	
	Maringá	236	141	PP	
CARUARU	Belo Jardim	45	164	PFL	
	Vit.Sto Antônio	68	155	PSB	
	Caruaru	37	188	PFL	
DUQUE DE CAXIAS	Nilópolis	54	145	PP	
	S João Meriti	17	184	PMDB	
	Nova Iguaçu	104	151	PT	
	Itaprevi	42	185	PT	
	Duque Caxias	9	169	PMDB	
IJUÍ	Caibate	37	133	PP	
	Cerro Largo	42	173	PP	
	Horizontina	94	100	PDT	
	Cel. Bicaco	95	17	PMDB	
	S. Angelo	51	118	PDT	
	Ijuí	40	143	PDT	
BLUMENAU	Itajaí	26	152	PT	
	Camboriú	49	163	PSDB	
	Brusque	62	121	PFL	
	Blumenau	23	124	PFL	
S JOÃO BOA VISTA	Vargem Grande	91	173	PSDB	
	S Rita Passa 4	41	156	PFL	
	S J Boa Vista	46	130	PMDB	

Ainda com o intuito de se mapear a sistemática utilizada pelo INSS na concessão da compensação, procedeu-se a leitura mais acurada da Orientação Interna nº 02, de 20 de setembro de 2004, editada com o fim de "estabelecer e uniformizar procedimentos a serem adotados pelas APS, para o requerimento da Compensação Previdenciária, quando o RGPS for o regime instituidor ou o regime de origem". Desse procedimento verificamos que a citada orientação também não traz previsão de um regramento na seleção de requerimentos para análise das APS, na

hipótese de o INSS ser o Regime de Origem.

Acerca do mesmo assunto, segundo o Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária, os requerimentos são elencados no COMPREV por número de NIT - em classificação crescente - e a seleção de requerimentos deveria se orientar por essa forma de apresentação. Contudo, na análise dos dados disponibilizados, a referida informação não foi evidenciada, ou seja, o processo de decisão dos requerimentos não obedece a regra de seleção por ordem de NIT.

#### **CAUSA:**

Com base nas análises realizadas, verifica-se que, além de não existirem regras claras acerca do processo de seleção e deferimento dos requerimentos de compensação previdenciária feitos pelos agentes do INSS, não existem procedimentos consistentes de acompanhamento e supervisão do citado processo, bem como os instrumentos de controle, em particular o sistema COMPREV, não oferecem a devida transparência na execução dessas atividades. Destaque-se que o referido sistema não permite a visualização da complexidade e dos sucessivos trâmites seguidos pelos citados requerimentos no processo de decisão dos mesmos.

Ainda acerca do assunto, é fundamental ressaltar que após o levantamento das atividades executadas no processo de compensação previdenciária, ficou evidente a ausência de integração entre alguns dos sistemas informatizados utilizados como suporte às referidas atividades, em especial as relacionadas aos sistemas CADPREV e COMPREV. Registre-se que essa falta de integração impõe aos servidores a necessidade de manutenção dos dados referentes aos regimes próprios de previdência social em dois sistemas diferentes, além disso, determina que seja indicada, mensalmente e de forma manual, a existência de CRP para pagamento da compensação financeira. Ressalte-se que tal fato, além de causar retrabalho e inconsistência das informações sobre os RPPS, pode, inclusive, ensejar o descumprimento de normativos legais, particularmente o disposto no Art. 1º do Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O INSS ainda não apresentou manifestação acerca dos fatos apontados.

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Assim, apesar de não restar evidenciada a existência de favorecimento no processo de compensação previdenciária, é possível concluir que o alto grau de fragilidade dos mecanismos, agentes e instrumentos de controle interno, aliado ao fato de a Compensação Previdenciária já estar sendo alvo da ação de intermediários e oportunistas, torna possível a manipulação e o direcionamento do procedimento em questão.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Adotar medidas saneadoras, em especial quanto ao estabelecimento de regras mais transparentes para o procedimento de seleção de requerimentos, e a implantação do monitoramento das atividades vinculadas ao referido processo, baseada em indicadores que permitam, além da avaliação de desempenho, o acompanhamento e a supervisão das atividades, a correção dos eventuais desvios eventualmente identificados.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Proceder a integração entre os sistemas informatizados utilizados como suporte às atividades executadas no âmbito da compensação

previdenciária, em especial as relacionadas aos sistemas CADPREV e COMPREV, evitando-se a necessidade de indicação, mensal, e de forma manual, da existência de CRP para pagamento da compensação financeira.

### 1.1.3 ASSUNTO - RECURSOS DISPONÍVEIS

#### 1.1.3.1 INFORMAÇÃO: (008)

Trata-se da avaliação da utilização do CPGF, no exercício de 2008, sob os aspectos de regularidade e conformidade legal, de modo a evidenciar os resultados obtidos no que concerne à prevenção, normalização, orientação e ações corretivas.

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.370, de 01/02/2008, o Suprimento de Fundos (SF) é um adiantamento concedido, excepcionalmente, a servidor, a critério e sob inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos, efetivados por meio do CPGF. Comparando a execução de despesas com CPGF, no INSS, nos exercícios de 2007 e 2008, verifica-se uma redução da ordem de 50%. A transparência na utilização do instrumento de pagamento foi incrementada, com os valores correspondentes a saques em espécie caindo de 70,4% do total em 2007 para 3,8% em 2008.

ITEM	2007		2008		2008/2007
	R\$	%	R\$	%	%
Fatura	413.413,81	29,6%	675.057,80	96,2%	63,3%
Saque	981.847,80	70,4%	26.994,00	3,8%	-97,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1.395.261,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>702.051,80</b>	<b>100,0%</b>	<b>-49,7%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial - contas contábeis 199962401 e 199962402.

Os gastos com CPGF relativos ao exercício de 2008 foram realizados por 89 Unidades Gestoras (UG).

Durante os trabalhos relativos à Auditoria de Acompanhamento do exercício de 2007, cujos resultados foram consignados no Relatório de Auditoria nº 218065, foi realizada uma amostragem não-probabilística, tendo como critério principal a materialidade, tendo sido escolhidas 10 UGs para análise, correspondendo a 33,5% do valor total do universo considerado (gastos realizados até setembro), ou 20,7% do valor total do exercício. As UGs analisadas foram as seguintes:

- GEX Belo Horizonte
- GEX São José do Rio Preto
- GEX Campo Grande
- GEX Chapecó
- GEX Recife
- GEX Rio de Janeiro - Norte
- GEX Maceió
- GEX Santos
- GEX Novo Hamburgo
- Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

As principais irregularidades / impropriedades verificadas na análise dos processos de concessão de suprimentos de fundos e prestação de contas da amostra foram as seguintes:

a) Despesas Inelegíveis para Suprimento de Fundos: trata-se, basicamente, da realização de despesas que não preenchem o requisito da excepcionalidade, mas, ao contrário, constituem despesas passíveis de planejamento e, portanto, não elegíveis para SF. Correspondem a despesas com viaturas oficiais (combustível, manutenção,

licenciamento); com a reabilitação profissional de segurados do instituto (cursos profissionalizantes e implementos profissionais); e outras despesas passíveis de planejamento, como manutenção de equipamentos de informática. Este tipo de irregularidade foi constatado em processos de todas as 10 UGs analisadas.

b) Despesas Fora do Prazo de Utilização e/ou Prestação de Contas fora do Prazo: constatado em 5 das 10 UGs analisadas.

c) Despesas em Valores Acima dos Limites Legais: constatado em 6 das 10 UGs analisadas.

d) Falhas Formais: trata-se de impropriedades relativas aos comprovantes de despesas; atesto das despesas; documentação de suporte à motivação das despesas, inclusive declaração de falta no estoque; e numeração do processo administrativo. Constatadas em 8 das 10 UGs analisadas.

A causa para os fatos relatados está relacionada à falta de clareza e especificidade dos normativos legais vigentes durante a maior parte do período analisado, o que, inclusive, ensejou a edição de normativos internos com dispositivos que permitiam a realização de despesas inelegíveis; e também à falta de planejamento para a realização de despesas previsíveis.

Segue-se uma análise mais detalhada para cada tipo de irregularidade / impropriedade verificada:

a) Despesas Inelegíveis para Suprimento de Fundos

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o pagamento por meio de suprimento de fundos é reservado a despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, precedido de licitação ou sua dispensa (Lei nº 4.320/64, art. 68; Decreto-lei nº 200/67, art. 74, § 3º; Decreto nº 93.872/86, art. 45). Desta forma, despesas passíveis de planejamento não se enquadram, em princípio, no requisito da excepcionalidade.

Há de se reconhecer que o conjunto de normas que regulamentam o suprimento de fundos (Lei nº 4.320/64, arts. 68 e 69; Decreto-lei nº 200/67, arts. 74, 77, 78, 80, 81 83 e 84; Decreto nº 93.872/86, arts. 45 a 47; Decretos nº 5.355/2005 e nº 6.370/2007; Portarias MF nº 95/2002 e MP nº 41/2005; e manual SIAFI, transação CONMANF, código 02.11.21) carece de clareza e especificidade acerca das despesas elegíveis e outros aspectos práticos. Neste cenário, fato importante foi a manifestação do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão TCU nº 1.276/2008 - Plenário, de 01/10/2008, com a fixação de entendimentos a respeito da matéria, em caráter normativo. Sobre as despesas passíveis de planejamento, o citado Acórdão firma o seguinte entendimento:

"9.2.2. o suprimento de fundos aplica-se apenas às despesas realizadas em caráter excepcional, e, por isso, aquelas que se apresentem passíveis de planejamento devem ser submetidas ao procedimento licitatório ou a dispensa de licitação, dependendo da estimativa de valor dos bens ou serviços a serem adquiridos (cf. item 5.2 do relatório de auditoria);"

O referido item 5.2 do relatório explica o significado da expressão



"processo normal de aplicação":

"Entende-se por processo normal de aplicação aquele em que é possível, desejável, e menos oneroso para a administração pública fazer com que seus recursos somente sejam aplicados após o cumprimento, entre outros, de determinados procedimentos:

- a) formalização de processo;
- b) obtenção de proposta mais vantajosa;
- c) celebração de contrato, se for o caso;
- d) emissão de empenho em nome do credor;
- e) liquidação; e
- f) pagamento via ordem bancária."

Considerando-se o entendimento fixado pelo TCU no Acórdão nº 1.276/2008, item 9.2.2, verifica-se que despesas com abastecimento, manutenção e licenciamento de veículos oficiais devem, em princípio, submeter-se ao processo normal de aplicação. Exceções são as despesas com abastecimento e manutenção corretiva realizados em viagens a serviço, e caracterizadas por serem realizadas fora da cidade sede da UG. Tais despesas, quando ocorridas na sede, mesmo que relacionadas a viagens (por exemplo, abastecimento prévio à viagem), devem ser realizadas pelo processo normal de aplicação. Ressalte-se que, segundo dados do Portal da Transparência, 47,6% de todos os gastos do INSS com combustíveis via CPGF no exercício de 2008 foram realizados em estabelecimentos localizados na mesma cidade da sede da respectiva UG executora.

O mesmo argumento aplica-se em relação às despesas com manutenção de equipamentos de informática. Também aqui pode haver excepcionalidades, devidamente justificadas, porém como exceção, não como regra. A inexistência de contratos para tais fornecimentos, alegada por algumas UGs, mostra-se oriundas de falhas no planejamento de despesas previsíveis.

De modo similar, as despesas relacionadas à reabilitação profissional devem, em princípio, submeter-se ao processo normal de aplicação.

Especificamente em relação a essas despesas, ressalte-se trecho do relatório de auditoria vinculado ao Acórdão TCU nº 1.276/2008:

"9.2.1. Utilização do instrumento para execução de despesas subordinadas ao processo normal de aplicação.

(...) a equipe constatou falta de planejamento para realização das despesas de aquisição/prestação de serviços, principalmente em relação àquelas com cursos e auxílios materiais para segurados em programas de reabilitação profissional, por procedimento normal de licitação, ocasionando a utilização do CPGF em situações que poderiam ser evitadas."

Mesmo considerando a dificuldade - ou impossibilidade - de prever-se exatamente quais os cursos profissionalizantes que serão necessários, bem como sua localização e quantidade de treinandos, a existência de concentração de despesas em determinados fornecedores indica que podem ser celebrados convênios ou instrumentos similares com tais instituições para o fornecimento desses serviços. Estabelecidos tais instrumentos, pode-se considerar situações excepcionais, devidamente justificadas, nas quais esse tipo de despesas possa ser realizada por SF - como exceção, e não como regra. Ressalte-se, ainda, que a OI nº 25/INSS/DIROFL, de 11/11/2008, art. 2º, § 5º, admite a execução de despesas relativas a RP, porém "condicionadas efetivamente ao

estabelecido pelas normas em vigor, desde que haja justificativa da excepcionalidade".

b) Despesas Fora do Prazo de Utilização e/ou Prestação de Contas fora do Prazo

Todas as UGs confirmaram o fato apontado.

b) Despesas em Valores Acima dos Limites Legais

Em 5 das 6 UGs em que foi constatado este tipo de ocorrência, as despesas referem-se à reabilitação profissional, e as manifestações dos gestores se apoiaram na OI nº 22/INSS/DIROFL, que estabelecia que as despesas realizadas com diferentes reabilitandos e/ou materiais/serviços e/ou meses não se somariam para efeito de avaliação de fracionamento de despesas.

Os valores limitantes para a realização de despesas por SF representam outro tema acerca do qual o conjunto de normas que o regulamentam carece de clareza e especificidade. Felizmente, também aqui o Acórdão TCU nº 1.276/2008 - Plenário, de 01/10/2008, fixa entendimentos, em caráter normativo:

"9.2.3. os limites estabelecidos pelo art. 1º da Portaria nº 95/2002, do Ministério da Fazenda, referem-se a todo e qualquer tipo de suprimento de fundos e não apenas aos destinados a atender às despesas de pequeno vulto, ressalvados os casos expressamente autorizados por Ministro de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente, desde que caracterizada a necessidade em despacho fundamentado, consoante o disposto no § 3º do art. 1º daquele normativo (Portaria MF nº 95/2002) - cf. item 5.6 do relatório de auditoria;

9.2.4. a utilização de suprimento de fundos para aquisição, por uma mesma unidade gestora, de bens ou serviços mediante diversas compras em um único exercício e para idêntico subelemento de despesa, cujo valor total supere os limites dos incisos I ou II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, constitui fracionamento de despesa, situação vedada pelos referidos dispositivos legais (cf. item 5.7 do relatório de auditoria);"

Desta forma, evidencia-se que os dispositivos da OI nº 22/INSS/DIROFL sobre os quais se apoiaram as UGs quanto às limitações de valores para despesas de RP colidiam com o entendimento do TCU. Ressalte-se que tais dispositivos não subsistem na OI nº 25/INSS/DIROFL.

d) Falhas Formais

De modo geral, as UGs confirmaram as falhas apontadas, e relataram medidas corretivas e/ou preventivas.

Ressalte-se que, após a emissão do Acórdão TCU nº 1.276/2008 - Plenário, de 01/10/2008, com a fixação de entendimentos a respeito da matéria, em caráter normativo, o INSS providenciou a expedição da Orientação Interna nº 25/INSS/DIROFL, de 11/11/2008, que disciplina a concessão, a realização e o controle da despesa por suprimento de fundos no Instituto, com adequações relativas aos entendimentos fixados pelo TCU no supracitado Acórdão. Ainda, o INSS informou, por meio do Ofício nº 423/INSS/GABPRE, de 19/05/2009, que será implantado, a partir de 1º de junho de 2009, o Sistema de Cartão de Pagamento - SCP, com o objetivo de aprimorar ainda mais o acompanhamento e controle do suprimento de fundos.

Em resumo, considerando a queda de quase 50% no valor pago com CPGF em 2008 em comparação com o exercício anterior, a acentuada queda no percentual de saques em espécie, o aperfeiçoamento da normatização interna do INSS (no final do exercício), e a planejada implantação de um sistema informatizado específico para o controle das despesas com suprimento de fundos, pode-se concluir que a utilização deste instrumento de pagamento vem passando por um processo de depuração e melhoria no Instituto. O monitoramento dos gastos realizados ao longo do exercício de 2009 dirá se estas providências serão eficazes na redução dos problemas detectados em 2008, sendo o principal deles a execução de despesas passíveis de planejamento e, portanto, inelegíveis - principalmente despesas com reabilitação profissional e viaturas oficiais; alguns outros problemas, como a execução de despesas em valores acima dos limites legais, decorreram diretamente da execução de despesas passíveis de planejamento. Outros problemas menos graves e/ou verificados com frequência em 2008 foram a extrapolação do período de utilização e/ou prestação de contas e falhas na composição do processo administrativo.

## **2 APOIO ADMINISTRATIVO**

### **2.1 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**

#### **2.1.1 ASSUNTO - PROCESSOS LICITATÓRIOS**

##### **2.1.1.1 INFORMAÇÃO: (033)**

Conforme informações prestadas pelo gestor, por meio do Ofício nº 3609/2008/CGLCO/DIROFL/INSS, de 07.11.2008, até 06.11.2008 foram firmados os seguintes contratos:

<b>Fornecedor</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
FABRIKON	CONVITE	94.581,82
NEW STAR PLACAS	PREGÃO	5.022,85
POSTO BRASAL	PREGÃO	-
ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	PREGÃO	1.111.654,68
TECNOSOLO	CONCORRÊNCIA	493.535,91
SYSTEM	PREGÃO	383.998,92
POLYTEC INSTALAÇÕES	PREGÃO	121.992,00
POSITIVO	PREGÃO	126.868,50
STAR BKS	PREGÃO	52.635,00
DIVIFORMA	PREGÃO	15.782,00
METAIS IND. DE FITAS	PREGÃO	2.541,10
ALM - AUDIO, VÍDEO E SUP.	PREGÃO	1.147,70
SANTA RITA COMERCIAL	PREGÃO	81,00
DF DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS	PREGÃO	22.000,00
FF INFORMÁTICA, PAP.E GRÁFICA	PREGÃO	5.293,00
IND.COM.MAT.PARA ESCRITÓRIO	PREGÃO	891,00
MODELO COM. DE PNEUS E RODOS	PREGÃO	1.280,00
PEJOMA TEC.E COMERCIO	PREGÃO	7.585,50
ALCIR SILVA NASCIMENTO	PREGÃO	495,00
REBER COM. LTDA.	PREGÃO	2.100,00
GYN MÉDICA LTDA.	PREGÃO	4.500,00
GSC	PREGÃO	406,60
ATLAS COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.	PREGÃO	320,00
LV PRODUTOS DE PAPELARIA	PREGÃO	10.169,60
VS DATA COMERCIAL E INFORMÁTICA	PREGÃO	7.296,00
VERÔNICA RATIS	PREGÃO	8.580,00
PEGA PEGA LTDA.	PREGÃO	5.979,50
UNI - COMERCIAL DE PEÇAS	PREGÃO	5.050,00
CRÓTONS INDÚSTRIA GRÁFICA	PREGÃO	3.425,00
CIMFEL COM. MAT. ESCRITÓRIOS	PREGÃO	2.567,30
FELLIPE RIQUETTO DE S. ETIQUETAS	PREGÃO	1.430,00
CIEE	PREGÃO	1.854.757,80
DIALOG	PREGÃO	24.862,61

Fornecedor	Modalidade	Valor (R\$)
ESPAÇO E FORMA MÓVEIS E DIV. LTDA.	PREGÃO	10.500,00
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INF.	PREGÃO	7.556,00
SPUR COMÉRCIO IMP EXP	PREGÃO	56.202,00
BIOS COMP. SOLUÇÕES TEC.	PREGÃO	4.450,05
INFOR. SUPR. INFORMÁTICA	PREGÃO	3.200,00
MONDEO COM. E DISTR.	PREGÃO	3.997,00
XXIS 156 INFORMÁTICA	PREGÃO	550,00
TIGRE CONTAINERS E ACESSÓRIOS	PREGÃO	10.190,00
A&C BUSINESS DISTRIBUIDORA	PREGÃO	5.827,74
JS COM. DE EQUIP. ELETRÔNICOS	PREGÃO	34.000,00
FORT MOBILE IND. COMERCIO LTDA	PREGÃO	12.784,96
ANTÔNIA VIERA DE SOUZA COM MOV.	PREGÃO	17.246,80
DIRCEU LONGO E CIA LTDA	PREGÃO	2.308,94
MICROLAGOS	PREGÃO	400,00
GCS	PREGÃO	21.028,35
HIDRO FOTOS VIDEOS INF. LTDA.	PREGÃO	17.906,00
SETH COMERCIAL E PAPELARIA LTDA.	PREGÃO	1.099,00
ADRIANO JOSÉ DE MOURA ME	PREGÃO	931,98
EXECUTIVA COM. DE EQUIPAMENTOS	PREGÃO	1.380,00
TURCHILLO E FERREIRA LTDA.	PREGÃO	1.358,00
UTIL - UTILIDADE PARA O LAR	PREGÃO	3.031,00
LOBATO COM.	PREGÃO	1.207,74
ATLANTIS COMÉRCIO PRODUTOS	PREGÃO	1.864,00
ANEXHO BRASIL FERRAMENTAS	PREGÃO	525,00
GOMAFE GOIAS MAQ. E FERRAM.	PREGÃO	110,00
MULTIQUADROS E VIDROS LTDA.	PREGÃO	15.798,91
C DIAS	PREGÃO	8.928,00
VS COMÉRCIO	PREGÃO	8.200,00
ATIVA COMÉRCIO DE CABOS	PREGÃO	4.299,57
ZEPIM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	PREGÃO	2.046.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>6.582.106,76</b>

Como se observa na relação apresentada, à exceção de 2 contratos, de um universo de 64, o INSS priorizou a utilização da modalidade pregão em suas contratações. Esse fato demonstra a preocupação do gestor em observar o princípio da competitividade e economicidade.

Nos trabalhos de acompanhamento de gestão, foram selecionados contratos com pagamentos realizados durante o período de janeiro a outubro de 2008, sendo incluídos não só contratos firmados em 2008, mas os anteriores que ainda se encontram vigentes. A tabela a seguir relaciona os processos licitatórios analisados:

	Fornecedor	Saldo (R\$)
1	FABRIKON CONSTRUÇÕES E COM. DE VIDROS LTDA.	55.405,47
2	TECNOSOLO ENG. E TECNOLOGIA DE SOLOS E MAT.	467.817,21
3	INTER TOURS VIAGENS E TURISMO LTDA.	5.746.868,42
4	VISUAL – LOCAÇÃO, SERVIÇO, CONST. CIVIL	358.500,32
5	NCT INFORMÁTICA LTDA.	198.373,74
6	ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	367.463,62
7	DIALOG SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	160.992,74
8	GOIASSERV SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.	364.074,36
9	DATAMÉTRICA CONSULTORIA, PESQUISA E TELEM.	806.913,61
	<b>TOTAL</b>	<b>8.526.409,49</b>

Saldo de Empenhos por credor - posição em 21.10.2008 - fonte: SIAFI Gerencial

Dessa análise nenhum fato merecedor de destaque foi detectado.

#### 2.1.1.2 INFORMAÇÃO: (034)

As aquisições de bens e prestação de serviços contratados pelo INSS no período de janeiro a outubro de 2008, por inexigibilidade de licitação, totalizaram R\$ 95.173.944,32 (noventa e cinco milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme detalhado na tabela a seguir:

Fornecedor	Valor (R\$)
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	1.930.606,92
Novo FAC	86.606.178,00
Editora Fórum	643.000,00
EBC	5.770.000,00
Zênite Informação e Consultoria Ltda.	59.130,00
CAESB	165.029,40
<b>TOTAL</b>	<b>95.173.944,32</b>

Na auditoria de acompanhamento de gestão, foram analisados os processos referentes aos fornecedores Editora Fórum e Zênite Informação e Consultoria Ltda, não sendo verificados fatos que mereçam destaque.

#### 2.1.1.3 INFORMAÇÃO: (035)

Com relação às aquisições de bens e prestação de serviços contratados pelo INSS no período de janeiro a outubro de 2008, por dispensa de licitação, verificou-se um total de R\$ 4.167.980,00 (quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta reais), conforme detalhado na tabela a seguir:

Fornecedor	Valor (R\$)
SERPRO	7.980,00
DATAPREV	4.160.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.167.980,00</b>

No acompanhamento de gestão, foi selecionado um processo de dispensa de licitação iniciado anteriormente ao período de janeiro a outubro de 2008, mas que se encontra em vigência. Trata-se do aluguel do edifício onde provisoriamente encontra-se instalada a Direção Central do INSS, situado no Setor Bancário Norte em Brasília/DF, referente ao contrato firmado com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. Em pesquisa realizada no sistema SIAFI Gerencial, verificamos que até 21.10.2008 consta um saldo em empenhos por credor (valores pagos) no valor de R\$ 3.491.546,67 (três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos); não sendo verificado outro fato digno de destaque.

#### 2.1.1.4 INFORMAÇÃO: (039)

A Auditoria Especial CGU n.º 187713/2007 avaliou os atos e fatos de gestão relativos à regularidade da dívida contraída pelo INSS, junto à rede bancária, referente aos serviços prestados de pagamento de benefícios, arrecadação das contribuições previdenciárias e transferências de registros das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, no período de 2000 a 2004.

Conforme informações do Processo n.º 17944.000085/2005-91, essa dívida foi convertida em securitização como suporte para a emissão de títulos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e diz respeito à falta de pagamento dos serviços contratados junto aos bancos, no período de 2002 a 2004, no montante de R\$ 1.005.191.575,14 (um bilhão, cinco milhões, cento e noventa e um mil e quinhentos e setenta e cinco reais e quatorze centavos), pela prestação de serviços de arrecadação e de

pagamento de benefícios da Previdência Social, bem como à falta de pagamento dos serviços contratados com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 374.503.074,08 (trezentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e três mil e setenta e quatro reais e oito centavos), relativos à transferência de registros das GFIP entre setembro de 2000 e dezembro de 2004.

A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL/INSS detém a responsabilidade pelo acompanhamento e controle da execução dos contratos celebrados com a rede bancária, utilizando para tal mister o Sistema de Controle Financeiro - SCF, disponibilizado pela DATAPREV, que proporciona a operacionalização da estimativa, provisão, pagamentos e acertos de benefícios e de quaisquer rendas ou parcelas de receita. Relativamente aos registros da GFIP, os controles e acompanhamentos são exercidos atualmente pela Receita Federal do Brasil.

Como resultado dos trabalhos realizados, foram constatadas inconsistências nas notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes às transações realizadas, bem como entre informações extraídas das bases de dados do SCF e a prestação de contas dos benefícios pagos e não pagos para o processamento, recebidos da rede bancária, além das informações de arrecadação efetuada pela mesma e dos serviços efetivados pela CEF quanto aos registros da GFIP.

Ademais, foi observado pagamento de prestação de serviços sem o devido respaldo contratual, tendo em vista que os contratos assinados com os bancos para a prestação de serviços de arrecadação e de pagamento de benefícios da Previdência Social e com a CEF para registros das GFIP tiveram seus prazos de vigência expirados e ainda assim executados.

Por meio da Portaria n.º 46/DIROFL, de 17.5.2007, foi constituído pelo Instituto Grupo de Trabalho - GT com o intuito de analisar as constatações e recomendações do Relatório de Auditoria Especial CGU n.º 187713/2007. Ao final dos trabalhos, o supracitado GT emitiu a Nota Técnica CGOFC/DIROFL/INSS, de 17.8.2007, com informações e providências adotadas pelo INSS naquele sentido, contemplando especialmente planilhas de cálculo demonstrando os valores mensais devidos a cada um dos estabelecimentos bancários, relativos às dívidas contraídas pelo não pagamento dos serviços de arrecadação e pagamento de benefícios contratados, no período de 2002 a 2004, tendo em vista que as informações anteriores prestadas para esta Coordenação-Geral não continham dados relativos aos pagamentos por emissão de Ordens Bancárias.

Entretanto, e em que pese as justificativas fornecidas, as divergências constatadas pela auditoria especial entre os valores das faturas apresentadas pela rede bancária e os valores de remuneração obtidos do SCF ainda persistiram e não foram devidamente esclarecidas pela Entidade, conforme novas planilhas geradas com base nas informações prestadas pela Nota Técnica CGOFC/DIROFL/INSS, de 17.8.2007.

Por meio dos Ofícios 3318/INSS/CGOFC e 3341/INSS/CGOFC, datados respectivamente de 6.10.2008 e 13.10.2008, o INSS encaminhou as bases de dados contendo os montantes de documentos processados que compuseram a dívida securitizada pelo Tesouro Nacional, contraída pelo INSS junto à rede bancária, referente aos serviços prestados de pagamento de benefícios e arrecadação de contribuições previdenciárias.

Os dados encaminhados pela DATAPREV foram devidamente tratados e analisados por este Órgão de Controle. Desse trabalho, foram geradas planilhas eletrônicas, uma para cada ano, comparando as informações produzidas pela DPPAS/DP/SFC/CGU-PR com as informações fornecidas pela Nota Técnica CGOFC/DIROFL/INSS, de 17.8.2007, nas quais foram demonstrados os valores cobrados por tipo de serviço (Arrecadação, Benefício, EPU, LOAS Deficiente e LOAS Idoso), totalizando as diversas modalidades oferecidas pelos bancos (Cartão Magnético Universal, Cartão Magnético Restrito, Conta Corrente Universal, Meio Magnético Recibo, Agências Pioneiras, Conta Corrente Restrita e PAB).

De modo a obtermos uma comparação mais efetiva dos valores apresentados pelo INSS, calculamos os novos montantes, com base na movimentação encaminhada de Valores Arrecadados e Benefícios Pagos - VABP, por modalidade de serviço, já que as tarifas cobradas pela rede bancária é de conhecimento prévio. Sendo assim, o valor principal referente ao tipo de serviço foi obtido a partir da seguinte equação: (quantidade de documentos x tarifa cobrada pela modalidade de serviço) + inclusões - deduções - glosas.

Todavia, constatamos diversos meses com diferenças entre nossos cálculos e as informações fornecidas por meio da Nota Técnica CGOFC/DIROFL/INSS, de 17.8.2007. Partindo do pressuposto de que quantidades iguais de documentos, entre essa Nota Técnica e a movimentação de VABP encaminhada, corresponderão a valores principais também iguais. As inconsistências observadas dizem respeito a:

- Meses com quantidades diferentes de documentos (entre essa Nota Técnica e a movimentação de VABP), ocasionando diferenças entre os respectivos valores principais;
- Meses com quantidades iguais de documentos (entre essa Nota Técnica e a movimentação de VABP) mas com os correspondentes valores principais diferentes; e
- Meses com quantidades iguais de documentos (entre essa Nota Técnica e a movimentação de VABP) mas com glosas informadas, ocasionando diferenças entre os respectivos valores principais, tendo em vista que a movimentação de VABP já contemplaria tais glosas.

A apuração da consistência dos valores referentes à dívida securitizada ainda está em curso nesta SFC/CGU-PR. Novas bases de dados foram encaminhadas pelo INSS por intermédio do Ofício n.º 726/INSS/CGOFC/DCFIN, de 16.3.2009, contendo informações adicionais às já fornecidas pela Autarquia Previdenciária. Além disso, as providências adotadas quanto ao atendimento das recomendações do Relatório de Auditoria Especial CGU n.º 187713/2007 estão sendo avaliadas quanto à eficácia e efetividade delas. O resultado das análises em curso será objeto dos próximos trabalhos deste Órgão de Controle na Entidade.

#### **2.1.1.5 INFORMAÇÃO: (040)**

Refere-se o Processo n° 35000.000943/2007-00, ao Pedido de Execução de Serviços n° 28/2007, de 09/07/2007, da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reservas, marcação, remarcação de bilhetes de passagens aéreas ou PTA, de empresas regulares de transporte aéreo de passageiros, em linhas nacionais (domésticas) e internacionais, tendo como justificativa o encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme Memorando n° 001/CCS/CGLC/INSS, de 05/07/2007.

Por meio do Memorando-Circular n° 013/2007/CGLC/INSS, foi solicitado a

todas as Unidades do INSS (Gabinete, Diretorias, Coordenações, Gerências, Auditoria, Corregedoria e Procuradoria), informação quanto à demanda estimada mensal e anual de aquisição de passagens aéreas, identificando os Programas de Trabalho, a natureza e finalidade das ações/projetos.

Em 31/07/2007, foi realizada consulta para verificação dos preços praticados no mercado, estimando a emissão de bilhetes nacionais em 710 mensais e 3 internacionais mensais. A empresa Freedom Turismo Ltda., informou o percentual de 2,5% de desconto na compra de passagens. Em 01/08/2007 foram encaminhados e-mail às Unidades Gestoras de 10 Ministérios (MCT, MC, MINC, DEFESA, DESENVOLVIMENTO, MEC, INTEGRAÇÃO, JUSTIÇA, PLANEJAMENTO e TURISMO), solicitando informações quanto aos percentuais de desconto nos contratos em vigor nessas Unidades, os quais variaram de 0,69 a 6,20%.

Conforme tabelas apresentadas às fls. 77 a 133 do processo, o quantitativo de passagens utilizadas pelas Unidades do INSS, no exercício de 2006, totalizou 11.140.

Foram apresentados Plano de Trabalho, Termo de Referência e minutas do Edital do Pregão e do Contrato, contendo objeto, fundamentação legal, justificativas, parâmetro de contratação e aceitação da proposta baseado no menor preço e maior desconto ofertado, quantitativo dos serviços e valor total estimado, critérios de controle, avaliação, acompanhamento e aceitação dos serviços, exigências de habilitação, descrição de serviços, obrigações da contratada, sanções, responsabilidades das partes, dentre outros. Consta do Termo de Referência que para o exercício de 2007 foi estimada a quantidade de 15.990 bilhetes de passagens, com desconto mínimo de 3%, perfazendo o valor anual estimado de R\$ 12.721.963,80.

O Pregão Eletrônico nº 18/2007, sob a forma de Execução Indireta no regime de empreitada por Preço Global, do tipo Menor Preço baseado no maior desconto oferecido, iniciou sua etapa de lances em 26/10/2007, com participação das seguintes empresas:

EMPRESA		CNPJ Nº	DESCONTO
1	SPHAERA TURISMO E REP. LTDA.	72.604.861/0001-90	7,00%
2	AQUIDAUANA VIAGENS E TURISMO LTDA.	00.922.286/0001-62	4,00%
3	VALTAT VIAGENS E TURISMO LTDA.	03.667.498/0001-39	3,77%
4	INTER TOURS VIAGENS E TURISMO LTDA.	00.614.995/0001-80	3,50%
5	MARAFON & PETKOW LTDA.	08.088.541/0001-25	3,01%
6	MIRANDA TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	24.929.614/0001-10	3,00%
7	ELLO TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	51.475.606/0001-14	3,00%
8	VISÃO TURISMO LTDA.	16.482.762/0001-01	3,00%
9	METROPOL VIAGENS E TURISMO LTDA.	30.276.968/0001-06	3,00%
10	AIRES TURISMO LTDA.	06.064.175/0001-49	3,00%
11	MONEY TURISMO LTDA.	37.979.739/0001-05	1,10%
12	EUREXPRESS TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.	03.600.863/0001-98	1,02%
13	VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	01.017.250/0001-05	1,00%
14	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.	26.423.228/0001-88	1,00%
15	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA.	00.013.698/0001-80	1,00%
16	OPEN TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	12.190.625/0001-42	0,5%
17	INTERLINE TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	00.646.075/0001-44	0,5%



EMPRESA		CNPJ Nº	DESCONTO
18	PONTE AÉREA VIAGENS TURISMO LTDA.	00.729.367/0001-40	0,5%
19	CAPRI TURISMO VIAGENS E EXCURSÕES LTDA.	07.309.395/0001-80	0,5%

Conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 018/2007, de 26/10/2007, sagrou-se vencedora a empresa INTER TOURS, com oferta de desconto de 11%. As empresas AIRES TURISMO e PONTE AÉREA interpuseram recurso, considerando inexecutáveis descontos acima de 7,7% e solicitando prova documental do recebimento de comissões superiores a esse desconto.

Em razão das alegações da empresa vencedora quanto ao percentual de desconto oferecido, por meio do Ofício nº 001/2007, de 07/11/2007, o Pregoeiro solicitou que fosse demonstrada a exequibilidade da proposta.

Em resposta, a INTER TOURS refutou as considerações do Pregoeiro ao afirmar que nem o edital nem a minuta de contrato estabelecem que o percentual de desconto ofertado será fixo durante a vigência do contrato, além de alegar a validade das disposições constantes da Portaria MPOG nº 265/2001, sobre a aplicação de dispositivo de redução. Alega, ainda, que a formulação de sua proposta foi baseada em 30 anos no mercado, que possui diversos contratos com órgãos públicos e que na diminuição de custos levou em conta a utilização da internet, Skype, MSN, Voip e correio eletrônico, afirmando ser exequível a proposta apresentada.

A empresa encaminhou também, em 05/11/2007, apresentação das contrarrazões para os recursos impetrados pelas empresas participantes, indicando que independentemente do percentual de desconto obtido na compra dos bilhetes de passagens a INTER TOUR irá conceder sempre o percentual ofertado na licitação, ou seja, 11%.

Os argumentos da empresa não foram suficientes para elidir as dúvidas suscitadas nos recursos das empresas, levando a Comissão de Licitação a realizar nova Diligência, por meio do Ofício nº 002/2007, de 08/11/2007, solicitando a demonstração da exequibilidade da proposta apresentada.

Em resposta, a empresa encaminhou carta s/nº, de 09/11/2007, informando que o desconto ofertado é perfeitamente exequível uma vez que quando o volume de vendas de passagens aéreas supera as metas estabelecidas para as agências, as companhias aéreas concedem "over" de até 5% a mais no valor da comissão. Com o argumento apresentado, o INSS manteve o resultado do Pregão e promoveu a adjudicação da empresa.

O Contrato nº 174/2007, tendo como objeto a prestação de serviços de reservas, marcação/remarcação de bilhetes, emissão de bilhetes de passagens aéreas ou PTA, foi firmado em 05/12/2007, entre o INSS e a empresa INTER TOUR, com vigência de 21/12/2007 a 20/12/2008, no valor mensal estimado de R\$ 1.092.952,21, e global estimado de R\$ 13.115.426,60, com desconto fixo de 11% sobre o valor de face do bilhete da passagem aérea.

Consta do processo a ocorrência de diversos fatos em desacordo com as cláusulas contratuais avençadas, como emissão de bilhetes aéreos na Agência de Cuiabá, em vez de utilizar o Posto de Atendimento instalado no edifício sede do INSS; mudança do endereço da empresa sem qualquer

comunicação ao INSS; compra de bilhetes aéreos utilizando pontuação do Programa Fidelidade TAM, como emissão de passagem normal; e contrato irregular de trabalho dos empregados da empresa, conforme apurado pelos gestores do contrato, configurando seu descumprimento. Além disso, verificou-se também o descumprimento da Cláusula Oitava, parágrafo 3º, que dispõe que deverão acompanhar as faturas/notas fiscais, cópias das requisições e dos bilhetes de passagens/PTA's correspondentes ao valor cobrado.

Devido a essas ocorrências, foi comunicado à empresa a aplicação de multa contratual. Por sua vez, a INTER TOUR informou que os empregados se encontravam devidamente registrados e que possui em estoque trechos convites comprados de clientes, que são utilizados quando do aumento de preços nas tarifas.

Embora o INSS não tenha acatado as justificativas apresentadas pela empresa, conforme documento da Coordenação de Compras e Serviços, de 23/04/2008, foi solicitada suspensão da multa, e notificação à empresa. Submetidos os autos ao exame da Procuradoria Federal Especializada, foi emitida Nota Técnica PFE/INSS/CGMADM/DLIC nº 225/2008, de 27/05/2008, concluindo pela revogação da punição aplicada, com cientificação à empresa das proibições contratuais, solicitando a apresentação de todas as passagens adquiridas por cortesia e, ainda, pela instauração de auditoria sobre o caso com a finalidade de apurar todas as irregularidades imputadas à contratada.

O gestor, por meio do Ofício nº 69/INSS/GABPRE, de 06/02/2009, encaminhou, em anexo, Despacho da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, de 19/01/2009, informando que o Contrato nº 174/2007 não foi prorrogado em decorrência da realização de novo procedimento licitatório para fornecimento de passagens aéreas, o que deu origem ao Contrato nº 83/2008, assinado em 10/12/2008.

No tocante às irregularidades apontadas, informou que as providências deverão ser adotadas pela Diretoria de Recursos Humanos, tendo em vista que a gestão do Contrato nº 174/2007 era de responsabilidade da mesma.

Ainda sobre o assunto, o gestor encaminhou em anexo ao Ofício nº 454/INSS/GABPRE, de 02/06/2009, documento da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, de 19/05/2009, informando que a empresa INTER TOURS relacionou todas as passagens aéreas emitidas oriundas de cortesia. Consta, ainda, Autorização de Pagamento nº 04766, de 15/12/2008, referente ao desconto dos valores das referidas passagens. A empresa foi também notificada, por intermédio do Ofício DIROFL/CGLCO nº 1.670/2009, de 29/05/2009, que diante do descumprimento da Cláusula 12ª, alíneas "a", "c" e "e", do Contrato nº 174/2007, será aplicada penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o INSS pelo prazo de 12 (doze) meses, porém, cabendo à empresa apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias, bem como de recurso, a contar do recebimento do mencionado ofício.

Verifica-se, portanto, que diante das irregularidades constatadas, o Instituto adotou providências para o ressarcimento aos cofres públicos de valores pagos em consequência da cobrança de passagens recebidas em cortesia, e pela aplicação de penalidade à empresa. Ressalte-se que após os prazos recursais, os resultados advindos em decorrência da penalidade imposta deverão ser informados a esta SFC/CGU-PR.

#### **2.1.1.6 INFORMAÇÃO: (041)**

Trata-se de processos referentes ao reconhecimento de dívida sem cobertura contratual, originária do Contrato nº 97/2006, firmado entre o INSS e a empresa BrasilTelecom, pela prestação de serviços telefônicos fixo comutado local, de longa distância nacional intra-regional e inter-regional para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas unidades de longa distância nacional, para as chamadas de acesso do serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional, e para as chamadas de acesso do serviço móvel pessoal pós-pago originadas de estações móveis de uso da direção central.

Em documento datado de 05.07.2007 o Serviço de Contabilidade do INSS informa da prestação de serviços sem cobertura contratual, no valor de R\$ 40.856,76 (quarenta mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos).

Consta às folhas 304 atestado de disponibilidade orçamentária elaborado em 28.08.2007 pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira.

Em 05.09.2007 a PFE emitiu a NT PFE/INSS/CGMADM/DLIC nº 359, com o seguinte entendimento:

"(...)

21. Contudo, a despeito do caráter excepcional da medida, deverá ser apurada a responsabilidade administrativa daquele(s) que deu(ram) causa à nulidade, conforme determina o artigo 59, parágrafo único, e 82 da Lei nº 8.666/93. Inclusive incumbe ao servidor que tomar conhecimento de irregularidade comunicar imediatamente à autoridade superior (artigo 116, VI, da lei nº 8.112/90 e artigo 20 da OI/INSS/DIROFL nº 08/2002).

Nesse passo, chama-se a atenção para o seguinte aspecto: o fato de ser juridicamente possível reconhecer dívida decorrente de prestação de serviços sem a necessária cobertura contratual e realizar o seu pagamento, não faz deste um expediente de que a Administração passa a se servir alternativa ou corriqueiramente, como parece estar ocorrendo, à vista dos inúmeros processos que vêm a esta Coordenação-Geral de Matéria Administrativa para análise, com o mesmo objeto, pois, o fato de se permitir o pagamento de tais despesas não obriga o administrador de bem acompanhar o andamento dos contratos firmados pela Administração e de geri-los, com vistas a dispensar o melhor e mais correto tratamento da coisa pública, segundo as regras que a ela são aplicáveis. A legislação orçamentária, portanto, não permite a realização de despesas e a assunção de obrigação contando com o recurso a créditos futuros ou suplementares. Muito pelo contrário, o ordenamento jurídico trata a hipótese como ilícita, tanto que chama à responsabilidade quem lhe deu causa, autorizando o pagamento apenas a título de indenização, tal a anormalidade que a situação configura."

Em 26.03.2008 consta Despacho de Autorização CGLC nº 46, referente a indenização de despesa do exercício de 2006, junto à BrasilTelecom S/A, no valor de R\$ 40.856,76 (quarenta mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos).

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 218348-06, de 13.11.2008, solicitamos ao gestor as providências tomadas em relação à apuração de responsabilidade dos processos de reconhecimento de dívida.

Por meio do Ofício nº 988/INSS/GABPRE, de 24.11.2008, o gestor apresentou os seguintes esclarecimentos:

O Processo 35000.000894/2007-05, em favor da BrasilTelecom refere-se à indenização de despesas de exercícios anteriores relativos a serviços executados sem cobertura contratual no decorrer do exercício de 2006.

Cabe ressaltar que esta administração assumiu a Coordenação-Geral de Licitação e Contratos em 13.09.2005, e tão logo, adotou providências com o objetivo de promover a realização de processos licitatórios para contratação de empresa para prestação de serviço telefônico fixo comutado local e de longa distância para todas as Gerências Executivas do INSS, uma vez não existir naquele momento cobertura contratual para este serviço em todo território nacional, de fato esse que culminou com a realização dos pregões eletrônicos nº 20/06, 21/06, 24/06, 32/06, 161/06, 36/06, 35/06, 06/06, 07/06, 08/06 e 13/06, todos realizados por esta Coordenação no decorrer do exercício de 2006 que após a assinatura do contrato os mesmos foram descentralizados a sua execução para cada Gerência Regional. Na Direção Central o Contrato 97/06 foi assinado com a empresa BRT em 23.11.2006. Lembramos, ainda, que o ano de 2006 foi um período de sobrecarga para o setor, sobretudo em virtude das complicações e demandas extras surgidas em virtude do sinistro do Bloco "O".

Nas informações encaminhadas pelo gestor por meio do Ofício nº 69/INSS/GABPRE, de 06/02/2009, consta anexado o documento Memorando INSS / CORREGEDORIA GERAL /01.800 / nº 003, de 07/01/2009, que solicitou à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL, cópias autenticadas do Processo nº 35000.000894/2007-05 e do Contrato nº 097/2006, firmado entre o INSS e a empresa BrasilTelecom, para análise pela Corregedoria.

Por meio do Ofício nº 394/INSS/GAPRE, de 14.05.2009, o gestor encaminhou o Memorando nº 064/CORREG.GERAL/INSS, de 11.05.2009, que informa da instauração de Comissão de Sindicância Administrativa sob o número 35000.000132/2009-62, através da Portaria INSS/CORREG nº 60, de 27.04.2009.

Dessa forma, verifica-se que o gestor atendeu à recomendação desta CGU, ressaltando-se, todavia, que os resultados da sindicância administrativa deverão ser encaminhados a este órgão de controle.

#### **2.1.1.7 INFORMAÇÃO: (042)**

No exercício de 2008, esta CGU, por meio de suas Unidades Regionais, realizou auditorias nas Gerências Executivas do INSS em Belém/PA, Rio Branco/AC e Manaus/AM, gerando os relatórios nºs 219769/2009, 219767/2009 e 219770/2009, respectivamente. Como resultado, foram identificadas impropriedades na área de suprimento de bens e serviços, conforme detalhamento nos itens a seguir.

#### **2.1.1.8 CONSTATAÇÃO: (043)**

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM CONJUNTO COM A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, POR MEIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2008 (CONFORME ITEM 4.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/PA Nº 219769).

Efetivando análise ao processo licitatório Pregão Eletrônico nº 03/2008, cujo objeto foi a contratação de serviços de vigilância Patrimonial a serem executados nas dependências da Gerência Executiva do INSS, em Belém/PA e demais unidades de sua jurisdição, constatou-se que o objeto do certame previa além da contratação de mão-de-obra

especializada em vigilância, a locação de equipamentos eletrônicos e de filmagem.

Foi vencedora do certame a empresa Elite Serviços de Segurança Ltda., que foi contratada pelo valor mensal de R\$ 240.598,12, correspondente ao montante anual de R\$ 2.887.177,44, sendo o contrato assinado em 5 de setembro de 2008, começando a vigor na mesma data. No exercício 2008 foram realizados pagamentos a conta do instrumento no montante de R\$ 593.008,05.

A referida contratação não observou o disposto na legislação que regula a espécie, ou seja, a Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, que disciplina as regras para a contratação de mão-de-obra terceirizada, não havendo nela previsão para inclusão de locação de equipamentos, conforme trechos do normativo transcritos a seguir:

"Art. 20. É vedado à Administração fixar nos instrumentos convocatórios:

(...)

IV - exigências de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto a ser contratado."

(...)

"ANEXO VI

#### Metodologia de Referência dos Serviços de Vigilância

##### 1. Descrição dos Serviços

1.1. A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra especializada para:"

Ademais, tem-se o fato de que a locação de equipamentos contraria o princípio da economicidade, pois tem alto custo. No quadro a seguir demonstra-se os custos com a locação dos equipamentos de vigilância, mensais, anuais e no período de 60 meses, que é o período máximo de prorrogação autorizado pela Lei nº 8.666/93 para os contratos de prestação de serviços continuados:

<b>Tipo de Posto de Vigilância Patrimonial</b>	<b>Valor Mensal por Posto</b>	<b>Valor Anual por Posto</b>	<b>Valor com 60 meses de contrato por Posto</b>
Posto de vigilância eletrônica com sistema de circuito fechado de TV Digital (CFTV).	1.215,38	14.584,56	72.922,80
Posto de vigilância eletrônica com sistema de monitoramento (alarme e sensor).	300,00	3.600,00	18.000,00
Posto de vigilância eletrônica com acionamento de emergência.	60,00	720,00	3.600,00

<b>Tipo de Posto de Vigilância Patrimonial</b>	<b>Nº de Postos</b>	<b>Valor Mensal Total</b>	<b>Valor Anual Total</b>	<b>Valor com 60 meses de contrato</b>
Posto de vigilância eletrônica com sistema de circuito fechado de TV Digital (CFTV).	27	32.815,26	393.783,12	1.968.915,60

Posto de vigilância eletrônica com sistema de monitoramento (alarme e sensor).	20	6.000,00	72.000,00	360.000,00
Posto de vigilância eletrônica com acionamento de emergência.	27	1.620,00	19.440,00	97.200,00
<b>TOTAL</b>			<b>2.426.115,60</b>	

Como se verifica nas tabelas acima a contratação de locação dos equipamentos por um período de 5 anos terá um custo de R\$ 2.426.115,60 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e quinze reais e sessenta centavos).

Tendo em vista o alto valor da contratação o órgão deveria ter realizado pesquisa de preços para analisar a viabilidade da aquisição dos equipamentos.

Da análise realizada no sistema de compras do governo federal, verificamos que alguns órgãos públicos quando da necessidade da utilização de equipamentos de vigilância eletrônica vem procedendo a realização de processo licitatório específico para aquisição dos mesmos.

Como exemplo, tem-se a aquisição de equipamentos feita pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará que, por meio do Pregão Eletrônico nº 38/2008, contratou serviços de implantação de circuito fechado de TV, nas dependências do edifício sede, depósito e estacionamento do Ministério da Fazenda e prédio do Convento dos Mercedários. A empresa vencedora do certame prestará os serviços pelo valor de R\$ 122.599,96 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 09, de 20/02/2009, a Entidade foi questionada sobre a contratação irregular de locação de equipamentos.

#### **CAUSA:**

Falta de um estudo prévio sobre as necessidades da Entidade e falta de estudo de custos comparativos para fundamentar a decisão de contratação dos serviços em detrimento da aquisição de equipamentos para a implantação de um sistema de vigilância eletrônica.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 09, de 20/02/2009, a Entidade apresentou a seguinte manifestação:

"O Edital de Licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada no ramo de vigilância patrimonial com uso de vigilantes e equipamentos eletrônicos de alarme e de filmagens, não podendo confundi-lo sob nenhuma hipótese como se dois tipos de objetos fossem.

A contratação se vale apenas de um objeto que é único, ou seja, os serviços de vigilância patrimonial, que além dos vigilantes, terão o auxílio dos equipamentos eletrônicos de monitoramento de alarme, e de controle de filmagem, funcionando como um sistema de serviço integrado de vigilância patrimonial.

O INSS não está contratando equipamentos eletrônicos e muito menos de filmagem, mas contratando empresas do ramo de vigilância patrimonial que possam garantir, proteger, prevenir e detectar qualquer violação

que venha causar prejuízo ao patrimônio público tornando mais eficaz a segurança do patrimônio do INSS.

O INSS e todas as unidades de sua jurisdição são estabelecimentos públicos, que de acordo com a Portaria nº 347-DG/DPF se enquadra nos serviços de vigilância patrimonial, devidamente autorizado pelo Ministério da Justiça, e em particular pelo Departamento de Polícia Federal que fiscalizam e autorizam empresas do ramo de vigilância patrimonial a vigiar e guardar os bens do patrimônio público.

Ademais, a Portaria do Departamento de Polícia Federal não faz menção alguma sobre a proibição da empresa de vigilância patrimonial monitorar através de equipamentos de alarmes e de filmagens, enquanto que as empresas que somente atuam neste ramo de atividade, ou seja, em vigilância com monitoramento, não possuem autorização da Polícia Federal para atuar na proteção dos bens patrimoniais públicos e nem existe uma legislação específica que lhe dêem esta prerrogativa."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Em sua manifestação a Entidade ignora o fato de que está contratando conjuntamente mão-de-obra terceirizada e locação de equipamentos e não apresenta argumentos para justificar tal contratação.

No que tange à legislação citada pelo órgão verifica-se a ocorrência de um equívoco, uma vez que foi mencionada a Portaria nº 347-DG/DPF e é sabido que o normativo do Departamento de Polícia Federal que trata de segurança privada é a Portaria nº 387/2006.

Ao contrário do que aduz a Entidade a Portaria nº 387/2006 veda o tipo de contratação empregada pelo INSS, como se depreende do trecho transcrito a seguir:

*"Art. 12. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividade econômica diversa da que estejam autorizadas."*

Outro ponto relevante a ser tratado, é que a contratação conjunta de mão-de-obra terceirizada e locação de equipamentos restringiu a competitividade do certame, uma vez que grande parte das empresas do ramo de vigilância patrimonial não trabalham com o fornecimento de equipamentos de vigilância eletrônica.

É válido ressaltar, ainda, que com a contratação conjunta o INSS está incorrendo em uma impropriedade contábil, já que está realizando os pagamentos na rubrica 333903703, que se refere a pagamentos de locação de mão-de-obra especializada em vigilância patrimonial, e os serviços de locação de equipamentos pertencem a rubrica 333903912 que se refere a prestação de serviços por pessoa jurídica na locação de máquinas e equipamentos.

E por fim, temos o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União exarado por meio do Acórdão nº 1753/2008 Plenário que determinou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seguinte:

*"9.1.5. oriente os órgãos/entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais a:*

*I - absterem-se de licitar serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica (alarmes, circuito fechado de TV, etc) em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico;*

*II - observarem que os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado;"*

Considerando-se que um dos motivos da substituição da segurança patrimonial armada pela instalação de sistema de segurança eletrônica é a redução de custos, não poderia a Entidade deixar de fazer um estudo de viabilidade econômica antes de realizar a licitação.

Tendo em vista o impacto financeiro que tal decisão gerou para a Entidade, caberia ao seu gestor máximo determinar a realização do referido estudo antes de decidir pela licitação e a contratação ora em análise.

Diante dos fatos, deixamos de acatar a manifestação da Entidade e fica mantida a constatação.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomendamos à Entidade que efetue, o mais breve possível, estudo de viabilidade econômica demonstrando qual é a opção mais vantajosa na implantação de um sistema de segurança eletrônica, objetivando subsidiar a decisão de manter a contratação atual ou cancelar o contrato e efetuar nova licitação para a aquisição dos equipamentos.

#### **2.1.1.9 CONSTATAÇÃO: (068)**

IMPROPRIEDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS RELACIONADOS A SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (CONFORME ITEM 5.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/AC N° 219767)

Em análise dos processos licitatórios relacionados a outros serviços terceirizados, encontramos as seguintes impropriedades:

1) Quanto ao processo referente ao empenho 2008NE900211 - JFS - manutenção de ar condicionado:

- ausência de relatório de execução de serviços relativos às centrais de ar condicionado;

- ausência de documentos detalhando os serviços executados, fazendo-se com que a empresa receba sempre o valor integral do contrato independente do que foi realizado;

- ausência de franquias previstas em contrato para pagamento mínimo;

2) Quanto ao processo referente ao empenho 2008NE900260 - W.F. SALES - manutenção de bens móveis:

- ausência de numeração e rubrica em todas as páginas;

- ausência de SICAF na realização dos pagamentos;

- ausência de garantia contratual em caso de defeitos na execução dos serviços;

3) Quanto ao processo referente ao empenho 008NE900157 - TRANSPORTADORA RD - limpeza de entulhos:



- ausência de comprovantes de recolhimentos de GPS e FGTS referentes à competência jun/08, pois o pagamento realizou-se em 16jul08 e consta no processo recolhimentos referentes à competência mai/08;

4) Em relação à solicitação de serviços de manutenção de informática junto à empresa MJM MAGALHÃES:

- as notas fiscais N° 006 e 011 foram atestadas por servidor que não é gestor do contrato;

- ausência de hora, conforme previsto na alínea "u" da cláusula décima primeira do contrato, no controle dos chamados para realização de serviços quando da retirada dos equipamentos para conserto;

- ausência de avaliação pela DATAPREV, conforme previsto na alínea "o" da cláusula décima primeira do contrato, de saída de equipamento para conserto;

- conforme relatório de manutenção (pág. 253), houve conserto de 06 CPU's, 07 impressoras e 03 NOBREAK, porém, o notebook, o escâner e o projetor não foram para manutenção, o que daria direito à empresa de receber a franquia de 60% dos valores relacionados a estes equipamentos, ocasionando um prejuízo potencial de R\$ 178,40, durante 5 meses, mediante pagamento de 100% do valor do contrato, conforme tabela seguinte:

EQUIPAMENTOS	VALOR PAGO	%	VALOR CORRETO	%	DIFERENÇA MENSAL
CPU	R\$ 6.351,00	100	R\$ 6.351,00	100	R\$ 0,00
IMPRESSORA	R\$ 1.460,00	100	R\$ 1.460,00	100	R\$ 0,00
NOTEBOOK	R\$ 220,00	100	R\$ 132,00	60	R\$ 88,00
ESCÂNER	R\$ 19,00	100	R\$ 11,40	60	R\$ 7,60
MULTI-PROJETOR	R\$ 207,00	100	R\$ 124,20	60	R\$ 82,80
NOBREAK	R\$ 1.073,00	100	R\$ 1.073,00	100	R\$ 0,00

5) Em relação aos serviços de reprografia junto à empresa MULTIPRINT:

- as leituras das máquinas não estão sendo atestadas por servidor responsável;

- ausência de numeração e rubrica a partir da página 390;

- ausência de comprovantes de recolhimento de FGTS e GPS referentes aos meses de jan/08, abr/08 e mai/08;

- ausência das leituras das quantidades de cópias nos meses de abr/08, mai/08 e jun/08;

- não estão sendo contabilizadas as cópias efetivamente tiradas, pois está sendo preenchido o mesmo valor de cópia para todos os meses, ocasionando a seguinte situação:

PAGAMENTOS	VALORES
PAGAMENTO DE 100% EXECUÇÃO	R\$ 6.300,00
PAGAMENTO DE 75% FRANQUIA	R\$ 4.725,00
DIFERENÇA MENSAL	R\$ 1.575,00
PREJUÍZO POTENCIAL 12 MESES	R\$ 18.900,00

6) Em relação à aquisição de serviços de manutenção de veículos junto à empresa MAQ PEÇAS:

- localização de pregão eletrônico (pág. 72) antes do edital de licitação (pág. 76), demonstrando-se que o processo não está formalizado numa sequência lógica;

- ausência de assinatura na proposta de preços da contratada;

- ausência de comprovante de publicação de extrato do edital e do contrato no DOU;

- a planilha de execução de serviços não contém a data de realização dos mesmos, mas somente o mês de referência;

- ausência de comprovante de recolhimento do FGTS referente ao mês jul/08;

- SICAF vencido nos pagamentos de fev/08 e out/08;

7) O chefe do setor de logística é também o pregoeiro do órgão, não havendo segregação das referidas funções;

8) O INSS não divulga nem mantém em local visível e acessível ao público, listagem mensalmente atualizada dos contratos de serviços firmados, conforme preceitua o artigo 7º do Decreto Nº 2271, de 07 de julho de 1997.

9) Em relação aos processos licitatórios de serviços de PABX pelas empresas EVOLUTION e SETEL:

- ausência de numeração e rubrica, a partir da página 169, no processo referente ao edital Nº 05/07;

- SICAF ausente quando do pagamento da NF 106 - EVOLUTION;

- SICAF vencido quando do pagamento da NF 191 - EVOLUTION;

- SICAF ausente quando dos pagamentos das NF's 3532, 3517 - SETEL;

- SICAF vencido quando do pagamento da NF 3567 - SETEL;

- ausência de comprovantes de recolhimento de FGTS e GPS nos pagamentos junto às empresas EVOLUTION e SETEL;

- há parentes de servidores, matrículas SIAPE 0943592, 0943605 e 0943609, trabalhando nas empresas prestadoras de serviços EVOLUTION e SETEL, contrariando o Acórdão 3.585/2006 - TCU - 1ª Câmara.

**CAUSA:**

Deficiências nos controles internos pertinentes à formalização e execução dos contratos.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Por meio do Ofício Nº 68, de 23 de dezembro de 2008, e do Ofício Nº 09, de 04 de fevereiro de 2009, o gestor apresentou-nos as seguintes justificativas:

"1) Quanto ao processo referente ao empenho 2008NE900211 - JFS:

R. Cópia anexa, fls. 87 a 99

R. Pelo meu entendimento é um contrato de risco, com o preço unitário baixo e sabemos que esses equipamentos como compressores, motores, ventiladores, contaqueteras, correias, termostato, pretostato e etc, são componentes com preços elevados no mercado.

R. Edital é cópia fiel, da Regional em Brasília e como citei é um contrato de risco.

2) Quanto ao processo referente ao empenho 2008NE900260 - W.F. SALES, disponibilizar o seguinte:

R. Todas as páginas numerada e rubricada.

R. SICAF datado de 30/09/2008, com as documentação, VALIDA, cópia anexa, fls. 100.

R. Na página 26 do processo está descrito o item 2.3 "O CONTRATADO ficará obrigado a refazer/trocar, às suas expensas, o serviço/material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará em aceitação.

3) Quanto ao processo referente ao empenho 2008NE900157 - TRANSPORTADORA RD:

R. A competência está correta, pois a nota foi emitida dia 30/06/2008 e as guias devem ser de maio/2008, cópia anexas, fls 128 a 135.

4) Em relação à solicitação de serviços junto à empresa MJM MAGALHÃES:

R. Informamos que nesta data o gestor estava em viagem de serviço junto com o substituto e a Seção de orçamento somente receberia para pagamento a nota se estivesse atestada.

R. Estaremos cobrando do futuro gestor para que informe a empresa desse fato.

R. A Dataprev estará sendo notificada para poder auxiliar nesse sentido.

R. No nosso controle a empresa consertou os equipamentos e foi solicitado da mesma para que apresente relatório desses equipamentos.

5) Em relação aos serviços de reprografia junto à empresa MULTIPRINT:

R. Estão sendo atestada na frente da RAT, lado esquerdo e as cópias estão dentro do processo.

R. Estão sendo numeradas e rubricadas

R. Estas cópias bem como a de outros processo então sendo encaminhadas junto com as APS para a Seção de Orçamento e não estão sendo devolvidas, estaremos cobrando todas as guias que estiverem faltando.

R. Estão dentro do processo mais não estava arquivada, porém foi cobrado para fizesse o seu devido arquivamento.

R. As máquinas travam quando chegam em 5.000 cópias e no início do mês são reiniciadas.

6) Em relação à aquisição de materiais e serviços junto à empresa MAQ PEÇAS, disponibilizar o seguinte:

R. Foi colocada na sequência lógica e renumerada

R. Todas as páginas de proposta foram assinadas.

R. Cópia do Extrato do Edital anexa, cópia do Extrato do Contrato, já estava arquivado fls. 167 e 168.

R. Solicitamos a empresa que doravante coloque a data de realização dos serviços.

R. Cópia anexa

R. Informamos que o SICAF é emitido pelo setor de Orçamento quando do pagamento e acredito que a Chefe da Seção e seu apoio, não pagam nenhuma empresa com o SICAF vencido.

7) R. Gostaria de também saber por qual motivo está sendo acumulado todos essas atribuições ao chefe, pois como é de conhecimento dos coordenadores estou fazendo essas funções por falta de habilidade e treinamento dos colegas.

8) R. A listagem está disponível no mural fixado no apoio da Seção de Logística, onde é constantemente visitada pelas contratadas e público em geral.

9) R. Todas numeradas e rubricadas;

R. As AP's de nº 23/2008, foram imprimidas no dia 31/01/2008, e encaminhadas a OFC, dessa forma somente quando a Financeira vai pagar é que imprime a consulta do SICAF, solicitamos da mesma e está arquivada no processo e cópia anexa, fls. 002.

R. As AP's de nº 65/2008, foram imprimidas no dia 29/02/2008, e encaminhadas a OFC, com o SICAF do dia 04/03/2008, somente dia 27/03/2008 é que foi quitada e é obrigação da OFC, imprimir uma nova consulta, a qual fez e arquivou nos seus controle, solicitamos uma cópia e a mesma enviou, arquivamos no processo e copia anexa, fls. 003.

R. As AP's de nº 349/2008, foram imprimidas no dia 30/09/2008, e encaminhadas a OFC, dessa forma somente quando a Financeira vai pagar é que imprime a consulta do SICAF, solicitamos da mesma e está arquivada no processo e cópia anexa, fls. 004;.

R. As AP's de nº 314/2008, foram imprimidas no dia 29/08/2008, e encaminhada a OFC, dessa forma somente quando a Financeira vai pagar é que imprime a consulta do SICAF, solicitamos da mesma e está arquivada no processo e cópia anexa, fls. 005;

R. As AP's de nº 467/2008, foram imprimidas no dia 28/11/2008, e encaminhadas a OFC, dessa forma somente quando a Financeira vai pagar é que imprime a consulta do SICAF, solicitamos da mesma e está arquivada no processo e cópia anexa, fls. 006;

R. Informamos que somente em alguns pagamentos dessas empresas é que a Financeira não devolveu as cópias, porém solicitamos as mesmas dos meses que estão faltando.

R. Informamos que a empresa EVOLUTION não presta mais serviços para esta Instituição e que na empresa SETEL, procede o relato e estaremos tomando providências para solucionar esta situação".

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

1) No que tange ao contrato com a empresa JFS, justificativa não acatada, tendo em vista que:

- as cópias apresentadas, folhas 87 a 99, referentes aos meses de jul/08 e out/08, estão com todos os campos, relativos à execução dos serviços, preenchidos, destoando dos documentos obtidos nos trabalhos de auditoria, onde estes mesmos campos não estavam marcados, caracterizando-se, desta forma, que houve inserção de informações nestes documentos a posteriori, sem comprovação de sua fidedignidade, apresentados pelo Chefe da Seção de Logística;

- o fato de não haver franquia atenta contra o princípio da economicidade, afinal está sendo pago o valor integral do contrato, independente do percentual de realização.

2) No que tange ao contrato com a empresa W.F. SALES, justificativa parcialmente acatada, tendo em vista que:

- os processos não estavam rubricados e numerados;

- o gestor não apresentou a página 26 referenciada no processo.

- o gestor não apresentou o documento mencionado a fim de elidir o fato.

3) No que tange ao contrato com a empresa TRANSPORTADORA RD, justificativa parcialmente acatada, tendo em vista que os comprovantes de recolhimento de FGTS e INSS apresentados devem ser referentes à última nota fiscal ou fatura vencida, conforme preceitua a Instrução Normativa N° 2, de 30 de abril de 2008, artigo 36, em seu parágrafo 1°.

4) No que tange ao contrato com a empresa MJM MAGALHÃES, justificativa não acatada, tendo em vista que:

- o gestor não apresentou documentos que confirmassem que o servidor responsável pelo contrato estava viajando.

- ausência da hora em que foram realizados os chamados para execução dos serviços, conforme estabelecido em contrato.

- ausência de avaliação da DATAPREV nas saídas de equipamentos, conforme estabelecido em contrato.

- o gestor não apresentou documentos que comprovassem que houve manutenção do notebook, escâner e multi-projetor, a fim de pagar 100% do valor contratual.

5) No que tange ao contrato com a empresa MULTIPRINT, justificativa não acatada, tendo em vista que:

- as notas fiscais referentes aos meses de fev/08, mar/08, jul/08, out/08, nov/08 não foram atestadas.

- as páginas do processo não estavam numeradas e rubricadas.
- o gestor não apresentou documentos comprovando o recolhimento dos tributos.
- o gestor não apresentou as leituras de quantidades de cópias realizadas.
- o gestor não apresentou documentos que comprovassem o travamento das máquinas de reprografia a partir de 5.000 cópias, e não comprovou que contabilizou o número de cópias efetivas utilizadas. O contrato firmado prevê um número máximo de cópias que podem ser realizadas e afirma que o INSS pagará pelas cópias efetivamente utilizadas. Caso este número seja inferior à 75% do valor de cópias previsto (o número de cópias previstas é 45.000), deve-se pagar a franquia de 75% do valor do contrato.

6) No que tange ao contrato com a empresa MAQ PEÇAS, justificativa não acatada, tendo em vista que:

- os documentos não estavam em ordem cronológica crescente, numerados e rubricados, conforme determina a Lei 9.784, em seu artigo 22, parágrafo 4º;
- havia ausência de assinatura nos processos;
- o gestor não apresentou comprovante de publicação do extrato do edital e do contrato no Diário Oficial da União;
- as planilhas não continham o dia de realização dos serviços,
- o gestor não apresentou comprovante de recolhimento do FGTS;
- havia SICAF vencido nos processos.

7) No que se refere à acumulação de funções de chefe de logística e pregoeiro da Entidade pelo servidor matrícula SIAPE 0943609, justificativa não acatada, tendo em vista que deve haver segregação de funções, conforme determina a Instrução Normativa SFC Nº 1, de 06 de abril de 2001, no item 3, inciso IV, a seguir transcrito:

"segregação de funções - a estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio".

8) No que tange ao INSS manter em local visível e acessível ao público listagem dos contratos terceirizados, esta orientação não está sendo cumprida, pois tal listagem não se encontra em local de circulação ampla do público, tendo em vista que o mural fixado na Seção de Logística fica no 6º andar do prédio da Gerência Executiva.

9) No que tange ao contrato com as empresas EVOLUTION e SETEL, justificativa parcialmente acatada, tendo em vista que:

- as páginas do processo não estavam numeradas e rubricadas;
- o SICAF não constava nos processos;
- havia SICAF vencido nos processos;

- o gestor não apresentou documentos que comprovassem o recolhimento de FGTS e GPS junto às empresas contratadas.

- o gestor não apresentou documentos comprovando o desligamento de parentes de funcionários do INSS junto à empresa SETEL, contrariando o que determina o Acórdão 3.585/2006 - 1ª Câmara.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Atentar para o preenchimento dos relatórios de execução de serviços, logo após o término dos trabalhos, evitando-se que haja preenchimentos posteriores não condizentes com a efetiva realização da manutenção de aparelhos de ar condicionado.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Estabelecer nos contratos de terceirização cláusula contratual de franquia para pagamento mínimo dos serviços executados.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Providenciar para que todos os processos licitatórios da Entidade tenham suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Providenciar para que a nota fiscal ou fatura esteja acompanhada do comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º, do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços.

**RECOMENDAÇÃO: 005**

Atentar para que o fiscal do contrato ateste as notas fiscais de realização dos serviços.

**RECOMENDAÇÃO: 006**

Atentar para que sejam inseridos dados adicionais de execução dos serviços de manutenção de informática, tais como hora e dia de execução, além de avaliação da DATAPREV.

**RECOMENDAÇÃO: 007**

Atentar para que sejam inseridos nos processos de serviços de reprografia documentos comprobatórios de realização das cópias reprográficas, tais como as leituras das quantidades de cópias realizadas.

**RECOMENDAÇÃO: 008**

Providenciar para que haja manutenção das máquinas a fim de evitar o travamento das mesmas quando atingirem o limite máximo estipulado no contrato.

**RECOMENDAÇÃO: 009**

Providenciar para que haja pagamento somente das cópias efetivamente utilizadas, e não do valor total previsto em contrato, quando o quantitativo for superior à franquia e inferior a 100%.

**RECOMENDAÇÃO: 010**

Cobrar da empresa contratada a restituição ao erário do valor total de R\$ 18.900,00, referente à diferença entre o valor pago de 100% do

contrato e a franquia de 75%, visto que não houve comprovação do número de cópias que foram utilizadas durante o período analisado de jan/08 a dez/08.

**RECOMENDAÇÃO: 011**

Cobrar da empresa contratada a restituição ao erário do valor total de R\$ 892,00, referente à diferença entre o valor pago de 100% do contrato e a franquia de 60%, visto que não houve realização de manutenção durante 5 meses em 3 produtos de informática.

**RECOMENDAÇÃO: 012**

Publicar os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, com antecedência, no mínimo, por uma vez em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem.

**RECOMENDAÇÃO: 013**

Atentar para que sejam apostas datas e assinaturas em todos os documentos que necessitem destes dados e que constem dos processos licitatórios.

**RECOMENDAÇÃO: 014**

Atentar para que sejam inseridos dados adicionais de execução dos serviços de manutenção, tais como hora e dia de execução dos trabalhos.

**RECOMENDAÇÃO: 015**

Fazer constar nos processos de pagamentos documentos comprobatórios relativos ao SICAF atualizado da empresa contratada.

**RECOMENDAÇÃO: 016**

Segregar as funções de chefe de logística e de pregoeiro da Entidade.

**RECOMENDAÇÃO: 017**

Manter em local visível e acessível ao público listagem dos contratos terceirizados realizados pelo INSS.

**RECOMENDAÇÃO: 018**

Providenciar para que os parentes de servidores do INSS sejam desligados da empresa SETEL.

**RECOMENDAÇÃO: 019**

Providenciar para que a auditoria interna da Entidade revise todos os processos licitatórios e contratos do INSS, a partir do exercício de 2009, evitando-se, desta forma, uma quantidade excessiva de falhas no gerenciamento dos mesmos, em subsídio aos trabalhos de auditoria pelos órgãos de controle.

**2.1.1.10 CONSTATAÇÃO: (073)**

POSTOS FICTÍCIOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA NOS BAIRROS DISTRITO INDUSTRIAL E AVIÁRIO. (CONFORME ITEM 5.1.1.3 DO RELATÓRIO/CGU/AC N° 219767)

Em análise dos processos licitatórios e da execução dos contratos relacionados a serviços de vigilância, executados pela empresa VIGIACRE, bem como por meio de visitas in loco, detectamos que os postos de vigilância desarmada localizados no imóvel do bairro



Aviário e no terreno do bairro Distrito Industrial são fictícios, ou seja, no decorrer dos trabalhos de campo realizamos diversas visitas nos referidos locais e não encontramos nenhum vigilante nos mesmos.

Constatamos, também, que não há nenhuma placa de identificação nos referidos imóveis.

Cabe salientar que os moradores próximos dos postos abandonados informaram-nos que nunca visualizaram algum vigilante nos referidos locais e, no caso do terreno localizado no bairro Distrito Industrial, há acúmulo excessivo de lixo, o mato está em quantidade abundante e vem sendo utilizado como meio de passagem por transeuntes.

Em cada imóvel relatado, há previsão de um posto de 12h diurnas e de um posto de 12h noturnas, sendo que os valores mensais despendidos com a vigilância fictícia nestes postos está relatado a seguir:

QUANTIDADE DE POSTOS	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL MENSAL	PREÇO TOTAL ANUAL
02	12h diurnas seg a dom	R\$ 3.470,00	R\$ 6.940,00	R\$ 83.280,00
02	12h noturnas seg a dom	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00

**CAUSA:**

Deficiências nos controles internos pertinentes à formalização e execução dos contratos.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Por meio do Ofício N° 68, de 23 de dezembro de 2008, e do Ofício N° 09, de 04 de fevereiro de 2009, o gestor apresentou-nos as seguintes justificativas:

"O gestor do contrato acompanhou componente da comissão e encontrou o guarda no distrito industrial, por ser uma área muito grande correspondendo 5.000 hectares, as vezes ele pode está em outro ponto da área e no aviário, assim que os componente saíram o guarda retornou, donde tinha ido fazer um lanche, interrogamos a empresa para que não aconteça tal fato; quanto a placa de sinalização iremos providenciar licitação para confeccionar placa de sinalização.

Informamos ainda que no contrato passado não tinha guarda nesses imóveis e as placas de sinalização foram arrancadas e a auditoria em vistoria no local exigiu a permanência de guarda".

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Perante análise das justificativas apresentadas, concluímos por não acatá-las, tendo em vista que, durante as visitas de campo, não encontramos vigilantes nos postos localizados nos bairros do Aviário e Distrito Industrial, contrariando o que determina a Instrução Normativa N° 2, de 30 de abril de 2008, em seu item 1.1.16 do Anexo VI, a seguir transcrito:

"Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados".

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Avaliar a oportunidade e conveniência da continuidade do contrato de

vigilância relativo aos postos fiscais localizados nos bairros do Aviário e Distrito Industrial, tendo em vista que não há vigilantes nos mesmos e o valor pago está sendo mal empregado.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Avaliar a oportunidade e conveniência de providenciar o cercamento dos terrenos localizados nos bairros do Aviário e Distrito Industrial, por meio de muro, evitando-se, desta forma, futuras invasões dos imóveis.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Providenciar para que sejam colocadas placas de identificação nos imóveis localizados nos bairros do Aviário e Distrito Industrial.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Cobrar da empresa contratada a restituição ao erário do valor total de R\$ 179.280,00, equivalente aos 12 meses do exercício de 2008, pois não houve vigilância desarmada nos postos do Aviário e Distrito Industrial no período respectivo.

**2.1.1.11 CONSTATAÇÃO: (090)**

FALTA DE PLANEJAMENTO (PARA LICITAR) E CONTROLE DO ANDAMENTO DOS CONTRATOS CELEBRADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CONFORME ITEM 4.1.1.1 DO RELATÓRIO/CGU/AM N° 219770)

Mediante análise dos procedimentos licitatórios executados pela unidade examinada, identificou-se que foram realizados, no ano de 2008, dois procedimentos de dispensa emergenciais, processos n°s 35011.000241/2008-70 e 35011.000767/2008-50, e um pregão eletrônico, n° 02/08, processo n° 35011.00390/2008-39, com vistas a manter a prestação de serviços de limpeza e conservação nas unidades do INSS no estado do Amazonas. A unidade justifica, para a realização dos procedimentos emergenciais, que o contrato anterior, cujo período de vigência terminaria em 29/02/08 (contrato n° 02/2004), não poderia ser mais prorrogado devido ao fato do mesmo ter atingido o valor limite para modalidade adotada, que foi tomada de preços. Em virtude desse fato, a administração justifica a necessidade de realização do procedimento de dispensa emergencial com vistas a evitar solução de continuidade dos serviços de limpeza e conservação. Porém, vale ressaltar que a administração apenas iniciou os procedimentos para o referido pregão em 13/03/2008 (mediante pedido de execução dos serviços - PES) ou seja, nesta data, o contrato anterior já havia expirado, e consequentemente, estava em vigor, o contrato estabelecido mediante dispensa emergencial (contrato n° 21/08), celebrado para o período de 03/03/08 a 31/05/08 (90 dias). Entretanto, no período referido acima, a unidade não foi capaz de concluir os trâmites para efetuar a conclusão do pregão n° 02/08, tornando a realizar outro contrato de dispensa de licitação (n° 21/08). O pregão em questão somente foi ultimado, com a assinatura do contrato em 19/06/08, com publicação no diário oficial em 03/07/08.

Destaca-se o descrito na Decisão Plenária n° 347/94 acerca dos pressupostos da aplicação do caso de dispensa de licitação preconizado no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93:

"a) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

b) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas;

c) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

d) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado."

Portanto, destaca-se a ausência de elementos suficientes para caracterizar a ação diligente da administração em evitar a ocorrência de atraso na abertura e conclusão do necessário certame licitatório em tempo hábil. Outros acórdãos do TCU coadunam com o exposto acima, tais como: Acórdão nº 348/2003 - Segunda Câmara, Acórdão 17/2005 - Segunda Câmara, Acórdão 1.705/2003 - Plenário.

#### **CAUSA:**

A falta de planejamento da administração é a causa do atraso na abertura e conclusão do necessário certame licitatório em tempo hábil (pregão), o que veio a culminar na necessidade de celebração de dois contratos emergenciais.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

A Gerência Executiva se manifestou mediante Ofício nº 50/2009/Seção de Logística - INSS/AM, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 219.770/03, item 1:

"A contratação emergencial foi necessária, tendo em vista que não foi possível a prorrogação do contrato que se achava em vigor naquele momento, por mais 12 (doze) meses, foi verificado que o valor anual de R\$ 792.711,16 (setecentos e noventa e dois mil, setecentos e onze reais e dezesseis centavos), ultrapassaria o limite da modalidade Tomada de Preços, que é de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) adotada para essa contratação, conforme alínea "b" do artigo 23 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Desta forma, fomos orientados pela Divisão de Orçamento, Finanças e Logística, fls. 3104 a 3111 a formalizar novo processo de contratação utilizando-se da modalidade pregão eletrônico, também fomos orientados a consultarmos a procuradoria sobre a possibilidade de prorrogação em caráter emergencial. A procuradoria através da Nota Técnica nº 02/2008, fls. 3117, informou da impossibilidade da prorrogação em caráter emergencial e recomendou que, caso não fosse possível nova licitação, que fosse justificada a contratação em caráter emergencial."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

A justificativa apresentada pela administração referente a celebração de dois contratos por dispensa emergencial não tem amparo no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, haja vista que tal situação decorreu da ausência de controle por parte da própria Administração em relação aos período de vigência do respectivo contrato celebrado para prestação de serviços de limpeza e conservação anterior. Portanto, mantém-se o ponto.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se que seja designado um gestor para cada contrato celebrado, e que o mesmo exerça com presteza suas funções, com vistas

a evitar que o fim da vigência dos contratos se aproxime sem que a administração tome as devidas providências acerca dos trâmites legais devidos, de forma tempestiva, conforme está contido na Lei nº 8.666/93, art.67: "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição" e no Decreto nº 2.271/97, art.6º: "A administração indicará um gestor do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato". Portanto, tais procedimentos estariam em conformidade ao prescrito pelo TCU, Acórdão nº 1.705/2003 - Plenário: "Adote procedimentos administrativos com vistas à abertura e tramitação de processos licitatórios em tempo hábil, de modo a evitar dispensas indevidas de licitação, embasadas no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993 (...)".

#### **2.1.1.12 CONSTATAÇÃO: (091)**

PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA SEM COBERTURA CONTRATUAL, BEM COMO FORMALIZAÇÃO INADEQUADA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (CONFORME ITEM 4.1.2.1 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Após a análise do Processo administrativo nº 35011.000831-2008-01, que foi originado do Processo administrativo nº 35011.002241/2006-42, tendo por objetivo a efetuação de pagamento, por meio de reconhecimento de dívida, por falta de cobertura contratual, relativo aos serviços de reprografia com mão-de-obra referente ao mês de abril/2008, verificamos a ocorrência de diversas falhas na composição do mesmo, conforme demonstrado resumidamente nos itens enumerados a seguir:

a- Ausência de data de abertura - contrariou o prescrito no inciso V, Art. 6º da Lei nº 9784/99;

b-Numeração incorreta, com ausência das folhas nº 03, 05, 40, 42, 43, 45, 47, 82 - contrariou o prescrito no inciso V, Art. 6º da Lei nº 9784/99;

c-Ausência de protocolização, rubricação e numeração sequencial após a folha nº 88 - contrariou o prescrito no § 4º, Art. 22 da Lei nº 9784/99.

Aliado a estes fatos, constatamos a ocorrência de prestação do supracitado serviço sem cobertura contratual, ferindo o prescrito no Acórdão TCU nº 1808/2008 - Plenário, item 9.3.1, bem como no Acórdão nº 1727/2004 - Plenário, item 9.1. Contudo, conforme as notas fiscais nº 20027 e 20028, emitidas em 17-05-2008, pela empresa Computer Store Comércio Ltda, CNPJ nº 83.383.950/0001-70, referentes ao mês de abril/2008, embora o contrato de prestação de serviços da entidade com a referida firma tenha sido encerrado em 30/03/2008, verificamos o pagamento por meio da 2008OB900768, referente às APs (autorização de pagamento) nº 0386 e 0386, de 12/08/2008.

Cumprе ressaltar que não há, no processo, encaminhamento para manifestação da Procuradoria da entidade acerca do embasamento jurídico para o referido procedimento. Porém, no Processo administrativo nº 35011.002241/2006-42, que originou o Processo em comento, a assessoria jurídica, por meio da Nota Técnica nº 017, de 07/04/2008, já havia se posicionado contra atos dessa natureza.

**CAUSA:**

Ineficiências nos controles internos pertinentes à formalização e execução dos contratos.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Questionado pela Solicitação de Auditoria nº 219770/04, de 04/02/2009, a entidade mediante o Ofício nº 64/2009/Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia - INSS/AM, de 13/02/2009, assim respondeu:

"(...)

1- Em atendimento à solicitação de auditoria em epígrafe temos a prestar as seguintes informações:

a) ITEM "1" : o formulário de Informações e Despacho - Despesas de Exercícios Anteriores utilizado para formalização do processo não possui campo específico de data de abertura ou de preenchimento, o único campo que contém data é relativo às informações da Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Porém, consultando o nosso sistema de protocolo constatamos que o processo em questão foi aberto em 11/06/2008 conforme impressão de Histórico de Documento do SIP (Sistema Informatizado de Protocolo) que estamos juntando aos autos e que passam a se constituir nas peças de pág. 91 do processo 35011.000831/2008-01.

b) ITEM "1" : entendemos que não há ausência de folhas e sim que ocorreu erro de numeração, por essa razão procedemos ressalva com correção de numeração, conforme nosso despacho de fls. 93 do processo 35011.000831/2008-01.

c) ITEM "1" : a fim de sanar as inconsistências apontadas neste item, procedemos a numeração após a fl. 88 que, em decorrência de ressalva, recebeu a numeração "fl. 80" do processo 35011.000831/2008-01.

d) ITEM "1" : analisando o 35011.002241/2006-42 que trata da contratação de empresa para execução de serviços de reprografia para as unidades operacionais e APS da capital e algumas APS do interior da área de abrangência da Gerência Executiva do INSS em Manaus/AM, conforme contrato nº 01/2007 firmado entre o INSS/AM e a empresa Computer Store Comércio Ltda., verificamos que o mesmo vigorou de 30/03/2007 a 29/03/2008. às fls. 1102 e 1109 do citado processo localizamos email datado de 14/02/2008 e Ofício/INSS/GEXMAN/LOG Nº 44, de 18/02/2008 destinado à contratada, indagando se a mesma tinha interesse na prorrogação da vigência contratual. Por meio de expediente datado de 19/02/2008 e entregue à seção de Logística em 05/03/2008 a empresa manifestou o seu interesse na prorrogação contratual conforme se pode constatar às pág. 1116, entretanto, apesar do esforço da Administração em adotar medidas visando a prorrogação da vigência contratual não logrou êxito, conforme documentos de fls. 1102 a 1152. Não localizamos no processo nenhum documento destinado às chefias das Agência da Previdência Social-APS e das unidades operacionais da Gexman comunicando o encerramento do contrato aqui tratado e consequentemente o encerramento da produção de cópias reprográficas, assim, pelo que se pode depreender, os serviços de reprografia continuaram a ser realizados no mês de abril/2008.

Enfatizamos que assumimos a chefia da Seção de Logística em 10/04/2008 e não tínhamos conhecimento e nem fomos informados anteriormente dessa situação. As faturas constantes às fls. 04 e 40 do processo 35011.000831/2008-01, nos foram repassadas devidamente atestadas pela gestora do contrato 01/2007 ao qual nos referimos acima, com o formulário de reconhecimento de dívida preenchido, não nos restando outro procedimento a não ser reconhecer a dívida contraída pela Instituição pela utilização das máquinas e materiais da empresa Computer Store Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda., na reprodução

de documentos, sem cobertura contratual. Ressalte-se que os valores cobrados nas faturas 020027 e 020028, são os mesmos firmados no contrato 01/2007 encerrado em 29/03/2008."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Analisando as justificativas da Chefe da Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia, nos pronunciamos:

-Em relação às questões a), b) e c) do ITEM "1", acatamos parcialmente, visto que, somente após o nosso questionamento, a entidade então, procedeu às correções, sem contudo, nos apresentar cópias das modificações realizadas.

-Em relação à questão d) do ITEM "1", não acatamos a justificativa, uma vez que, transposta a data final de sua vigência, o contrato é considerado extinto, não sendo cabível a prorrogação ou a continuidade de sua execução. Da mesma sorte, não se deve prorrogar contratos após o encerramento de sua vigência, pois tal ato é absolutamente nulo (Decisão TCU nº 451/2000 - Plenário).

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Abster-se de realizar pagamento de bens e serviços sem cobertura Contratual, bem como adotar medidas para apuração de responsabilidades de quem deu causa a tal procedimento.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Cumprir as formalidades legais na composição de processos administrativos.

#### **2.1.1.13 CONSTATAÇÃO: (092)**

PAGAMENTO DE TRIBUTO INDEVIDO (CPMF), INCLUSO NA PLANILHA DE CUSTOS DE LICITANTE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, NO ANO DE 2008 (CONFORME ITEM 5.1.1.1 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Mediante análise do processo nº 35011.002276/2005-09, referente a realização de pregão eletrônico nº 3/05, com vistas a contratação de serviços de assistência técnica e manutenção em caráter preventivo e corretivo de elevadores, foi constatado que, no ano de 2008, não foi realizado nenhuma alteração publicada, mediante termo aditivo, de supressão do pagamento, por parte da contratante, a Gerência Executiva do INSS em Manaus, do tributo Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, o qual consta na planilha de custos da licitante vencedora do pregão, até o momento da realização desta ordem de serviço. Destaca-se que o período legal de vigência deste tributo terminou em 31/12/2007, conforme previa a Emenda Constitucional nº 24, de 19/12/2003, que alterou a Lei nº 9.311/1996 (Lei Ordinária).

#### **CAUSA:**

Falta de acompanhamento das alterações que ocorrem na legislação que rege as atividades desenvolvidas por esta Gerência Executiva, com vistas a adequação dos procedimentos executados aos ditames legais.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

A Gerência Executiva do INSS se manifestou mediante Ofício nº 50/2009/Seção de Logística - INSS/AM, em resposta a Solicitação de Auditoria nº 219.770/03, item 09:

"O fato da empresa continuar cobrando a execução dos serviços com base em planilha de custos que contempla o CPMF mesmo após sua extinção nos

passou despercebido, porém, como o contrato ainda está em vigor, estamos providenciando a elaboração de nova planilha com o expurgo da mencionada contribuição para fins de levantamento do valor e período em que a mesma foi paga à contratada após a sua extinção e efetuarmos o recolhimento através de OR."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

O pagamento de tributo extinto efetuado por ente que integra a administração pública fere preceitos legais. É necessário, portanto, que a Administração atente às modificações da legislação, de forma a evitar que haja pagamentos indevidos, em atenção ao princípio da legalidade (art. 37, caput da Constituição Federal), evitando que ocorra prejuízo ao erário, conforme previu o Acórdão 1.599/2008 - Plenário. Diante do exposto e com a concordância da Gerência em relação à ocorrência do fato constatado, mantém-se o ponto.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se que a Gerência Executiva do INSS em Manaus exclua a parcela de contribuição do pagamento em questão de imediato, e exija a restituição, por parte da contratada, dos valores já pagos referentes a tributação da CPMF no ano de 2008, em atendimento ao princípio da legalidade (art. 37, caput da Constituição Federal).

#### **2.1.1.14 CONSTATAÇÃO: (093)**

DEMORA NA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS AOS VALORES LIMITES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA, CONFORME PORTARIA SLTI nº 6/2007 (CONFORME ITEM 5.1.1.3 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Mediante análise do processo nº 35011.001732/2006-76, respectivo a contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância, constatou-se que a atualização dos valores do contrato aos limites estipulados na Portaria SLTI nº 6, de 28 de dezembro de 2007, ocorreu somente em 26/11/08, com assinatura do 2º Termo aditivo, publicado no DOU em 01/12/2008. A referida portaria apresenta em seu art. 2º, § 3º: "Os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, deverão promover a negociação das licitações em curso e dos instrumentos contratuais vigentes, visando a adequação dos valores estabelecidos nesta Portaria, com a adoção dos seguintes procedimentos: § 3º Os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, e aqueles cuja negociação resultar insatisfatória deverão, dentro do prazo legal, ser rescindidos, no intuito de se proceder a novo certame licitatório, visando a adequar-se aos valores limites desta portaria, sendo vedada prorrogação de contratos que estejam com valores acima do estabelecido nesta portaria."

Foi encontrado, no processo, a tentativa por parte da contratante em renegociar os valores pactuados, fato ocorrido no 2º semestre de 2008, já 07/08/2008, sendo que a contratada concordou com a proposta da contratante em 19/08/2008. Porém, somente em 26/11/08 é assinado o 2º Termo Aditivo, adequando os valores pactuados aos valores estipulados na Portaria em tela. O lapso de tempo, compreendido entre a publicação da referida Portaria, em 31/12/2007 e a assinatura do 2º Termo Aditivo, publicado em 01/12/2008, onerou a administração injustificadamente, pois não havia motivos para tal, já que a contratada se dispôs a aceitar a renegociação.

**CAUSA:**

Ineficiências nos controles internos pertinentes à formalização e execução dos contratos.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

A Gerência Executiva do INSS em Manaus responde, mediante Ofício nº 50/2009/Seção de Logística - INSS/AM, a Solicitação de Auditoria nº 219.770/03, item 4, conforme segue abaixo:

"Somente em maio de 2008, por ocasião da elaboração da minuta do 2º Termo Aditivo ao contrato nº 17/2006, fls. 3149/3152 vol. IX, tomamos conhecimento da publicação da Portaria nº 6, de 27/12/2007 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a os valores limites estabelecidos na IN MARE nº 18/97. Essa portaria, fugindo à normalidade, em vez de acréscimo, apresenta redução dos valores máximos a serem pagos por postos de vigilância e mesmo assim, pelo que sabemos, não lhe foi dado nenhum destaque que chamasse a atenção dos administradores para essa particularidade da redução de preços. Ou seja, simplesmente foi lançado no site do INSS como se fosse uma tabela de preços nos moldes das tabelas constantes das portarias que as antecederam que contemplavam reajustes de preços para maior. A rotina da gestão e fiscalização dos contratos é a verificação da execução das cláusulas estabelecidas, da apresentação de documentação, entre outras. No caso particular de aditamento de contratos de vigilância, que envolva acréscimo do quantitativo de postos, é rotineiro verificar os limites máximos de valores adotados pela administração, foi assim procedendo que, na época acima citada, nos tornamos conhecedores da redução dos preços. Porém, como a IN 02 revogou a IN MARE nº 18/97, tivemos inicialmente o entendimento que a portaria nº 06/2007 em foco também tivesse sido revogada, razão pela qual formulamos, em 10/07/2008, consulta à Gerência Regional Brasília sobre o assunto, tendo nos sido respondido em 31/07/2008, que os valores estabelecidos na portaria nº 06/2007 não foram revogados, conforme documentos constante às pág. 3173/3176 vol. IX. Em 07/08/2008 expedimos o Ofício nº 191 destinado à contratada, pág. 3278 vol. IX, em que apresentamos nossa proposta de renegociação de redução dos valores inicialmente pactuados no contrato nº 17/2006. A empresa nos respondeu em 19/08/2008, pág. 3291 vol. IX, aceitando nossa proposta.

Após diversos procedimentos tais como pesquisa de preços, elaboração, análise e aprovação de Check List, disponibilização de dotação orçamentária, etc, em 28/10/2008 concluímos a minuta do 2º Termo Aditivo, pág. 3302/3306 vol. IX, onde foi acrescido ao objeto a prorrogação da vigência contratual, por mais doze meses, podendo ser encerrado antes da decorrência desse prazo, principalmente em virtude de nova licitação. Finalmente em 26/11/2008 o 2º Termo Aditivo foi assinado pelas partes interessadas."

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Como a própria Gerência Executiva reconhece, em seu Ofício nº 50/2009/Seção de Logística - INSS/AM, que somente em maio de 2008 tomou ciência da publicação da Portaria SLTI nº 6, de 28 de dezembro de 2007 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, evidencia-se a demora, por parte da administração, em relação ao conhecimento atualizado da legislação. Nesse sentido a assessoria jurídica do INSS deveria estar atenta às atualizações de normas e condutas com vistas a orientar de forma tempestiva esta Gerência, evitando que prejuízos ao erário ocorram em virtude do desconhecimento da legislação. Destaca-se o exposto no Acórdão 369/2005 - Plenário: "Atente para a necessária observância de princípios fundamentais da licitação, em especial da



igualdade e impessoalidade, a fim de garantir, também, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, consoante preceitua o art. 3º da Lei de Licitações", o qual trata de se selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Portanto, diante do exposto, mantém-se o ponto.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se que a Gerência Executiva do INSS atente às atualizações na legislação, de forma a executar seus procedimentos com maior celeridade e eficiência, em estrita observância aos ditames legais vigentes.

#### **2.1.1.15 CONSTATAÇÃO: (094)**

ACEITAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS DE LICITANTE QUE CONTÉM OS TRIBUTOS IRPJ E CSLL, VEDADOS PELO TCU (CONFORME ITEM 5.1.1.4 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Após análise dos seguintes processos: processo referente a contratação de serviços de assistência técnica e manutenção em caráter preventivo e corretivo, com fornecimento de peças, materiais e componentes de elevadores, de nº 35011.002276/2005-09; processo referente a contratação de serviços de Vigilância Integrada, de nº 35011.001732/2006-76; e processos referentes a contratação de serviços de limpeza e conservação, de nºs 35011.000241/2008-70, 35011.000767/2008-50 e 35011.00390/2008-39, foi evidenciado que na planilha de custos das empresas prestadoras dos referidos serviços, consta a inclusão da tributação dos impostos: IRPJ e CSLL, cuja inclusão tem sido manifestadamente vedada pelo Tribunal de Contas da União.

Destaca-se o exposto no acórdão nº 950/2007, item 9.1, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que assim reza. Portanto, os editais elaborados a partir da data da publicação deste acórdão deveriam fazer constar em seus editais, a exclusão dos referidos tributos, de forma a cumprir as determinações do TCU. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se pronunciou mediante a elaboração da IN nº 2, de 30 de abril de 2008, que entrou em vigor a partir de 30 de junho de 2008, na qual consta a vedação dos referidos tributos na planilha de custos.

Seguem abaixo tabelas exemplificativas dos referidos processos, nos quais foram evidenciados os fatos narrados:

<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Contrato (nº)</b>	<b>Data da assinatura</b>	<b>Tipo de Serviço prestado</b>	<b>Processo (nº)</b>
Dispensa emergencial nº 03/08	21/2008	03/03/2008	Limpeza e Conservação	35011.000241/2008-70
Dispensa emergencial nº 13/08	21/2008	03/06/2008	Limpeza e Conservação	35011.000767/2008-50
Pregão eletrônico nº 02/08	25/2008	19/06/2008	Limpeza e Conservação	35011.00390/2008-39

<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Contrato (nº)</b>	<b>Termos Aditivos</b>	<b>Data da assinatura</b>	<b>Tipo de Serviço prestado</b>	<b>Processo (nº)</b>
Pregão nº 03/05	11/05	-	30/12/05	Assistência técnica e manutenção de elevadores	35011.002276/2005-09

Modalidade de Licitação	Contrato (nº)	Termos Aditivos	Data da assinatura	Tipo de Serviço prestado	Processo (nº)
Pregão nº 03/05	11/05	1º termo aditivo	Vigência: 30/12/06 a 29/12/07	Assistência técnica e manutenção de elevadores	35011.002276/2005-09
Pregão nº 03/05	11/05	2º termo aditivo	Vigência: 30/12/07 a 29/12/08	Assistência técnica e manutenção de elevadores	35011.002276/2005-09
Pregão nº 03/05	11/05	3º termo aditivo	Vigência: 30/12/08 a 29/12/09	Assistência técnica e manutenção de elevadores	35011.002276/2005-09

Modalidade de Licitação	Contrato (nº)	Termos Aditivos	Data da assinatura	Tipo de Serviço prestado	Processo (nº)
Pregão eletrônico nº 02/06	17/06	-	23/11/06	Vigilância Integrada	35011.001732/2006-76
Pregão eletrônico nº 02/06	17/06	1º termo aditivo	26/11/07 Vigência: 27/11/07 a 26/11/08	Vigilância Integrada	35011.001732/2006-76
Pregão eletrônico nº 02/06	17/06	2º termo aditivo	26/11/08 Vigência: 27/11/08 a 26/11/09	Vigilância Integrada	35011.001732/2006-76

A Administração deveria ter suprimido da planilha de custos os referidos tributos, nos momentos oportunos (quando da celebração dos termos aditivos e da celebração dos contratos), de forma a garantir a conformidade do contrato estabelecido aos preceitos legais e se ater à proposta mais vantajosa para a Administração, já que o pagamento de tais tributos não se vale de previsão legal.

#### **CAUSA:**

Falha no mecanismo de controle no processo de verificação quanto à regularidade dos tributos IRPJ e CSLL, por parte do TCU.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

A Gerência Executiva se manifestou em resposta a Solicitação de Auditoria nº 219.770/03, item 2, mediante ofício nº 50/2009/Seção de Logística - INSS/AM, conforme segue abaixo:

"Todos os processos elencados no presente item foram elaborados com base na IN MARE nº 18, de 22/12/1997, cuja planilha, anexo I da IN, contemplava no item VI - tributos o IRPJ e Contribuição Social - CSLL. Somente com o advento da IN nº 02, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 30/04/2008 que passou a vigorar a partir de 30 de junho de 2008, tomamos conhecimento que o IRPJ e CSLL não poderiam mais fazer parte da composição dos preços. Conforme "Anexo III-C - Demais Custos" da IN 02 em comento."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Conforme ditames do acórdão 950/2007 - Plenário, datado de 28/05/2007,

as contratantes devem abster-se de aceitar proposta com planilha de custos que incluam os respectivos tributos: IRPJ e CSLL, vejamos:

*"9.1. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que instrua os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais da Administração Federal a se absterem, doravante, de fazer constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL, não podendo ser aceitas também propostas de preços contendo custos relativos aos tributos citados, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento".*

Tal vedação também encontra-se explicitada na IN nº 02, de 30 de abril de 2008, elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A ausência do atendimento destes pressupostos implica a responsabilização da Administração Pública, já que é responsabilidade da contratante se ater à validade dos tributos à época da realização de seus certames licitatórios. Portanto, conclui-se por manter o ponto.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se que a Gerência Executiva do INSS em Manaus passe a inserir em todos seus editais cláusulas que proíbam as licitantes a incluírem em suas planilhas de custos os tributos IRPJ e CSLL, de forma a estar em conformidade com os pressupostos expostos pelo TCU, no Acórdão 950/2007 - Plenário, publicado no DOU em 28/05/2007 e com a IN 02 de 30 de abril de 2008, que está em vigor.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Recomenda-se que a Gerência Executiva do INSS em Manaus execute a supressão dos referidos tributos (IRPJ e CSLL) da planilha de custos dos contratos já mencionados que se encontram em vigor, utilizando-se do instrumento legal cabível, e em virtude dos pagamentos indevidos efetuados até o momento, contabilize o montante pago indevidamente, utilizando como parâmetro a data da publicação da IN 02/2008 - SLTI/MPOG, e realize os devidos descontos nas próximas faturas das empresas que ainda estejam prestando os serviços já mencionados.

#### **2.1.1.16 CONSTATAÇÃO: (095)**

AUSÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CONTRATAÇÃO DE LICITANTE PRESTADORA DE SERVIÇOS (CONFORME ITEM 5.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Após análise do processo nº 35011.002276/2005-09, que se refere a contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica e manutenção em caráter preventivo e corretivo de elevadores, constatou-se a ausência de Plano de Trabalho anexo ao processo, o qual é item de exigência legal para contratação.

Conforme consta na Instrução Normativa MARE nº 18, de 22 de dezembro de 1997, a legislação vigente à época do procedimento licitatório, a definição de Plano de Trabalho, item 1: "Plano de Trabalho é o documento aprovado pela autoridade competente, que consigna a necessidade de contratação dos serviços, orientando a caracterização do objeto, evidenciando as vantagens para a Administração e sua economicidade, no que couber, e definindo diretrizes para elaboração dos projetos básicos." Além disso, consta no item 2.1 da mesma

referida IN:

*"2.1. Deverão constar do Plano de Trabalho para a contratação de serviços, no que couber:*

- a) Parâmetros cabíveis para medição e(ou) verificação dos resultados, em termos de quantidade e qualidade;*
- b) Quantificação fundamentada na demanda existente ou prevista, bem como nos resultados esperados;*
- c) Aproveitamento de servidores do quadro, quando for o caso;*
- d) Descrição dos bens, equipamentos e instalações que a Administração disponibilizará às contratadas para a execução dos serviços;*
- e) Critérios de controles e registros a serem adotados."*

Destaca-se também o Decreto nº 2.271, de 7 julho de 1.997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, em seu art. 2º:

*"A contratação deverá ser precedida e instruída com plano de trabalho aprovado, pela autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem esta delegar competência, e que conterà, no mínimo:*

- I - justificativa da necessidade dos serviços;*
- II - relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada;*
- III - demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis."*

Ressalta-se também o contido na Lei nº 8.666/93, art. nº 116:

*"§ 1o A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada (...)"*.

Portanto, a ausência de elaboração do Plano de Trabalho contraria a legislação e cria possibilidades de ocorrência de eventos que podem vir a comprometer todo o processo licitatório.

#### **CAUSA:**

Falha no mecanismo de controle referente ao processo de contratação no que diz respeito ao Plano de Trabalho.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

A Gerência Executiva se manifestou mediante Ofício nº 50/2009/Seção de Logística - INSS/AM, em resposta a Solicitação de Auditoria nº 219.770/03, item 6, conforme transcrito abaixo:

*"Acreditamos que o Plano de Trabalho (que está definido na IN MARE nº 18/1997) acha-se embutido no Termo de Referência, pois no Termo em questão encontra-se consignado a necessidade da contratação, caracterização do objeto, definição de diretrizes, ou seja, contempla todas as especificações que definem o Plano de Trabalho, em conformidade com a "IN nº 02/2007" retro mencionada, que revogou a IN/MARE 18/1997. Inclusive a IN 02 não faz qualquer menção ao Plano de Trabalho."*

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

A conformidade com a legislação vigente é princípio fundamental para

garantir a legalidade dos processos licitatórios, portanto, frisa-se a necessidade de se elaborar todos os itens previstos na lei vigente à época da elaboração do certame, e no caso em questão, a devida elaboração do Plano de Trabalho, o qual é item exigido na IN MARE nº 18/1997, tópico 2 - dos Serviços, item 2.1, letras a, b, c, d, e, que era a IN vigente à época da realização do certame referente ao pregão eletrônico nº 03/2005 e no Decreto nº 2.271/1997, art. nº 2. A IN 02 de 30 de abril de 2008, que passou a vigorar a partir de 01/07/2008 não vigia à época da realização do certame. Diante do exposto, mantém-se o ponto.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se à Gerência Executiva do INSS em Manaus que sejam elaborados todos os itens legais previstos para realização de contratação de serviços, de acordo com a legislação vigente (no caso em tela, deveria ter-se atentado à IN MARE nº 18/97 e ao Decreto nº 2.271/97), inclusive o Plano de Trabalho, devidamente convalidado pela autoridade competente, e anexá-los ao processo respectivo, com vistas a garantir sua conformidade.

#### **2.1.1.17 CONSTATAÇÃO: (097)**

DEFICIÊNCIA NA PESQUISA PRÉVIA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, DIFICULTANDO A ESTIMATIVA DE CUSTO CONFORME OS PREÇOS DE MERCADO (CONFORME ITEM 5.1.1.5 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Após a análise do Processo Administrativo nº 35011.002444/2003-96, relativo ao Pregão Eletrônico nº 02/2005, para contratação de empresa especializada em executar serviços de manutenção predial de caráter preventivo e corretivo, com cobertura de risco, nos prédios de uso do INSS, situados na área de abrangência da Gerência Executiva Manaus-AM, verificamos que, na pesquisa prévia de preços para balizamento da estimativa de custo que fundamentasse o respectivo Termo de Referência, compatível com os preços de mercado, somente foram consultadas duas empresas. Tal fato contrariou o prescrito no Art. 15, Inc. V, § 1º c/c Art. 43, Inc. IV da Lei 8666/93, bem como no Decreto nº 3.555/2000, Anexo I, Art.8º, inciso II, definindo que o Termo de Referência deve propiciar a avaliação do custo considerando os preços de mercado. Consequentemente, nesse caso, a composição da planilha de custos para o supracitado certame licitatório ficou prejudicada.

#### **CAUSA:**

Falha no controle interno referente ao processo de contratação de serviços, diante da não realização de pesquisa prévia de preços, de forma a balizar o processo em questão.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Questionado pela Solicitação de Auditoria nº 219770/04, de 04/02/2009, a entidade mediante o Ofício nº 64/2009/Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia - INSS/AM, de 13/02/2009, assim respondeu:

"(...)

d) ÍTEM "4" : pesquisando o processo 35011.002444/2003-96, que trata da contratação de empresa do ramo para execução de serviços de manutenção predial, localizamos às pág. 202 a 225, 2 (duas) pesquisas de preços apresentados pelas empresas Engecrim Engenharia Ltda., e H. B. Engenharia Ltda., o que satisfaz a decisão TCU nº 162/93 publicada no DOU de 18/05/93, que diz ser necessária a realização de pesquisa de preços em pelo menos duas empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, e que está condizente com o item "4" do despacho da Divisão

de Gerenciamento e Engenharia e Arquitetura - DGEAR, datado de 24/12/2003, pág. 181/185 do processo em comento."

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Analisando as justificativas da Chefe da Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia, nos pronunciamos em relação ao ITEM "4":

Não acatamos a justificativa apresentada, uma vez que, embora a entidade tenha alegado ter observado uma decisão emanada do TCU no ano de 1993, os dispositivos legais em vigor ordenam que as contratações devem ser precedidas por ampla pesquisa de preços de mercado.

Entendemos que, tal fato contrariou o prescrito nos Artigos 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, dispondo entre outros que, a licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, sendo vedado aos agentes públicos, admitir condições que restrinjam o seu caráter competitivo. Pois, existindo no mercado muitas outras empresas, infere-se que, o correto seria proceder previamente a uma ampla pesquisa, junto a no mínimo três ou mais empresas, de modo a obter de forma adequada o valor de mercado, observando, assim, o entendimento do TCU nos Acórdãos nº 1405/2006-Plenário e 589/2007-Plenário, prescrevendo que tal pesquisa não constitui mera exigência formal, mas sim etapa essencial ao processo licitatório, servindo de base para a Administração avaliar a razoabilidade das ofertas dos licitantes.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Realizar, nos próximos certames licitatórios, ampla pesquisa prévia de preços visando compatibilizar a estimativa de custo aos preços de mercado.

**2.1.1.18 CONSTATAÇÃO: (099)**

PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA FORA DO PRAZO LEGAL, BEM COMO FORMALIZAÇÃO INADEQUADA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (CONFORME ITEM 5.1.1.6 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Após a análise do Processo administrativo nº 35011.002241/2006-42, relativo a contratação de serviços de reprografia foi aberto no dia 12/07/2006, conforme demonstrado resumidamente nos itens enumerados a seguir:

a - Ausência de protocolização, rubricação e numeração sequencial após a folha nº 966 - contrariou o prescrito no § 4º, Art. 22 da Lei nº 9784/99;

b - Ocorrência dos pagamentos mensais do supracitado serviço fora do prazo definido no Art. 5º da Lei 8.666/93, como também, prescreve o item 8.1 da Instrução Normativa MPOG Nº 18, de 22 de dezembro de 1997, a saber:

*"O prazo de pagamento dos serviços, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, não poderá ser superior a 5 (cinco) dias úteis."*

Tal fato, ficou evidenciado mediante as notas fiscais emitidas pela empresa Computer Store Comércio Ltda, CNPJ nº 83.383.950/0001-70, conforme demonstrado resumidamente na tabela a seguir:

Data da Emissão	Data do Pagamento	Mês de Competência	Nº da Nota Fiscal	Valor (R\$)	Qtde. de dias excedentes
20-08-2007	13-11-2007	05-2007	18546	648,30	85
20-08-2007	23-11-2007	06-2007	18551	648,25	95
01-09-2007	23-11-2007	06-2007	18636	4.929,28	83
20-08-2007	23-11-2007	07-2007	18554	2.749,10	95
21-09-2007	06-11-2007	08-2007	18741	1.561,60	46
21-09-2007	12-11-2007	08-2007	18740	2.461,76	52
11-10-2007	05-12-2007	09-2007	18839	1.860,80	55
01-12-2007	17-01-2008	11-2007	19098	888,40	48
01-12-2007	17-01-2008	11-2007	19097	2.403,12	48
21-08-2007	19-12-2007	05-2007	18545	933,92	120
20-08-2007	19-12-2007	06-2007	18550	933,92	121
20-08-2007	19-12-2007	06-2007	18549	648,25	121
11-10-2007	05-12-2007	09-2007	18840	1.543,70	55
23-11-2007	27-12-2007	10-2007	19036	3.968,48	34
23-11-2007	27-12-2007	10-2007	19037	1.884,15	34
09-01-2008	07-03-2008	12-2007	19282	3.416,40	58
09-01-2008	07-03-2008	12-2007	19283	1.757,15	58
07-02-2008	28-02-2008	01-2008	19357	1.068,80	21
07-02-2008	28-02-2008	01-2008	19358	824,45	21
11-03-2008	16-05-2008	02-2008	19853	2.799,28	66
11-03-2008	17-04-2008	02-2008	19854	1.079,85	37
07-04-2008	02-05-2008	03-2008	19948	2.291,12	25
07-04-2008	02-05-2008	03-2008	19949	1.139,65	25

**CAUSA:**

Falha no mecanismo de controle referente ao processo de contratação e pagamento dos serviços de reprografia.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Questionado pela Solicitação de Auditoria nº 219770/04, de 04/02/2009, a entidade mediante o Ofício nº 64/2009/Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia - INSS/AM, de 13/02/2009, assim respondeu:

" (...)

a) ITEM "2": visando sanar a inconsistência apontada neste item procedemos a numeração de todas as páginas do processo a partir das folhas 967.

b) ITEM "2": A cláusula Quinta do Contrato 01/2007 objeto do processo 35011.002241/2006-42 estabelece que o pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, entretanto, como a contratada apresentou suas faturas após decorrido esse prazo o INSS ficou impossibilitado de cumprir essa cláusula contratual. Por exemplo: as faturas competência abril, maio, junho e julho de 2007 somente foram emitidas em 20/08/2007 e apresentadas ao INSS em 28/08/2007, portando não foi possível efetuar os pagamentos até os dias 07/05/2007, 07/06/2007,

06/07/2007 e 07/08/2007, que correspondem, respectivamente, ao 5º dia útil, o mesmo ocorreu com a fatura agosto/2007 emitida em 21/09/2008 com seu 5º dia útil em 07/09/2007, competência setembro/2007 emitida em 11/10/2007 com seu 5º dia útil em 05/10/2007, competência outubro/2007 emitida em 23/11/2007 com seu 5º dia útil em 07/11/2007 e assim sucessivamente."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Analisando as justificativas da Chefe da Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia, nos pronunciamos:

-Em relação à questão a) do ITEM "2", acatamos parcialmente, visto que, somente após o nosso questionamento, a entidade então, procedeu às correções, sem contudo, nos apresentar cópias das modificações realizadas.

-Em relação à questão b) do ITEM "2": não acatamos as justificativas porque ultrapassaram o prazo legal entre a apresentação das faturas e os respectivos pagamentos, sendo que essas justificativas apenas ratificaram a ocorrência da falha constatada.

No exemplo citado pela entidade referente às faturas dos meses de abril, maio, junho e julho de 2007, mesmo sendo apresentadas ao INSS em 28/08/2007, só foram pagas, respectivamente, em 19-12-2007, 13-11-2007 e 23-11-2007 (as duas últimas), ultrapassando em muitos dias o prazo legal. O mesmo ocorreu com a fatura do mês agosto/2007, apresentada em 02/10/07, analisada em 30/10/2007 e paga em 06-11-2007; a fatura setembro/2007, apresentada em 01-11-2007, analisada em 08-11-2007 e paga em 05-12-2007; a fatura outubro/2007 apresentada em 05-12-2007 e paga em 27-12-2007; e assim sucessivamente. Quanto aos pagamentos realizados no exercício 2008, a entidade não se pronunciou.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Realizar os pagamentos de bens e serviços no prazo previsto em lei, fazendo cumprir as formalidades legais na composição de processos administrativos.

### **2.1.2 ASSUNTO - CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS**

#### **2.1.2.1 INFORMAÇÃO: (036)**

No presente trabalho de auditoria de avaliação de gestão do INSS referente ao exercício de 2008, não foram identificadas empresas contratadas ligadas a dirigentes da autarquia.

### **3 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIARIOS**

#### **3.1 REFORM. AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREV. SOC.**

##### **3.1.1 ASSUNTO - PROCESSOS LICITATÓRIOS**

###### **3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (038)**

FALHAS NO CONTROLE E EXECUÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS A OBRAS DE ENGENHARIA

Trata-se da avaliação da execução das Ações de Governo que envolvem obras de engenharia, incluídas no Programa 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, sob os aspectos de eficácia, eficiência, economicidade, regularidade e conformidade legal. A execução física e financeira dessas Ações é mostrada na tabela a seguir.



Tabela - Ações Relativas a Obras de Engenharia - Execução Física e Financeira em 2008

Ação	Descrição	Item	Físico	Financeiro (R\$)
114M	Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS	Previsto	-----	35.000.000
		Realizado	-----	35.000.000
		% Realizado	-----	100,0%
11U5	Instalação de Agência da Previdência Social	Previsto	1	2.300.000
		Realizado	0	850.351
		% Realizado	0,0%	37,0%
8869	Reformas e Adaptações das Unidades do INSS	Previsto	70	51.840.001
		Realizado	74	39.735.354
		% Realizado	105,7%	76,6%
5509	Reformulação das Agências da Previdência Social	Previsto	110	70.316.634
		Realizado	24	41.132.184
		% Realizado	21,8%	58,5%
TOTAIS		Previsto	181	159.456.635
		Realizado	98	116.717.889
		% Realizado	54,1%	73,2%

A Ação de Governo 5509 foi priorizada para acompanhamento sistemático nos exercícios de 2007 e 2008, segundo o critério da materialidade.

Os resultados parciais dessas auditorias foram consolidados nas Notas Técnicas (NT) nº 275/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 11/02/2008, encaminhada à Presidência do INSS por meio do Ofício nº 4.738/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 27/02/2008; nº 2.489/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR, de 15/12/2008, encaminhada por meio do Ofício nº 40.991/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 17/12/2008; NT nº 693/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR, de 23/03/2009, encaminhada por meio do Ofício nº 8.022/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 24/03/2009; e NT nº 1.312/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR, de 02/06/2009, encaminhada por meio do Ofício nº 17.058/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 02/06/2009. Além disso, os relatórios de auditoria relativos às unidades auditadas localizadas no Distrito Federal, bem como os relatórios de auditoria homologados entre as emissões das NT nº 2.489 e nº 693, foram também encaminhados à Presidência do Instituto, por meio do Ofício nº 32.400/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 10/10/2008, e por meio do Ofício nº 1.662/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 26/01/2009.

Os resultados parciais consolidados na última NT emitida (nº 1.312/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR) consideraram as 189 OS (56,9% do total) homologadas até 29/05/2009. Seguem alguns dados importantes:

- Foram auditadas (até então) reformulações em 25 Unidades da Federação.
- Quanto ao tipo de obra, 66,5% eram reformas, e 33,5% construções.
- Quanto à etapa da obra, 41,9% estavam ainda sem processo licitatório; 6,9% estavam na fase interna da licitação; 2,1% estavam na fase externa da licitação; 19,1% estavam em execução; 33,5% estavam concluídas (com ou sem recebimento provisório e/ou definitivo) e 12,2% das obras estavam paralisadas.
- Houve 381 constatações de auditoria em 95 OS - 50,3% das 189 OS homologadas, ou 67,9% das 140 OS com processo licitatório.
- 52,8% das constatações referem-se à fase de celebração e execução do contrato, enquanto 13,6% delas são referentes à fase interna da licitação.

De modo resumido, os resultados obtidos evidenciam o que segue:

- a) Os critérios estabelecidos para a priorização das APS para receberem recursos da ação de governo são subjetivos, em sua maioria. Além disso, em nenhum dos casos foi evidenciada a utilização de quaisquer critérios de priorização.
- b) As constatações de irregularidades relativas ao local provisório para atendimento durante o período da reforma evoluíram de 6,1% das OS em 2007 para 2,4% em 2008.
- c) As constatações de irregularidades na fase interna da licitação da obra evoluíram de 15,0% das OS em 2007 para 19,0% em 2008.
- d) As constatações de irregularidades na fase externa da licitação da obra evoluíram de 7,5% das OS em 2007 para 11,9% em 2008.
- e) As constatações de irregularidades na celebração e/ou execução do contrato da obra evoluíram de 29,9% das OS em 2007 para 40,5% em 2008.
- f) As constatações de irregularidades no recebimento do objeto evoluíram de 2,0% das OS em 2007 para 4,8% em 2008.
- g) As constatações de irregularidades relativas à adequação do atendimento ao segurado evoluíram de 14,3% das OS em 2007 para 11,9% em 2008.
- h) As constatações de outras irregularidades não classificadas nos itens anteriores evoluíram de 12,9% das OS em 2007 para 16,7% em 2008.
- i) O acompanhamento do planejamento e execução das obras é feito por meio de planilhas eletrônicas, de modo não sistematizado e deficiente. Uma ferramenta para facilitar este trabalho, o SGOOI - Sistema de Gestão Orçamentária de Obras do INSS está em desenvolvimento.
- j) Não foi implantada nenhuma sistemática que vise medir a efetividade da execução de governo, ou seja, a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários devida à reformulação das APS.

Por meio dos Ofícios nº 601/INSS/PRES, de 30/07/2008, nº 846/INSS/PRES, de 17/10/2008, e nº 882/INSS/PRES, de 28/10/2008, o INSS informou as providências adotadas em relação às constatações e recomendações relativas às auditorias do exercício de 2007. A análise do controle interno a respeito dessas providências foi consubstanciada na NT nº 2.066/DSPAS/DP/SFC/CGU/PR, de 31/10/2008, enviada à Presidência do Instituto por meio do Ofício nº 35.720/DSPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 06/11/2008. Os resultados desta análise são sumarizados a seguir:

- Não foi informada a adoção de quaisquer providências para 15,2% das constatações;
- As providências informadas foram consideradas suficientes para 59,5% das constatações - sendo que para 86,6% delas as providências já haviam sido implementadas, e as demais encontravam-se em implantação;
- Para 18,8% das constatações as providências adotadas foram consideradas insuficientes;
- Para o restante das constatações (6,3%) foi avaliado que as recomendações não mais seriam aplicáveis, em função de alguma alteração de fatos e/ou reconsideração.

**CAUSA:**

Tendo em vista o caráter difuso dos problemas detectados, são aqui

citadas as causas para alguns dos principais problemas de caráter estrutural, quais sejam:

- Critérios de priorização subjetivos: entendimento de que um sistema realmente objetivo de priorização seria inadequadamente rígido e inflexível, não deixando espaço para a discricionariedade dos gestores dos órgãos descentralizados do INSS.

- Baixa execução: deficiências no acompanhamento da execução da Ação, principalmente no tocante às ferramentas utilizadas para a realização desse acompanhamento.

- Não mensuração da efetividade: dispersão da responsabilidade pelo acompanhamento da Ação de Governo, considerando-se que a DIROFL tem a competência de coordenar as atividades relacionadas a engenharia e patrimônio, porém é à DIRAT que compete assegurar a qualidade dos serviços e aferir o desempenho da rede de atendimento. Pode-se considerar como fator subsidiário a crença de que os indicadores de qualidade utilizados pelo INSS não são adequados para mensurar a efetividade da execução da Ação.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

No tocante aos resultados da análise das providências adotadas pelo INSS em relação às constatações e recomendações relativas ao exercício de 2007, consubstanciada na Nota Técnica nº 2.066/DSPAS/DP/SFC/CGU/PR, encaminhada à Presidência do Instituto por meio do Ofício nº 35.720/DSPAS/DP/SFC/CGU-PR, foi solicitada, por meio do Ofício nº 452/INSS/GABPRE, de 01/06/2009, a prorrogação do prazo para atendimento, ou seja, para a informação acerca da adoção de providências adicionais por parte do INSS, para 02/07/2009, data posterior à do fechamento deste relatório.

Em relação às constatações e recomendações relativas ao exercício de 2008, por meio do Ofício nº 411/INSS/GABPRE, de 15/05/2009, a Diretoria de Atendimento (DIRAT) informou o que segue:

"Relatório 199372

##### **3.2.1.1 - Constatação:**

"Falta de Planejamento das ações do programa mesmo contando com muitas informações processadas e sistemas gerenciadores.

(...)

##### **PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**

Em junho de 2008, foi criada a Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social - GDASS, instituída pela Lei nº 10.855, de 01/04/04, e regulamentada pelo Decreto nº 4.693, de 30/06/08.

A GDASS irá fortalecer a cultura de planejamento de ações nas Unidades de Atendimento, visto que a soma dos esforços dos servidores da Unidade, quantificada por meio de indicadores de desempenho, além de repercutir financeiramente, promoverá uma maior eficiência dos serviços, resultando em melhoria do atendimento aos cidadãos-usuários da Previdência Social.

Com a GDASS, inaugura-se um novo momento gerencial no INSS, cuja premissa básica é a gestão participativa, com base no monitoramento do desempenho institucional e individual. Informamos, ainda, que as Gerências Regionais e as Gerências Executivas da Previdência Social contam com Divisões e Serviços/Seções de Atendimento, as quais executam atividades sistemáticas de monitoramento, controle a avaliação do desempenho das Unidades sob sua jurisdição, com base em

indicadores e informações gerenciais, provendo os gestores das agências, das Gerências Executivas e das Gerências Regionais com os resultados alcançados. Além do acompanhamento, tais equipes participam inclusive da elaboração das ações que compõem o Plano de Ação do INSS."

Com relação aos relatórios 213746, itens 3.1.1.3 e 3.1.1.4; 213790, itens 3.1.1.2 e 3.1.1.5; 213793, itens 3.1.1.9 e 3.1.1.10; e 213776, item 3.1.1.8, a DIRAT limitou-se a informar que tratam-se de assuntos relativos à Diretoria de Benefícios e/ou à Diretoria de Recursos Humanos, não informando, portanto, a adoção de quaisquer providências.

À exceção da manifestação acima citada, o INSS ainda não emitiu respostas aos Ofícios nº 40.991/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, nº 1.662/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR e nº 8.022/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, informando providências adotadas em relação aos fatos apontados. Em resposta ao Ofício nº 32.400/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, foram emitidos pelo INSS os Ofícios nº 958/INSS/GABPRE, de 18/11/2008, e nº 999/INSS/GABPRE, de 26/11/2008, relativos às auditorias realizadas em unidades localizadas no DF. Manifestaram-se a Gerência Regional do INSS em Brasília e a Diretoria de Atendimento do INSS. Nenhum desses ofícios, porém, reporta providências adotadas em relação às constatações e recomendações feitas nos relatórios relativos às ações de controle realizadas em 2008.

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Foi verificado que o Instituto adotou em 2008 providências relativas às recomendações feitas nas ações de controle realizadas no exercício de 2007. No âmbito do Órgão Central, a CGEPI tomou providências no sentido de atualizar os normativos internos e padrões atinentes à matéria; formalizar critérios a serem utilizados na priorização das APS a serem contempladas com recursos da Ação de Governo (Memo-Circular nº 003/INSS/DIROFL/CGEPI/CEPAI, de 18/01/08); e implementar sistema informatizado de controle e acompanhamento de obras. Os critérios de priorização estabelecidos, porém, carecem de objetividade e mensurabilidade, enquanto o sistema informatizado encontra-se em implantação.

No âmbito da GER Recife, além da determinação às GEX jurisdicionadas para a implementação de medidas administrativas para a correção e saneamento dos problemas apontados na NT 275/DSPAS/DS/SFC/CGU/PR, foram emitidas orientações às GEX para: instrução e condução de reformas e obras; instrução e condução dos certames licitatórios; instrução e condução da gestão contratual; recomendações diversas na condução de obras, reformas, adequações e similares; e orientações para melhoria do atendimento - Memos-Circulares nº 004, 005, 006, 007 e 008/15-150, todos de 26/03/2008.

Os resultados das ações de controle demonstram haver problemas em cerca de 50% das ações de controle realizadas, e em várias de suas etapas de planejamento e execução, em diferentes entes federados, indicando disfunções tanto nas unidades descentralizadas (Gerências Regionais e Executivas) quanto no Órgão Central do INSS. Embora os trabalhos de auditoria tenham tido como foco a Ação de Governo 5509, pode-se facilmente perceber que os problemas de caráter estrutural verificados também afetam as demais Ações relativas a obras de engenharia.

Tendo em vista o caráter difuso dos fatos observados, e considerando os prejuízos ocasionados ao público alvo, representado por mais de 40

milhões de contribuintes, impõe-se a apreciação da questão para que sejam adotadas medidas efetivas para o saneamento dos problemas verificados, bem como o acompanhamento contínuo dos resultados obtidos por todos os níveis do Controle - Administrativo, Interno e Externo.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que o INSS adote providências em relação às constatações e recomendações feitas nos relatórios de auditoria cujos resultados foram consolidados nas NT nº 693/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR, encaminhada ao Instituto por meio do Ofício nº 8.022/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 24/03/2009, e nº 1.312/DPPAS/DP/SFC/CGU/PR, encaminhada por meio do Ofício nº 17.058/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 02/06/2009, e informe à CGU as providências adotadas e os resultados alcançados.

### **4 CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS**

#### **4.1 CUMP. SENT. JUD. TRANS. JULG. (PRECATÓRIOS)**

##### **4.1.1 ASSUNTO - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS**

###### **4.1.1.1 INFORMAÇÃO: (022)**

Por ocasião dos trabalhos da Auditoria de Acompanhamento da Gestão n.º 184702/2006, cujo relatório apresentou os resultados dos exames realizados sobre os pagamentos de precatórios relativos às decisões judiciais cumpridas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, constataram-se pagamentos em duplicidade.

A supracitada auditoria de acompanhamento da gestão objetivou avaliar a regularidade nos pagamentos das sentenças judiciais transitadas em julgado, bem como aferir a gestão dos responsáveis nos processos de pagamento de precatórios, sob os aspectos de planejamento, estrutura, execução e controle e, ainda, a atuação da Procuradoria Federal Especializada do INSS - PFE/INSS, no desempenho de suas atribuições legais, especificamente no tocante aos controles e ordenamentos dos precatórios pagos na abrangência da auditoria em comento.

Em decorrência das ações desenvolvidas no âmbito daquele trabalho, verificou-se nos cruzamentos das bases de dados de precatórios judiciais, pagamentos indevidos a 467 (quatrocentos e sessenta e sete) servidores do INSS por conta de ações judiciais impetradas por diferentes sindicatos, referentes ao passivo de 28,86%, totalizando R\$ 31.550.156,97 (trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Em outro cruzamento de bases de dados de precatórios judiciais e o SIAPE, constatou-se evidências de pagamento em duplicidade a 1.970 (mil novecentos e setenta) servidores beneficiários de precatórios impetrados pela Associação Nacional de Servidores da Previdência e Seguridade Social - ANASPS - Processo n.º 1997.34.00.035853-5 - a ser pago, com Ações/Precatórios "PAGOS" e SIAPE - acordo administrativo, totalizando R\$ 45.917.002,97 (quarenta e cinco milhões, novecentos e dezessete mil, dois reais e noventa e sete centavos) pagos e R\$ 77.544.275,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais) a serem pagos.

Como resultado dos cruzamentos realizados, foram elaboradas 3 (três) tabelas com a relação dos beneficiários, autores/servidores, das situações supracitadas e que constam no Relatório de Acompanhamento da Gestão CGU n.º 184702/2006, quais sejam:

- a) Tabela 1, indicativa de pagamento em duplicidade a 428 (quatrocentos e vinte oito) servidores beneficiários de precatórios impetrados pela ANASPS - Nacional - Processo n.º 1997.34.00.035853-5 - a ser pago, com Ações/Precatórios "PAGOS" por meio de outros processos;
- b) Tabela 2, indicativa de pagamento em duplicidade a 1.542 (mil quinhentos e quarenta e dois) servidores beneficiários do passivo de 28,86%, constantes do Processo n.º 1997.34.00.035853-5, impetrado pela ANASPS - Nacional, com a base de pagamento do SIAPE, referente as 14 parcelas levadas a crédito aos servidores do INSS; e
- c) Tabela 3, indicativa de pagamento a 467 (quatrocentos e sessenta e sete) servidores que receberam valores em mais de um precatório, relativo ao passivo de 28,86%, em ações impetradas por outros sindicatos.

O assunto em comento foi objeto ainda do Relatório de Avaliação da Gestão CGU n.º 189534/2007, Relatório de Acompanhamento da Gestão CGU n.º 203070/2007 e Relatório de Avaliação de Gestão CGU n.º 208007/2008. Este último relatório consignou as seguintes recomendações:

- 1) Encaminhar base de dados com todos os processos pagos e não pagos (em andamento), desde 2001, identificando número do processo, matrícula e nome do beneficiário, UF, vínculo, valor e tipo de ação a que corresponde o pagamento;
- 2) Complementar as Tabelas 1, 2 e 3 com a informação do tipo de ação a que se refere o pagamento;
- 3) Encaminhar a documentação comprobatória das gestões feitas junto à Dataprev e ao Conselho de Justiça Federal, bem como o resultado dessas gestões, no sentido de dotar o INSS de sistema informatizado e informações a respeito dos precatórios, respectivamente, com o intuito de possibilitar um controle mais efetivo sobre as decisões judiciais, transitadas em julgado e contrárias ao INSS, evitando assim a ocorrência de pagamentos indevidos e em duplicidade;
- 4) Encaminhar as providências adotadas e os resultados alcançados com a apuração de responsabilidades por quem deu causa aos pagamentos indevidos e em duplicidade;
- 5) Encaminhar a documentação comprobatória das gestões feitas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o resultado dessas gestões, visando o desenvolvimento e implantação de sistema único ou adaptação dos sistemas existentes e em utilização, com o desenvolvimento e incorporação de módulos específicos aos mesmos, para o controle efetivo dos pagamentos de precatórios efetuados no âmbito da Administração Pública Federal Direta e Indireta;
- 6) Encaminhar o resultado do acompanhamento da execução do processo n.º 1997.34.00.035853- 5, informando a situação atual do mesmo; e
- 7) Caso tenha ocorrido o pagamento de beneficiários, informar as providências adotadas e os resultados obtidos visando à identificação dos beneficiários pagos, ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente e à responsabilização por quem deu causa aos pagamentos indevidos.

A PFE/INSS informou, por intermédio dos seguintes documentos, as providências adotadas para atender às supracitadas recomendações:

#### Recomendações 1 e 2

- Encaminhamento a esta SFC/CGU-PR da base de dados de precatórios de pessoal, desde 2001, fornecida pelo Conselho da Justiça Federal, embora sem constar a informação do vínculo do servidor autor da ação e

a identificação correta do objeto do pedido dos processos aforados antes de 2007 (Despacho da Divisão de Gerenciamento de Cálculos e Pagamentos Judiciais/PFE/INSS - 01.200.303, de 31.3.2008, e Ofício n.º 24/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 1.4.2009);

#### Recomendação 3

- Encaminhamento do Ofício n.º 021/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 10.3.2009, no qual solicita à Dataprev providências para conclusão e implantação do Sistema de Controle de Precatórios (Ofício n.º 25/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 1.4.2009).

#### Recomendação 4

- Remessa do Processo n.º 35000.000663/2008-74 à Procuradoria-Geral Federal para decidir sobre a instauração de procedimento disciplinar, conforme o art. 11, §2º, inciso VI da Lei n.º 10.480/2002. Conforme esclarecimentos prestados, foi exarada Nota Técnica no referido processo com determinação ao Presidente da Comissão Permanente Processante da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região para análise e posterior indicação dos membros da comissão respectiva.

#### Recomendação 5

- Encaminhamento de memorando, ao Presidente do INSS, com minuta de Aviso Ministerial ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão contendo sugestão de desenvolvimento de um sistema nacional de controle de todos os pagamentos administrativos e judiciais, referente às ações de pessoal, englobando todos os órgãos da Administração Pública Federal. O Aviso Ministerial n.º 162 foi enviado em 17.10.2007 (Ofício n.º 23/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 18.3.2009);

#### Recomendações 6 e 7

- Criação do 1º Grupo de Trabalho, por meio da Portaria n.º 346/INSS/PRES, de 21.3.2007, para, no prazo de 1 (um) ano, identificar as ações coletivas ou plúrimas, patrocinadas pelos sindicatos de servidores do INSS e transitadas em julgado, analisar o mérito das decisões judiciais prolatadas, conferir os cálculos existentes e os embargos à execução eventualmente interpostos, extrair fichas financeiras e documentos, verificar os acordos administrativos realizados, verificar e evitar possíveis pagamentos em duplicidade, elaborar os cálculos de liquidação do julgado, se necessário, fazer os relatórios e apresentá-los ao Juízo da Execução, visando o cumprimento da determinação judicial (Despacho da Divisão de Gerenciamento de Cálculos e Pagamentos Judiciais/PFE/INSS - 01.200.303, de 31.3.2008);

- Criação do 2º Grupo de Trabalho, por intermédio da Portaria n.º 953/INSS/PRES, de 2.10.2008, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável a critério do Procurador-Chefe da PFE/INSS, para reconduzir e validar os trabalhos desenvolvidos pelo 1º Grupo de Trabalho, finalizar os trabalhos da equipe que atuou em processos de responsabilidade da Procuradoria Regional da 5ª Região, referentes ao adiantamento do PCCS, bem como para avocar e analisar processos judiciais, precatórios e requisições de pequeno valor, referentes às ações coletivas de pessoal, e confrontá-las com ações individuais versando sobre o mesmo objeto, a fim de evitar pagamentos irregulares e em duplicidade, com trâmite na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal (Despacho da Divisão de Gerenciamento de Cálculos e Pagamentos Judiciais/PFE/INSS - 01.200.303, de 31.3.2008);

- Ajuizamento de petição requerendo a suspensão e bloqueio de pagamento de precatórios expedidos e pendentes de pagamento, bem como fosse oficiado o Banco do Brasil para que informe sobre eventuais pagamentos efetuados no Processo n.º 1998.34.00.028629-9 - 6ª Vara Federal do Distrito Federal (Despacho da Divisão de Gerenciamento de Cálculos e Pagamentos Judiciais/PFE/INSS - 01.200.303, de 31.3.2008);
- Encaminhamento de ofício à Diretoria do Banco do Brasil, solicitando a relação de todos os pagamentos realizados aos servidores do INSS a partir de 2001, para a comprovação de recebimento em duplicidade (Despacho PFE-INSS/SUBPROC/SAOC/ n.º 053/2008, de 14.11.2008);
- Requerimento ao Juízo da 22ª Vara Federal no Distrito Federal para a exclusão de 1.172 (mil cento e setenta e dois) exequentes que já tinham recebido o pagamento referente aos 28,86% em outras ações (Despacho PFE-INSS/SUBPROC/SAOC/ n.º 053/2008, de 14.11.2008);
- Expedição de memorandos com determinação às Procuradorias Regionais e Seccionais do INSS para que adotem as medidas judiciais e administrativas de restituição aos cofres públicos, dos valores recebidos em duplicidade por servidores do INSS (Despacho PFE-INSS/SUBPROC/SAOC/ n.º 053/2008, de 14.11.2008);
- Envio de memorando à Presidência do INSS solicitando divulgação sobre o início das medidas administrativas e judiciais visando a restituição dos valores recebidos indevidamente por servidores da Autarquia, relativamente ao reajuste de 28,86% (Despacho PFE-INSS/SUBPROC/SAOC/ n.º 053/2008, de 14.11.2008);
- Encaminhamento às Procuradorias Regionais e Seccionais do INSS de banco de dados de precatórios e requisições de pequeno valor, fornecidos pelo Conselho de Justiça Federal, referente ao período de 2001 a 2008 (pagos) e da proposta orçamentária de 2009, para a verificação de litispendência e duplicidade de pagamento (Despacho PFE-INSS/SUBPROC/SAOC/ n.º 053/2008, de 14.11.2008);
- Requerimento do bloqueio e exclusão de todos os servidores que receberam valores em duplicidade, constantes da Tabela 1 do Relatório de Acompanhamento da Gestão CGU n.º 184702/2006 (Ofício n.º 23/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 18.3.2009);
- Exclusão dos servidores que receberam valores por meio da 5ª ação da ANASPS e também administrativamente (Tabela 2 do citado relatório), exceção feita à servidora de matrícula 0887805, que teve seu acordo administrativo cancelado, com a devolução da parcela recebida (Ofício n.º 23/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 18.3.2009);
- Com relação à Tabela 3, "a PFE/INSS requereu o bloqueio e a suspensão de pagamento de RPV e precatórios, bem como a expedição de ofício ao Banco do Brasil pedindo o fornecimento dos comprovantes de depósito e resgate de valores, com a finalidade de realizar a verificação de duplicidade de pagamento (...) A PFE/INSS determinou à Procuradoria Seccional de Goiânia/GO a adoção das medidas administrativas e judiciais visando o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente e em duplicidade." (Ofício n.º 23/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 18.3.2009); e
- Identificação de mais 579 (quinhentos e setenta e nove) servidores constantes da 5ª ação da ANASPS que receberam valores em outros processos e que não foram inicialmente computados pela SFC/CGU-PR,



para os quais foram requeridos o bloqueio e exclusão da execução da ação em questão (Ofício n.º 23/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 18.3.2009).

Ademais, o Procurador-Chefe do INSS informou, por meio do Ofício n.º 086/2008/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 13.8.2008, sobre outras medidas tomadas, quais sejam:

- Avocação de processos judiciais que tratam de ações coletivas, visando a realização de acordos com economia substancial para o INSS, bem como de processos administrativos com a finalidade de possibilitar maior controle dos entes estatais envolvidos; e
- Acordo com o Tribunal Superior do Trabalho - TST, culminando na proposta de alteração legislativa referente à normatização do aceite das sentenças trabalhistas para fins previdenciários, cujo teor já seguiu para o Congresso Nacional.

Ante o exposto, constatamos que a PFE/INSS vem adotando providências no sentido de atender às recomendações deste Órgão de Controle.

De acordo com o Ofício n.º 23/2009/PFE-INSS/GAB - 01.200, de 18.3.2009, "o Grupo de Trabalho continua fazendo o levantamento manual dos processos (coletivos e individuais) e dos servidores beneficiários, que constam em mais de uma ação judicial, mas está aguardando os comprovantes de depósito e resgate de valores a serem fornecidos pelo Banco do Brasil (...) uma vez que a grande maioria dos servidores não sacou os valores depositados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região."

As tratativas sobre o assunto continuam também no âmbito desta SFC/CGU-PR. As bases de dados de precatórios e RPV, pagos entre 2001 e 2008, encaminhadas pela Procuradoria do INSS estão em análise e, após a realização de cruzamentos das respectivas informações, as situações que evidenciem duplicidade de pagamento serão confrontadas com as fornecidas pelo 2º Grupo de Trabalho, para que sejam devidamente esclarecidas.

Além disso, a eficácia das medidas anunciadas será devidamente aferida. O resultado dessas análises será objeto dos próximos trabalhos desta SFC/CGU-PR na Entidade.

## **5 GESTÃO FINANCEIRA**

### **5.1 RECURSOS REALIZÁVEIS**

#### **5.1.1 ASSUNTO - DIVERSOS RESPONSÁVEIS - APURADOS**

##### **5.1.1.1 INFORMAÇÃO: (025)**

Em consulta ao SIAFI, foi verificado o saldo de R\$ 215.509.431,65 na conta contábil 1.1.2.2.9.00.00 "Diversos Responsáveis - Apurados" ao final do exercício financeiro de 2008, composto da seguinte forma:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	SALDO EXERC. ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO EXERC ATUAL	%	VARIAÇÃO 2008/2007
1.1.2.2.9.00.00	DIV. RESPONSÁVEIS - APURADOS	182.104.560,90	55.512.858,68	22.107.987,93	215.509.431,65	100,0%	18,3%
1.1.2.2.9.01.00	PAGAMENTOS INDEVIDOS	131.125.802,54	767.640,59	3.832.767,22	128.060.675,91	59,4%	-2,3%
1.1.2.2.9.02.00	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	154.529,54	0,00	135.660,19	18.869,35	0,0%	-87,8%

1.1.2.2.9.03.00	DESFALQUES OU DESVIOS	923.904,33	47.609,03	1.880,44	969.632,92	0,4%	4,9%
1.1.2.2.9.04.00	DEBITOS TERC. PREST. SERVICOS	0,01	0,00	0,00	0,01	0,0%	0,0%
1.1.2.2.9.05.00	RESP. POR DANOS OU PERDAS	4.561.691,20	29.357,13	2.367.330,29	2.223.718,04	1,0%	-51,3%
1.1.2.2.9.08.00	FALTA OU IRREG. COMPROVACAO	0,37	24.921.481,65	0,00	24.921.482,02	11,6%	6735535581%
1.1.2.2.9.15.00	FRAUDES EM BENEFICIOS	45.338.632,91	29.746.770,28	15.770.349,79	59.315.053,40	27,5%	30,8%

Fonte: SIAFI.

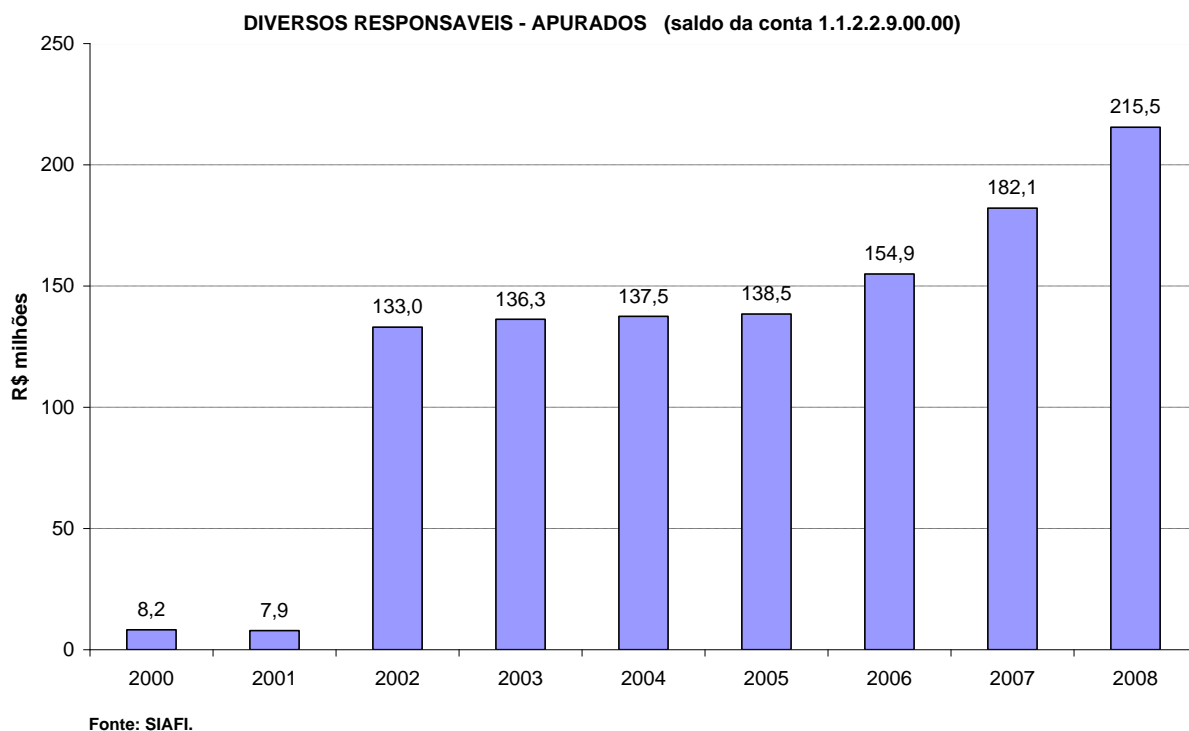
Mais de 98,5% do valor total encontra-se concentrado em três contas: "Pagamentos Indevidos" (59,4%), "Fraudes em Benefícios" (27,5%) e "Falta ou Irregularidade de Comprovação" (11,6%). Verifica-se ainda um crescimento da ordem de R\$ 33,4 milhões, ou 18,3%, no valor total em relação ao fechamento do exercício anterior. Este crescimento foi concentrado em duas contas: "Falta ou Irregularidade de Comprovação" (R\$ 24,9 milhões) e "Fraudes em Benefícios" (R\$ 14,0 milhões).

Na conta "Pagamentos Indevidos", a quase totalidade do saldo (R\$ 128,0 milhões) é oriunda do processo de Tomada de Contas Especial (TCE) TC-011.034/1997-1, cuja responsabilidade recai sobre José Arnaldo Rossi, ex-presidente do INSS, por ter autorizado, sem amparo legal ou contratual, o pagamento em favor das instituições bancárias arrecadadoras, solidariamente responsabilizadas, da correção monetária de eventuais diferenças entre o total de benefícios previdenciários pagos e o total das contribuições arrecadadas, apuradas nas movimentações financeiras diárias. Em consulta - realizada em 17/03/2009 - ao Portal de Pesquisa Textual do Tribunal de Contas da União (TCU), foi verificado que a situação do citado processo era "aberto", e sua localização, "SEMAG - SEC. DE MACROAVALIAÇÃO GOVERNAMENTAL Desde: 24/03/2009 - 14:03:41".

Na conta "Fraudes em Benefícios", 84,3% do saldo de R\$ 59,3 milhões está concentrado em quatro Gerências-Executivas (GEX): Rio de Janeiro - Norte (37,4%), Rio de Janeiro - Centro (22,9%), Bauru (14,2%) e Campinas (9,9%). Cerca de 82,4% do saldo corresponde a apenas 6 registros dessas 4 GEX, sendo 2 referentes a cada um dos exercícios de 2006 (23,5%), 2007 (36,6%) e 2008 (22,3%).

Na conta "Falta ou Irregularidade de Comprovação", a quase totalidade do saldo (R\$ 24,9 milhões) é oriunda do processo de TCE nº 35000.000479/2008-24, cuja responsabilidade recai sobre Jorge Werthen e outros, representante da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Foi também verificada a evolução do saldo da conta "Diversos Responsáveis - Apurados" ao longo da corrente década:



O grande salto verificado em 2002 deve-se ao já citado processo TC-011.034/1997-1 (R\$ 128,0 milhões). Verifica-se ainda um progressivo crescimento do saldo nos exercícios de 2006 a 2008, basicamente devido ao crescimento do saldo da conta "Fraudes em Benefícios" nesses três exercícios, além da inscrição do valor relativo ao também já citado processo de TCE nº 35000.000479/2008-24 (R\$ 24,9 milhões) no exercício de 2008.

Por meio da SA 218065-03, de 12/11/2008, foi solicitada aos gestores da Diretoria de Benefícios - DIRBEN e da Auditoria-Geral do INSS manifestação acerca das razões para o progressivo crescimento verificado no saldo da conta, em especial nos três últimos exercícios. Em resposta, encaminhada por meio do Ofício nº 962/INSS/GABPRE, de 18/11/2008, o Chefe da Divisão de Auditoria em Gestão Interna informou o que segue:

"2. (...)

b) Inicialmente esclarecemos que a Auditoria não avaliou as razões do acréscimo do saldo da conta em estudo, assim qualquer elemento aqui registrado representa mero indício sujeito a uma avaliação mais apurada.

3. Entre os indícios, as possíveis causas podem ser:

- a) Trabalho solicitado pelo Presidente do INSS com fim de avaliar e mapear os processos passíveis de Cobrança Administrativa / TCE, Portaria 3.754/2006, cujo resultado identificou 10.879 processos, podem estar elevando este saldo face do cumprimento das recomendações emitidas no relatório final.
- b) Modernização das metodologias de controles face a implementação de sistemas de monitoramento através de batimentos via ACL que disponibilizam aos técnicos de Auditoria prospecções mais apuradas e tempestivas."

Na resposta emitida pela Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, encaminhada por meio do Ofício nº 975/INSS/GABPRE, de

20/11/2008, é afirmado que "o total de recursos que retornaram aos cofres públicos nos últimos anos tem aumentado progressivamente, não que tenha tido incremento no número de fraudes ou erros, mas sim por ter aumentado a efetividade nos trabalhos de Controle Interno".

Os exames realizados confirmaram que as contas contábeis do grupo "Diversos Responsáveis - Apurados" consignam valores a receber por responsabilidades apuradas e imputadas a servidores e/ou a terceiros.

#### 5.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (026)

INTEMPESTIVIDADE E INEFICÁCIA NA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS REFERENTES A COBRANÇA ADMINISTRATIVA E INSTAURAÇÃO DE TCE

De acordo com levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 3.754/INSS/PRES, de 24/08/2006, foi identificada, naquele ano, a existência de 10.879 processos passíveis de TCE e ainda na pendência de cobrança administrativa, com idade de acervo de mais de dez anos.

Ao final do exercício de 2008, a posição dos trabalhos relativos a esse estoque de processos era a seguinte:

Tabela - Processos Pendentes de Cobrança Administrativa e Passíveis de TCE

SITUAÇÃO	QTDE	%
Em análise / pertence a outra Gerência-Executiva	4.009	36,9%
Cobrança administrativa	2.933	27,0%
Cobrança administrativa concluída com êxito	92	0,8%
Cobrança judicial	199	1,8%
Fase de TCE	59	0,5%
TCE concluída	21	0,2%
Não é passível de TCE	527	4,8%
Benefícios reativados INSS	29	0,3%
Benefícios reativados judicialmente	623	5,7%
Benefícios ativos, cessados, suspensos ou cancelados	1.396	12,8%
Duplicidade de registros	434	4,0%
Ocorrências inválidas não identificadas / localizadas ou em branco	557	5,1%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.879</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatório de Gestão INSS, exercício 2008.

Destaque-se que, pela análise do quadro acima, quase dois terços do total de processos - 6.942 processos, ou 63,8% do total - ainda estavam "em análise" ou em "cobrança administrativa". Ainda:

- em apenas 92 processos (0,8%) a cobrança administrativa fora "concluída com êxito";
- apenas 80 processos (0,7%) estavam em "fase de TCE" ou "TCE concluída";
- Concluiu-se, até então, que 527 processos (4,8%) não eram passíveis de TCE.

Os números relativos ao quantitativo de TCE instauradas desde 2006 são mostrados a seguir:

Tabela - Instauração de Tomada de Contas Especial

	2006	2007	2008	TOTAL
Meta física	210	48	300	558
Realizado	25	15	40	80
% realizado	11,9%	31,3%	13,3%	14,3%

Fonte: Relatório de Gestão INSS, exercício 2008.

Os resultados apresentados são bastante modestos em comparação com o universo de processos passíveis de instauração de Tomada de Contas Especial, e evidenciam intempestividade na execução de procedimentos de cobrança administrativa e/ou instauração de TCE.

**CAUSA:**

Ineficiência dos procedimentos de cobrança administrativa e instauração de Tomada de Contas Especial. Insuficiência de estrutura de controle e acompanhamento de TCE.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Por meio das Solicitações de Auditoria 218065-01, de 22/10/2008, 218065-06, de 21/11/2008, e 224735/001, de 22/04/2009, foram feitos aos gestores questionamentos acerca dos procedimentos, metas e resultados relativos a cobrança administrativa e instauração de TCE.

Em resposta, por meio do Despacho DCATCE nº 177/2008, de 04/11/2008, encaminhado por meio do Ofício nº 927/INSS/GABPRE, de 06/11/2008, foi informado o que segue:

"b) Este tipo de acompanhamento antes da instauração da TCE não está implementado em nossos mecanismos de controle, haja vista o grande volume de ocorrências sob responsabilidade das Gerências Executivas e a utilização de planilhas em Excel para consolidação das informações.

A fim de aperfeiçoar os controles, especificamos a Ação nº 115 do Sistema TCE - no sentido de alterar a função "Processo Vinculado", inserindo campos para identificação da situação (cobrança administrativa: em andamento/ concluída com êxito/ concluída sem êxito. No entanto, fomos informados de que não há prazo previsto para o atendimento, visto que há uma priorização das demandas do CNIS.

(...)

c) Conforme mencionado acima, os controles são efetuados por meio de planilhas em formato Excel, totalizando até o momento 85 ocorrências em fase de cobrança administrativa no valor total de R\$ 1.930.178,00 (um milhão, novecentos e trinta mil, cento e setenta e oito reais), desconsiderando os valores dos processos em fase de TCE (...).

d) Inicialmente foi constituído um Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 54 INSS/DIROFL, de 22/04/2008, com o objetivo de obter informações mais precisas acerca da situação de cada ocorrência. Em seguida, foram elaborados os planos de ação de cada Gerência, sob responsabilidade direta do Gerente Executivo, com recomendações da DCATCE e Metas para cumprimento até o dia 31/11/2008.

(...)

e) O acompanhamento dos trabalhos das comissões se dá por meio do Sistema de TCE e planilhas de controle do acervo de 10.879 ocorrências passíveis de TCE (em formato Excel).

No que se refere ao Sistema de TCE, na fase de implantação nas Gerências detectamos problemas de conceituação que impediam o cadastramento completo dos dados dos responsáveis dos processos o que motivou a reavaliação do sistema e especificação de demandas para ajuste na ferramenta.

A demora no atendimento à Ação nº 126 - Retirar acesso à base do CNIS pessoa física e jurídica (cerca de quatros meses desde a formalização até a entrega pela Dataprev) inviabilizou o acompanhamento pela DCATCE dos trabalhos das comissões por meio do aplicativo, dificultando sobremaneira o controle dos processos.

Além disso, a alta rotatividade dos integrantes das comissões tem dificultado o acesso ao sistema, haja vista o rigoroso e complexo controle de acesso imposto por meio do aplicativo SAA.

A partir do mês de agosto foram definidos na DCATCE os responsáveis pelo suporte técnico às Comissões vinculadas às Gerências Regionais.

Nesse contexto, cada responsável tem a incumbência de atuar como "gestor cadastrador" no aplicativo SAA, para permitir o acesso ao Sistema de TCE, bem como acompanhar a evolução dos trabalhos. O contato direto com os integrantes por meio dos canais disponíveis na instituição (correio eletrônico, telefone, fax) e visitas de suporte técnico e supervisão in loco tem possibilitado o direcionamento das ações e padronização dos procedimentos.

f) A Divisão de Controle e Acompanhamento de TCE está estruturada com uma equipe de sete servidores, incluindo a chefia da Divisão, com responsabilidade sobre o acompanhamento das Gerências conforme tabela a seguir:

<b>Gerência Regional</b>	<b>Suporte Técnico DCATCE</b>	<b>e.mail</b>	<b>Telefone</b>
São Paulo-SP	Edvaldo Estevam	edvaldo.estevam@previdencia.gov.br	(61) 3313 4148
Florianópolis-SC	Sandra Moreira	sandra.moreira@previdencia.gov.br	(61) 3313 4567
Brasília-DF	Venúcia Costa	venusia.costa@previdencia.gov.br	(61) 3313 4644
Recife-PE	Cristiani Silva	Cristiani.silva@previdencia.gov.br	(61) 3313 4149
Belo Horizonte-MG	Márcio e Corina	marcio.alexandre@previdencia.gov.br corina.souza@previdencia.gov.br	(61) 3313 4148 (61) 3313 4149

g) Quanto aos treinamentos, a DCATCE realizou treinamento presencial para 2 integrantes de cada Comissão Permanente em 2007, totalizando 202 capacitações.

Em 2008, diante da alta rotatividade dos membros das comissões, foi ofertado o curso: Exercício de Cidadania - Legislação Aplicada à TCE, na modalidade EAD, com a parceria da Escola da Previdência, para todos os integrantes das Comissões e Gerentes Executivos, com 432 vagas, no período de 22/09 a 31/10/2008.

Foram elaborados modelos de todos os atos necessários ao procedimento de TCE, bem como manual básico de procedimentos, disponibilizados na intranet, página da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, com ampla divulgação.

Além disso, estamos promovendo reuniões de alinhamento com os presidentes das comissões, com ênfase nos procedimentos para desenvolvimento do Plano de Ação de cada Gerência, orientando quanto à consolidação das planilhas de controle, com base na situação de cada processo.

Com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos acerca dos pontos mais controvertidos da legislação específica, com vistas a promover orientações aos integrantes das comissões de TCE, estamos pleiteando cursos para a equipe da DCATCE, ainda em 2008."

Posteriormente, por meio do Despacho DCATCE nº 193/2008, de 25/11/2008, encaminhado por meio do Ofício nº 1013/INSS/GABPRE, de 28/11/2008, foi informado o que segue:

"Item 01

Justifica-se o não atingimento da meta de 2007 devido à necessidade de capacitação dos integrantes das comissões de TCE, realizada ao final do exercício, bem como da não realização dos procedimentos de cobrança administrativa, fase que antecede à TCE, por parte das Gerências-Executivas.

Em 2008, o número real de TCEs instauradas ainda não está consolidado, visto que os dados ainda não foram inseridos no Aplicativo STCE - Sistema de Acompanhamento da Tomada de Contas Especial - pelas Comissões Permanentes. Estimamos que até o final de dezembro obteremos informações mais concretas acerca das TCEs instauradas.

Quanto às providências adotadas, temos a informar:

a) Foram consolidados os dados oriundos das GEX de acordo com a situação das ocorrências e elaborado um plano de ação com uma meta de instauração de TCE para cada Gerência, cuja responsabilidade ficou a cargo dos respectivos Gerentes Executivos (planilha anexa);

b) Elaborado, em parceria com a Escola da Previdência Social, o curso sobre Legislação Aplicada à TCE, ofertado no período de 22/09 a 31/10/2008 para todos os integrantes das Comissões Permanentes e Gerentes Executivos e Regionais;

c) Realizadas reuniões de alinhamento com os presidentes ou substitutos das Comissões Permanentes das Gerências, no período de 20/10 a 21/11/2008, com enfoque nos procedimentos para atualização dos dados das planilhas de controle e Plano de Ação, visando o cumprimento das metas estabelecidas e recomendações da DCATCE.

Item 02

Não cabe a esta divisão a apuração de responsabilidade pelo estoque de 10.879 ocorrências passíveis de TCE. Neste sentido, limitamo-nos a promover as ações acima e identificar as providências adotadas por cada Gerência acerca das pendências.

Em paralelo a isso, promovemos adequação das normas internas da Instituição aos atos normativos do Tribunal de Contas da União - TCU, que tratam de procedimentos de TCE, culminando com a Instrução Normativa nº 32, de 18.09.2008, e propusemos à Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios procedimentos para a normatização da cobrança administrativa, fase que antecede à TCE."

A planilha a que se refere o "item 01", alínea "a", intitulada "Controle de Plano de Ação Enviado", mostra as chamadas "metas desafiadoras" por Gerência-Executiva", chegando a um valor total de 885 processos de TCE a serem instaurados até o final de 2008.

Também, por meio do Despacho DCATCE nº 82/2009, de 23/04/2009, encaminhado por meio do Ofício nº 361/INSS/PRES, de 30/04/2009, foi informado o que segue:

"a) (...) A meta física foi estipulada tendo como base o passivo de

10.879 ocorrências passíveis de TCE, cuja situação informada pelas Gerências era de "em cobrança administrativa". Entretanto, face o não esgotamento das medidas administrativas internas visando à obtenção do ressarcimento pelas Gerências Executivas, a DCATCE manteve entendimento com a AUDITORIA do INSS no sentido de promover a alteração da meta prevista no exercício de 2009 (de 630 TCEs), até o dia 10/05/2009. A alteração terá como base as informações oriundas das Gerências Executivas considerando as ocorrências em que a cobrança administrativa foi concluída SEM ÊXITO, visto que a fase seguinte será a instauração de TCE.

Cabe destacar que TODOS os dossiês remetidos às Comissões Permanentes de TCE em 2008, cujas medidas administrativas internas foram esgotadas, sem êxito, tiveram a conseqüente instauração de TCE.

(...)

b) (...) As ocorrências passíveis de TCE são discriminadas em planilhas eletrônicas por Gerência Executiva do INSS - GEX (atualmente 100 gerências) e em cada GEX foi constituída uma COMISSÃO Permanente de Tomada de Contas Especial - CPTCE, com no mínimo 3 integrantes, que são os responsáveis pela instauração dos procedimentos de TCE no âmbito da GEX.

A DCATCE, em cumprimento a sua atribuição regimental, supervisiona as atividades relacionadas à TCE no âmbito do INSS e a tramitação e o julgamento dos processos de TCE nos órgãos de controle interno, atuando com uma equipe de 8 servidores lotados no setor, incluindo a chefe da Divisão.

(...)

c) (...) Nos meses de setembro e outubro de 2008 foi ofertado o curso Exercício de Cidadania - Legislação Aplicada à TCE, na modalidade EaD, desenvolvido pela DCATCE, em parceria com a Escola da Previdência, com 430 vagas destinadas aos servidores que atuam nas Comissões Permanentes de TCE e Gerentes Executivos e Regionais, com o objetivo de identificar os dispositivos legais e regulamentares que se referem à matéria, com vistas à formalização e desenvolvimento de um processo de TCE.

O relatório de avaliação do curso registrou como destaque o aspecto cognitivo. O desenho do curso foi feito de forma a estimular uma mudança de atitude, o que tornou o curso mais envolvente e interessante, sendo que foi o curso de menor índice de evasão no ano de 2008, apenas 19%, quando a média da Escola registrou-se em torno de 39%."

Quanto às providências adotadas em relação às recomendações item 3.2.1.2 do Relatório de Auditoria nº 218065, informa ainda o citado despacho, em sua alínea "d":

Recomendação 001:

"1) Publicação da Instrução Normativa nº 32/INSS/PRES, de 18/09/2008;

2) Especificação de 35 demandas para aperfeiçoamento tecnológico do sistema de TCE (sobrestadas, aguardando ordem de prioridade pelo INSS);

3) Proposição de minuta de Instrução Normativa sobre Cobrança Administrativa - em fase de apreciação pelas áreas com expectativa de publicação até o dia 30/05/2009."

Recomendação 002:



"1) Construção do Plano de Ação por Gerência Executiva;

2) Elaboração e disponibilização de manual básico de TCE e de modelos de todos os atos necessários à realização do procedimento (disponíveis no sítio da DIROFL/CGOFC, na Intraprev);

3) Realização de reuniões de alinhamento com os integrantes das comissões de TCE, conforme cronograma a seguir:"

O citado cronograma mostra a realização de 8 reuniões, nos pólos de São Paulo (4 reuniões, entre 20/10 e 11/11/2008); Rio de Janeiro (1 reunião, nos dias 10 e 11/11/2008); Belo Horizonte (1 reunião, nos dias 13 e 14/11/2008); e Fortaleza (2 reuniões, entre 18 e 21/11/2008).

Recomendação 003:

"Todos os trabalhos desenvolvidos pela DCATCE acerca do mapeamento da situação das ocorrências passíveis de TCE no âmbito das Gerências Executivas foram efetuados por meio do correio eletrônico institucional, com cópia para a Corregedoria e Auditoria, cujas competências regimentais transcreve-se abaixo:

'DECRETO Nº 5.870, DE 8 DE AGOSTO DE 2006.

Art. 10. À Auditoria-Geral compete:

(...)VI - encaminhar à Corregedoria-Geral solicitação de apuração de responsabilidade, quando em sua atividade se evidenciar irregularidade passível de exame sob o aspecto disciplinar, indicando com clareza o fato irregular;

Art. 9º À Corregedoria-Geral compete:

I - acompanhar o desempenho dos servidores e dirigentes dos órgãos e unidades do INSS, fiscalizando e avaliando sua conduta funcional;' Neste sentido, entende-se que não compete à DCATCE manifestar-se sobre a recomendação supracitada."

Ainda, por meio de Despacho s/n do Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 27/04/2009, também encaminhado por meio do Ofício nº 361/INSS/PRES, foi informado o que segue:

"Além das considerações constantes do despacho exarado pela DCATCE, ressaltamos também a realização de reunião acerca da cobrança administrativa, conforme pauta e memória anexadas."

Finalmente, por meio do Memorando nº 626/DIROFL/CGOFC, de 14/05/2009, encaminhado por meio do Ofício nº 423/INSS/GABPRE, de 14/05/2009, foi informado o que segue:

"Em relação a esse item, ratificamos os esclarecimentos prestados na Solicitação de Auditoria nº 224735/001, de 22/04/2009, esclarecendo que os dados relativos à GEX RJ Centro (cerca de 3.000 registros que representam 30% do quantitativo total de ocorrências), ainda estão em fase de organização dos processos (vinculação dos processos de irregularidades de benefícios aos respectivos Processos Administrativo-Disciplinares - PADs e consolidação dos dados na planilha de controle). Além disso, foi constituída uma equipe exclusiva para a realização das Cobranças Administrativas. Cabe destacar que o acervo dos 1.031 processos da extinta GEX RJ Sul foi transferido para a GEX RJ Centro.

Quanto às metas previstas para a instauração de TCE, as mesmas se

basearam no acervo das 10.879 ocorrências passíveis de TCE, com indicativo de 'cobrança administrativa'. Ocorre que, de acordo com a legislação vigente, a TCE é medida de exceção e somente deve ser instaurada se a cobrança administrativa não lograr êxito. Dessa forma, considerando os dados oriundos das Gerências-Executivas responsáveis pelas ocorrências, alteramos a meta de 2009 para 75 processos de TCE a serem instaurados, levando em consideração apenas as ocorrências cujas cobranças administrativas foram concluídas sem obtenção de êxito. Cabe registrar que todas as ocorrências em que as cobranças administrativas não lograram êxito, tiveram suas TCEs instauradas imediatamente pelas Comissões Permanentes das Gerências-Executivas.

Outrossim, ressaltamos que no acervo dos 10.879 processos passíveis de TCE, verificou-se situações que têm dificultado as cobranças administrativas e, conseqüentemente, impossibilitando suas instaurações. Nesse sentido, cabe salientar o entrave acerca da realização de cobrança administrativa sem existência de PAD (a Corregedoria-Geral do INSS entende ser desnecessária a instauração de PAD para a apuração das penalidades administrativas prescritas, bem como para aqueles processos decorrentes de benefícios fraudulentos que surgiram após a demissão dos servidores envolvidos).

Da parte da Divisão de Controle e Acompanhamento de Tomada de Contas Especial, entendemos que a apuração das responsabilidades administrativa e civil são independentes, porém dado o caráter complexo e peculiar dos processos que envolvem benefícios previdenciários, torna-se impossível proceder a cobrança administrativa sem o auxílio do PAD, uma vez que é necessário o conhecimento técnico para se determinar a culpa ou dolo dos envolvidos, fatos esses imprescindíveis para se cobrar os envolvidos.

Diante disso, em reunião realizada em 08/05/2009, o Presidente do INSS determinou à Diretoria de Benefícios do INSS que mantivesse entendimentos com a Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU objetivando buscar solução para o impasse em questão, posto que 95% (...) das ocorrências passíveis de TCE que envolvem servidores com prejuízos ao erário são provenientes da área de benefícios, gerando a necessidade de se definir tratamento para os casos de cobrança administrativa sem a vinculação de PAD.

Por fim, acordou-se na citada reunião que os processos na situação acima descrita fiquem sobrestados até que a resolução do impasse seja obtida, cabendo a instauração de TCE somente para aqueles processos cujas cobranças administrativas não obtiveram êxito e estejam vinculados a um PAD."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Inicialmente cabe ressaltar novamente a insuficiência dos resultados obtidos em comparação com o universo de processos passíveis de instauração de Tomada de Contas Especial. O quantitativo de processos de TCE instaurados equivale a 13,3% da meta para o exercício de 2008, e a 14,3% da meta para o triênio 2006-2008. Ainda, do estoque de 10.879 processos passíveis de TCE e pendentes de cobrança administrativa, com idade de acervo de mais de dez anos (segundo levantamento realizado em 2006), 63,8% ainda se encontravam em análise ou em cobrança administrativa ao final de 2008, enquanto em apenas 0,8% dos processos a cobrança administrativa fora concluída com êxito, e apenas 0,7% deles estavam em "fase de TCE" ou "TCE concluída".

Com relação aos resultados atingidos em relação às metas de

instauração de TCE, a DCATCE entende que os valores estipulados como metas levaram em consideração parâmetro equivocado, qual seja, o total de 10.879 ocorrências passíveis de TCE, quando o correto seria tomar como parâmetro apenas as ocorrências cuja cobrança administrativa tenha sido concluída sem êxito. Nessa mesma linha, destaca que "todos os dossiês remetidos às Comissões Permanentes de TCE em 2008, cujas medidas administrativas internas foram esgotadas, sem êxito, tiveram a consequente instauração de TCE". Esta linha de raciocínio pode levar ao estabelecimento de metas muito abaixo dos níveis dos últimos anos e, conseqüentemente, a ajustar o valor da meta aos níveis de execução dos últimos exercícios, em vez de elevar o nível de execução, que é o desejável, para dar celeridade aos processos relativos ao estoque de 10.879 ocorrências. A razão para isto é que a maior parte do problema está justamente na intempestividade e ineficiência do processo de cobrança administrativa, sob responsabilidade das Gerências Executivas - e a redução das metas apenas contribuiria para manter o desempenho atual.

Sobre o processo de cobrança administrativa, a DCATCE salienta o que chama de "entrave acerca da realização de cobrança administrativa sem a existência de PAD", afirmando entender que, apesar de serem independentes as apurações das responsabilidades administrativa e civil, "dado o caráter complexo e peculiar dos processos que envolvem benefícios previdenciários, torna-se impossível proceder a cobrança administrativa sem o auxílio do PAD, uma vez que é necessário o conhecimento técnico para se determinar a culpa ou dolo dos envolvidos, fatos esses imprescindíveis para se cobrar os envolvidos". Afirma, ainda, que o INSS decidiu sobrestar os processos relativos aos "casos de cobrança administrativa sem a vinculação de PAD" até que "a resolução do impasse seja obtida".

Convém citar que este assunto foi tema de consulta feita pela Corregedoria-Geral do INSS a esta CGU, feita por meio do Ofício INSS/CORREGEDORIA-GERAL nº 112, de 24/04/2009. A referida consulta foi respondida por meio do Ofício nº 12.854/DPPAS/DP/SFC-CGU-PR, de 04/05/2009, que encaminhou a Nota Técnica nº 1.068/DPPAS/DP/SFC-CGU-PR, de 30/04/2009. Cabe ressaltar as conclusões apresentadas:

"11. Desse modo, e respondendo diretamente ao objeto da consulta, tem-se como aplicáveis ao assunto as seguintes afirmativas:

- a) o processo de TCE será instaurado independentemente da instauração de um PAD ou Sindicância para o mesmo fato;
- b) dentro dessa premissa, mesmo que haja sido instaurado um processo de PAD ou Sindicância, o resultado nele obtido não será obrigatoriamente acatado na instrução da TCE;
- c) tendo o agente sido inocentado em PAD ou Sindicância, o fato não implica na sustação da TCE, que deverá seguir o seu curso até o julgamento do caso pelo TCE; e
- d) sendo a TCE um procedimento para ressarcimento de valores ao erário, decorrente de prejuízo causado por agente público e considerando a imprescritibilidade de tal ação, caberá à autoridade administrativa competente, em se evidenciando tal situação, promover a sua instauração, sob pena de responsabilidade solidária."

Dado que a cobrança administrativa necessariamente antecede a instauração de um processo de TCE, segue-se que também esta cobrança independe de procedimentos de PAD e Sindicância.

As manifestações dos gestores (despacho DCATCE nº 177/2008, itens "b",

"c", "e", "f" e "g"; despacho DCATCE nº 193/2008, "item 01"; e despacho DCATCE nº 82/2009, alíneas "b" e "d") evidenciam dificuldades operacionais e estruturais para o Controle e Acompanhamento de TCE relacionadas a sistemas de informação (Sistema de TCE e planilhas eletrônicas) e recursos humanos (quantidade e capacitação).

No tocante às providências adotadas, merece destaque a normatização dos procedimentos relativos a TCE (Instrução Normativa nº 32, de 18/09/2008), bem como a proposição de procedimentos para a normatização da cobrança administrativa. Houve também o plano de ação elaborado em junho/2008, com as chamadas "metas desafiadoras" de instauração de TCE por Gerência-Executiva, aparentemente uma tentativa de, mesmo que não parecesse possível o seu cumprimento integral (ou seja, a instauração de 885 processos de TCE em 2008), atingir-se ao menos a meta oficialmente estabelecida para o exercício (300 processos). O resultado obtido, porém, foi muito aquém disso (40 processos).

Em relação às providências adotadas no tocante à apuração de responsabilidades pelo estoque de 10.879 processos passíveis de TCE com idade de acervo de mais de dez anos, a DCATCE afirmou que "não compete à DCATCE manifestar-se sobre a recomendação supracitada", e entende que o assunto é afeto à Auditoria-Geral e Corregedoria-Geral - que não encaminharam manifestações sobre o assunto. Assim, tendo em vista as informações fornecidas a esse respeito serem insatisfatórias, considera-se que persiste a pendência em relação ao tema da apuração de responsabilidades pelo estoque de 10.879 processos passíveis de TCE com idade de acervo de mais de dez anos.

Os fatos constatados evidenciam a inobservância ao disposto no art. 1º da Instrução Normativa TCU nº 56, de 05/12/2007, in verbis:

*"Art. 1º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiros, bens ou valores públicos, ou de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano à administração pública federal, a autoridade administrativa federal competente deve adotar providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.*

*§ 1º A ausência de adoção das providências mencionadas no caput deste artigo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias caracteriza grave infração a norma legal e sujeita a autoridade administrativa federal omissa à responsabilização solidária e às sanções cabíveis.*

*(...)*

*§ 3º Esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, a autoridade administrativa federal competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, observado o disposto nesta Instrução Normativa."*

A existência dessas persistentes dificuldades operacionais relacionadas a valores a receber por responsabilidades apuradas e imputadas a servidores, controle e acompanhamento de TCE não é recente, pois que corroborada pelas informações contidas nas Prestações de Contas do INSS referentes a exercícios anteriores: de 2006, em que é registrado que há um elevado índice de cobranças administrativas não concluídas; e de 2007, que, às páginas 598 e 599, volume IV, traz a avaliação da Auditoria Interna do Instituto de que

persiste a ocorrência de resultados inexpressivos nas atividades de cobrança administrativa e consequentemente de TCE. Os resultados obtidos no exercício de 2008 permitem concluir que as providências até então adotadas foram ineficazes.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Aprimorar e/ou criar mecanismos normativos e sistêmicos mais eficientes para a apuração e recuperação de valores a receber por responsabilidades imputadas a servidores (e/ou a terceiros), incluindo os processos de cobrança administrativa e de TCE.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Aprimorar a estrutura de Controle e Acompanhamento de Tomada de Contas Especial ao vulto que o assunto tomou no Instituto, considerando o estoque de 10.879 processos passíveis de TCE com idade de acervo de mais de dez anos.

#### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Apurar responsabilidades pelo estoque existente de 10.879 processos passíveis de TCE com idade de acervo de mais de dez anos.

## **5.2 RECURSOS EXIGÍVEIS**

### **5.2.1 ASSUNTO - ACRÉSCIMOS MONETÁRIOS**

#### **5.2.1.1 INFORMAÇÃO: (037)**

No exercício de 2008 o INSS realizou despesas relativas a multas e juros no montante de R\$ 420.194,04. Estas despesas foram realizadas em cinco ações de governo distintas, sendo que 86% do total foi alocado na ação 2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social.

Programa de Governo		Ação de Governo (Projeto/Atividade)	Multas e Juros	%
0083	Previdência Social Básica	2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	40.480,80	9,6%
		2593 Func. das Unid. Descentraliz. da Prev. Social	361.229,02	86,0%
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários	5509 Reformulação Unid. Atend. da Prev. Social	425,66	0,1%
		8869 Reformas e Adaptações das Unid. do INSS	58,56	0,0%
0750	Apoio Administrativo	2000 Administração da Unidade	18.000,00	4,3%
<b>TOTAL</b>			<b>420.194,04</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Comparando-se a execução de despesas com multas e juros no exercício de 2008 com o exercício anterior, verifica-se uma redução de 74,4%.

ITEM	2007		2008		2008/2007
	R\$	%	R\$	%	%
Juros	460.312,92	28,1%	123.900,58	29,5%	-73,1%
Multas	1.179.872,38	71,9%	296.293,46	70,5%	-74,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.640.185,30</b>	<b>100,0%</b>	<b>420.194,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>-74,4%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial.

Considerando a acentuada redução das despesas executadas a título de acréscimos monetários, pode-se concluir que as providências tomadas pelo INSS a esse respeito vêm surtindo os efeitos esperados.

## 6 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 6.1 MOVIMENTAÇÃO

#### 6.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL

##### 6.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (009)

ACUMULAÇÃO DE CARGOS POR SERVIDORES DO INSS ACIMA DA PERMISSÃO CONSTITUCIONAL E PARECER AGU CQ-145

Com o objetivo de avaliar, entre outros itens, a regularidade na ocupação de cargos públicos ou empregos por parte dos servidores do INSS, foram realizadas as auditorias de acompanhamento n°s 216878 (Paulista/PE), 216882 (Campo Maior/PI), 216890 (Teresina/ PI), 216898 (Cristino Castro/ PI), 216905 (Bayeux/PB), 216909 (Tambauzinho/ PB), 216913 (João Pessoa Centro/ PB), 216917 (Rio Tinto/ PB), 216925 (Goiânia/GO), 216936 (SP Centro/SP) 216907 (Planaltina/DF), 216903 (Gama/DF), 211975 (Campo Grande/MS) e 217411 (Dourados)/MS), no período de 1º de setembro a 12 de dezembro de 2008.

Nos trabalhos realizados foram detectados nas APSS relacionadas na tabela a seguir, casos de acumulação de cargos de servidores da carreira médico pericial acima do quantitativo permitido pela Constituição Federal de 1988 (2 cargos de privativos de médico) e pelo Parecer AGU CQ-145 (acúmulo de 60 horas semanais), conforme se verifica na Tabela a seguir:

Procedimentos previstos	Constatações por UF														Constatações por item	Itens analisados	%
	PE	PI			PB				GO	SP	DF		MS				
	Pau- lista 216878	Campo Maior 216882	Tere- sina 216890	Cristi- no Castro 216898	Bayeux 216905	Tam- bau- zinho 216909	João Pessoa Centro 216913	Rio Tinto 216917	Goiânia 216925	SP Centro 216936	Planal- tina 216907	Gama 216903	Campo Grande 211975	Dou- rados 21741 1			
Acumulação de cargos sem compatibilidade de horários	S	-	-	N	-	-	-	-	S	-	S	S	S	S	6	7	86%

Legenda: S = ocorrência de constatação; N = Não ocorrência de constatação; - = procedimento não realizado

Das 7 APSS em que realizamos o procedimento de verificação de acúmulo de carga horária realizado, 6 apontaram servidores acumulando cargos irregularmente.

Também foi realizado cruzamento entre a relação de servidores médico periciais do INSS com a base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, o que resultou na identificação de 1.290 servidores ativos da carreira médico pericial com indícios de acúmulo de cargos/empregos (cargo no INSS e 1 ou mais cargos em outro órgão/empresa).

A partir das constatações, foi solicitado ao gestor informar:

=> Providências adotadas em relação às recomendações dos Relatórios de auditoria de acompanhamento n°s 216878 (Paulista/PE), 216882 (Campo Maior/PI), 216890 (Teresina/ PI) , 216898 (Cristino Castro/ PI) , 216905 (Bayeux/PB) , 216909 (Tambauzinho/ PB) , 216913 (João Pessoa Centro/ PB), 216917 (Rio Tinto/ PB) , 216925 (Goiânia/GO), 216936 (SP Centro/SP) 216907 (Planaltina/DF), 216903 (Gama/DF), 211975 (Campo Grande/MS) e 217411 (Dourados)/MS);

=> Providências adotadas pelo INSS a fim de melhorar seus procedimentos de verificação de acumulação de cargos por parte de seus

servidores.

**CAUSA:**

Os gestores têm homologado a folha de ponto dos servidores contrariamente à norma legal pertinente, permitindo que os mesmos, em razão da indevida redução da jornada diária no INSS, possam acumular cargo e/ou emprego em outros órgãos/empresas.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Por meio do Ofício nº 380/INSS/PRES, de 08 de maio de 2009, o gestor encaminha Nota Informativa em que declara:

" Análise

2. Quanto aos Relatórios de Auditoria de Acompanhamento nº 216907 (Planaltina/DF), 216903 (Gama/DF), 211975 (Campo Grande/MS) e 217411 (Dourados/MS), com tramitação no âmbito da Diretoria de Recursos Humanos, insta apresentar as seguintes providências adotadas:

a) Quanto às situações apontadas pela Controladoria-Geral da União, na Solicitação de Auditoria nº 218400-12, relativa à acumulação de mais de dois cargos ou empregos públicos por parte de Supervisor Médico Pericial, Médico Perito da Previdência Social e de Médico Perito Previdenciário, foram expedidos pela Diretoria de Recursos Humanos os Memorandos nºs 15 a 20, de 18 de fevereiro de 2009 (cópias anexas), para as Chefias de Recursos Humanos das Gerências Regionais e da Administração Central, encaminhando a relação nominal dos servidores ocupantes das mencionadas categorias funcionais, para providências junto às respectivas Unidades de Recursos Humanos, com vistas à apuração das situações de acumulação de cargos, com base no disposto no art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

b) Relativamente ao Relatório de Auditoria nº 217411, tratando das situações apontadas em Dourados e Campo Grande, o mesmo foi encaminhado, por meio do Memorando nº 22, de 20 de fevereiro de 2009, para a Gerência Regional em Brasília, para conhecimento quanto às providências já adotadas pela Unidade de Campo Grande e outras julgadas necessárias, bem como para providências junto à Unidade de Dourados, visando o saneamento das questões.

c) Complementarmente, tendo em vista que as situações de indícios de acumulação indevida de cargos e participação em gerência e administração de empresa, em desacordo com a legislação vigente, necessitam de análise individualizada para fins de regularização, deu-se início à constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar a regularização das situações apontadas na Solicitação de Auditoria nº 216878; 216882; 216890; 216898; 216905; 216909; 216913; 216917; 216925; 216936; 216907; 216903; 211975 e 217411, com previsão de início de atividades ainda em maio de 2009.

3. Conforme já mencionado na Nota Técnica nº 01/DRH/INSS, cópia anexa, encaminhada à Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho da Controladoria - Geral da União, por meio do Ofício nº 249/INSS/GABPRE, de 02 de abril de 2009, dentre as ações desencadeadas no âmbito deste Instituto para uma maior gestão sobre os recursos humanos, providências foram adotadas para iniciar o processo de atualização cadastral dos servidores do INSS, previsto para agosto de 2009, objetivando, dentre outras ações, implementar obrigatoriedade de atualização sistematizada das informações relativas a outros vínculos e respectivos horários de trabalho."

A Nota Técnica nº 01/DRH/INS, datada de 02 de abril de 2009, citada no texto da justificativa do gestor e encaminhada anexa, traz as seguintes informações adicionais acerca do tema:

"(...)

4. Registre-se, por oportuno, um conjunto de ações desencadeadas no intuito de dotar a administração de maior gestão sobre os recursos humanos, quais sejam:

=> Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de acompanhar a regularização das solicitações do órgão de controle externo, mencionadas na Solicitação de Auditoria CGU nº 218400-12, e nos Relatórios de Auditoria nº 211975, 216903, 216907 e 217411, em trâmite no âmbito deste Instituto, pendentes de apuração;

=> Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de especificar o sistema informatizado para o registro eletrônico de assiduidade e pontualidade dos servidores deste Instituto, bem assim acompanhar a sua efetiva implantação e

=> Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de implementar e gerenciar a rotina para a efetiva operacionalização da atualização cadastral de todos os servidores do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, inclusive inativos e pensionistas.

5. Convém ressaltar que a atualização cadastral visa principalmente iniciar um processo dinâmico onde os servidores deverão sistematicamente prestar informações atualizadas sobre outros vínculos porventura existentes e seus respectivos horários de trabalho, além de declarar que não incorrem na proibição inserta no inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

6. Observa-se, ademais, que a Diretoria de Recursos Humanos tem envidado esforços no sentido rever tais procedimentos e, ainda, implementar outras rotinas que coíbam distorções na gestão dos recursos humanos, dificultando o seu gerenciamento, além do aprimoramento do controle da agenda dos médicos no âmbito da Diretoria de Benefícios.

7. Em que pese o acima exposto, destaco outros procedimentos já adotados no âmbito do INSS para identificar o descumprimento de vedações capituladas na Lei nº 8.112,

=> Obrigatoriedade do servidor no ato da posse de declarar se acumula cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990; e

=> Apuração do descumprimento da jornada de trabalho do servidor, no âmbito da unidade de recursos humanos das Gerências Executivas, quando há denúncia ou constatação pela chefia imediata.

8. Outro fato que merece destaque diz respeito à solicitação dirigida à Procuradoria Federal Especializada do INSS para fazer gestões junto à Advocacia-Geral da União no sentido de rever o Parecer GQ-145 da AGU, mormente a restrição de incompatibilidade de cumprimento de jornada superior a 60 horas, dado a especificidade dos cargos Médicos, integrantes dos diversos planos e carreiras, em exercício neste órgão.

9. Assim, sugere-se, após aprovação, o encaminhamento da presente Nota à Presidência do Instituto Nacional de Seguridade Social, com minuta do Ofício a ser encaminhado à Diretoria de Auditoria de Pessoal e de



Tomada de Contas Especial da Controladoria-Geral da União, solicitando prorrogação do prazo, por mais 90 dias, para o cumprimento das recomendações constates dos documentos em apreço, pelas razões já externadas."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

O gestor encaminhou resposta acerca das providências adotadas para a solução da detecção de casos de acumulação ilícita de cargos entre os servidores da área pericial médica, que consistem em ações de caráter predominantemente gerenciais, quais sejam:

=> Criação de Grupos de Trabalho para:

a)acompanhamento dos casos de acumulação detectados, b)para especificar sistema de registro eletrônico de ponto; c)para operacionalizar a atualização cadastral dos servidores do INSS e d) acompanhar a regularização das situações apontadas nas Auditorias nº 218400-12, 216878; 216882; 216890; 216898; 216905; 216909; 216913; 216917; 216925; 216936; 216907; 216903; 211975 e 217411;

=> Solicitação à Procuradoria Federal Especializada do INSS (PFE-INSS) para fazer gestões junto à AGU no sentido de rever o limite de 60 horas previsto no Parecer CG-145 para a carreira de médico previdenciário.

Além dessas, o gestor cita ainda o cumprimento das obrigações legais previstas na Lei 8.112/90:

*"=> Obrigatoriedade do servidor no ato da posse de declarar se acumula cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990; e*

*=> Apuração do descumprimento da jornada de trabalho do servidor, no âmbito da unidade de recursos humanos das Gerências Executivas, quando há denúncia ou constatação pela chefia imediata."*

Acerca da questão do acúmulo de cargos na Administração Pública Federal, cabe ressaltar que o assunto chega a ser tratado na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Em seu art. 37, inc. XVI e XVII, a CF/88 determina, em princípio, a vedação à acumulação de cargos públicos, estabelecendo condições excepcionais em que ela pode ser lícita, in verbis:

*"Art. 37. (...)*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observando em qualquer caso o disposto no inciso XI:*

*a) a de dois cargos de professor;*

*b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;*

*c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;*

*XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;"*

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em seu Título IV, Capítulo III trata especificamente do tema da acumulação, estabelecendo os parâmetros a serem considerados quando essa situação excepcional se configurar.

Nesse sentido, assim dispõe o referido diploma legal, in verbis:

*"Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.*

*§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.*

*§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.*

*§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade."*

Deve ser ressaltado que a acumulação lícita de cargos exige que se atenda o requisito da compatibilidade de horários, exigência essa estabelecida tanto na CF/1998 quanto na Lei 8.112/90.

A compatibilidade de horários fica configurada quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, funções ou empregos, em horários distintos, sem prejuízo de número regulamentar das horas de trabalho de cada um, bem como o exercício regular das atribuições inerentes a cada cargo.

A Advocacia-Geral da União - AGU firmou entendimento, através do Parecer nº GQ - 145, publicado no Diário Oficial de 1º de abril de 1998, pela ilicitude do acúmulo de dois cargos ou empregos públicos de que decorra a sujeição do servidor a regimes de trabalho que perfaçam o total de oitenta horas semanais, conforme ementa a seguir transcrita:

*"Ilícita a acumulação de dois cargos ou empregos de que decorra a sujeição do servidor a regimes de trabalho que perfaçam o total de oitenta horas semanais, pois não se considera atendido, em tais casos, o requisito da compatibilidade de horários."*

Neste documento, a AGU fundamenta sua opinião acerca da impossibilidade do cumprimento de carga horária superior a 60 horas com os seguintes argumentos:

*"17. Por mais apto e dotado, física e mentalmente, que seja o servidor, não se concebe razoável entenderem-se compatíveis os horários cumpridos cumulativamente de forma a remanescer, diariamente, apenas oito horas para atenderem-se à locomoção, higiene física e mental, alimentação e repouso, como ocorreria nos casos em que o servidor exercesse dois cargos ou empregos em regime de quarenta horas semanais, em relação a cada um. A esse propósito, torna-se oportuno realçar, no respeitante ao sono:*

*I) a "duração do sono passa de 16h em 24 do nascimento para cerca de 6h em 24 aos 70 anos"(Grande Enciclopédia Larousse Cultural, São Paulo: Ed. Universo, 1988);*

*II) o "sono se dá em ciclos regulares. Mas há variações individuais consideráveis. Assim, alguns necessitam de mais de dez horas de sono; a outros bastam quatro ou cinco horas. De qualquer modo, corresponde a*

*necessidade irresistível. Sua privação provoca perturbações graves de conduta" (Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1975, p. 10.590).*

18. *Condições tais de trabalho seriam até mesmo incompatíveis com o fim colimado pela disciplina trabalhista, ao estatuir o repouso de onze horas, no mínimo, entre duas jornadas: este tem o fito de salvaguardar a integridade física e mental do empregado e a eficiência laborativa, intenção que, obviamente, não foi desautorizada pelo constituinte na oportunidade em que excepcionou a regra proibitiva da acumulação de cargos, até mesmo porque estendeu aos servidores públicos as normas trabalhistas sobre o repouso, contidas nos itens XIII e XV do art. 7º, a teor do art. 39, § 2º, ambos da Carta Federal.*

19. *O Texto Constitucional, art. 37, XVI, não terá pretendido contemplar cargas de oitenta horas semanais, sob o pretexto não só de que o regime cumulativo regrou-se sem nenhuma limitação, bem assim do pálio da compatibilidade de horários. Este requisito de configuração de direito de titularidade de cargos acumulada é de relevo e deve ser admitido de maneira a harmonizar-se com o interesse público e proporcionar ao servidor a possibilidade do exercício regular dos cargos ou empregos. Admitir-se a exegese que admita a carga total de oitenta horas, acarretando a impossibilidade da razoável execução do trabalho, seria dissonante da maneira de pensar de Carlos Maximiliano, exposta ao prelecionar que deve "o Direito ser interpretado inteligentemente: não de modo que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências" (Hermenêutica e Aplicação do Direito, Rio de Janeiro: Forense, 1979, 9ª ed, p. 166)."*

Ainda, conforme art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10/02/93, os pareceres da AGU são vinculantes:

*"Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República.*

*§ 1º O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento."*

Note-se que, a despeito da extensa quantidade de entendimentos que regem e detalham o assunto, das 7 auditorias que realizaram procedimentos de verificação de acumulação de cargos, 6 identificaram o problema ocorrendo nas Agências da Previdência Social no ano de 2008.

Ainda, cruzamento realizado por esta CGU entre a base de dados dos servidores do INSS com sistemas de cadastro de trabalhadores, como o CNIS e o SIAPE, trouxeram indícios da existência de 1.290 servidores ativos da carreira médico pericial com acúmulo de cargos (cargo no INSS e 1 ou mais cargos/empregos em outro órgão/empresa).

Dessa feita, faz-se necessário que o INSS adote providências urgentes para que o quantitativo de servidores da carreira médico pericial que acumulam cargos de forma ilícita, em prejuízo ao cumprimento de sua carga horária, conforme o entendimento do Parecer CG 145 da AGU, não venha a trazer dificuldades para as atividades não só de perícia médica, mas também as de revisões periciais, laudos periciais judiciais, realizações de perícias hospitalares e domiciliares e outras atividades concernentes à carreira que se acumulam nas APS do INSS.

A justificativa apresentada pelo gestor do INSS de que fez gestões junto à Procuradoria Federal Especializada para que essa, por sua vez, faça gestões junto à AGU para que altere o limite de horas em favor da carreira pericial médica não adiciona esclarecimentos acerca das providências adotadas quanto aos casos já detectados.

Tal justificativa também não interfere nas providências que devem ser adotadas até o momento, tendo em vista que futura alteração, caso venha a ocorrer, não modifica o fato de que os servidores apontados nas auditorias realizadas pela CGU em 2008 já ultrapassaram o permitido previsto no Parecer CG 145 da AGU, até o momento ainda em vigor.

Não cabe, pois, caso seja essa a intenção do gestor, aguardar alteração da norma atual para o início da tomada de providências quanto à apuração das irregularidades já apontadas em relatórios desta CGU, visto que se tal alteração (que no nosso ponto de vista possui chance remota de acontecer) vier a ocorrer, já não se aplicaria aos casos apontados.

Além disso, há que ser lembrado que, dentre os casos de acumulação ilícita de cargos apontados nas auditorias realizadas pela CGU, não se apuram somente descumprimentos ao retrocitado Parecer, mas descumprimentos ao artigo 37 da Constituição Federal e artigo 118 da Lei 8.112/90, que continuam em vigor.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a Diretoria de Recursos Humanos do INSS amplie procedimentos em suas unidades de recursos humanos de checagem sobre a existência de acumulação de cargos por parte de seus servidores quando da posse.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Diretoria de Recursos Humanos promova imediatamente uma rechechagem sobre acumulação de cargos de servidores, de todas as carreiras, acima da permissão constitucional, por meio de bancos de dados disponíveis (SIAPE, CNIS, CNES e outros), com encaminhamento do resultado do cruzamento a esta CGU, em 60 dias, e que promova rechechagens periódicas.

#### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Que a Diretoria de Recursos Humanos adote as providências cabíveis acerca de servidores que estejam acumulando cargos acima do permitido constitucionalmente e pelo Parecer AGU nº GQ-145, conforme cruzamento realizado e encaminhe, em 90 dias, cópias da documentação relativa às providências adotadas a esta CGU.

#### **RECOMENDAÇÃO: 004**

Que os resultados dos trabalhos dos Grupos de Trabalho constituídos sejam encaminhados a esta CGU em 60 dias ou ao seu término.

#### **6.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (044)**

FALTA DE CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO, PROVOCANDO OU PODENDO PROVOCAR REPRESAMENTO DE PROCESSOS CONCESSÓRIOS E FILA VIRTUAL PARA ATENDIMENTO.

Com o objetivo de avaliar, dentre outros itens, o cumprimento da carga horária por parte dos servidores do INSS, foram realizadas as auditorias de acompanhamento nºs 216878 (Paulista/PE), 216882 (Campo Maior/PI), 216890 (Teresina/ PI), 216898 (Cristino Castro/ PI), 216905

(Bayeux/PB), 216909 (Tambauzinho/ PB), 216913 (João Pessoa Centro/ PB), 216917 (Rio Tinto/ PB), 216925 (Goiânia/GO), 216936 (SP Centro/SP) 216907 (Planaltina/DF), 216903 (Gama/DF), 211975 (Campo Grande/MS) e 217411 (Dourados)/MS), no período de 1º de setembro a 12 de dezembro de 2008.

É fato que o INSS adota, como regra geral, a jornada de 30 horas semanais inclusive para os servidores do edifício sede. Edição de Resolução Interna autoriza que nas APS em que o atendimento seja ininterrupto - de 8 as 18 horas - haja dois turnos de seis horas cada. No entanto, o que se observa é que mesmo nas APS em que o horário de atendimento seja reduzido - ou inferior a doze horas corridas - os servidores também cumprem jornada diária de seis horas, prejudicando, como se observa no quadro a seguir, o atendimento e a prestação de serviços aos segurados/usuários em geral.

A respeito da carga horária dos servidores do INSS, cabe lembrar que a carreira dos servidores do INSS sofreu alteração em 2008 com a edição em setembro da Medida Provisória 441, com aplicação imediata, que determinou o cumprimento de carga horária para os servidores do INSS de 40 horas semanais.

Nos trabalhos realizados foram detectados, nas APSs relacionadas na tabela a seguir, casos de descumprimento de jornada de trabalho pelos servidores da APS auditada, conforme se verifica na Tabela.

Procedimentos previstos	Constatações por UF														Constatações por item	Itens Analisados	%
	PE	PI			PB				GO	SP	DF		MS				
	Pau- lista 216878	Campo Maior 216882	Teresi- na 216890	Cristi- no Castro 216898	Bayeux 216905	Tam- bau- zinho 216909	João Pessoa Centro 216913	Rio Tinto 216917	Goiânia 216925	SP Centro 216936	Pla- nal- tina 216907	Gama 216903	Campo Grande 211975	Dou- rados 217411			
Jornada de Trabalho	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	14	14	100%
Pesquisas e Diligências	S	N	S	S	-	S	S	S	N	S	S	S	-	-	9	11	82%
Recurso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S	-	-	-	1	1	100%
Represamento	S	N	N	N	S	N	N	N	N	S	S	S	-	-	5	12	42%
Revisão	-	N	-	-	-	-	-	-	-	S	S	S	-	-	3	4	75%
Atendim. (fila virtual)	S	N	S	S	N	N	N	N	N	S	S	S	-	-	6	12	50%

Legenda: S = houve constatação de irregularidade; N = Não houve constatação de irregularidade; - = procedimento não realizado

Das 14 APSs que tiveram o procedimento de verificação de acúmulo de carga horária realizado, 14 apontaram quadro de servidores que não cumpriam as 40 horas semanais definidas no SIAPE (100%). Pode-se verificar, ainda, que nas APSs em que houve descumprimento da jornada de trabalho também foram constatados problemas como represamento de processos de: concessão, solicitação de recursos, solicitação de revisão, de execução de pesquisas e diligências, bem como a existência de fila virtual (mais de 30 dias para obter atendimento na APS).

A partir de tais constatações, foi solicitado ao gestor:

=> Providências adotadas em relação às recomendações sobre descumprimento de carga horária dos Relatórios de auditoria de acompanhamento n°s 216878 (Paulista/PE), 216882 (Campo Maior/PI), 216890 (Teresina/ PI), 216898 (Cristino Castro/ PI), 216905 (Bayeux/PB) , 216909 (Tambauzinho/ PB), 216913 (João Pessoa Centro/ PB), 216917 (Rio Tinto/ PB), 216925 (Goiânia/GO), 216936 (SP Centro/SP) 216907 (Planaltina/DF), 216903 (Gama/DF), 211975 (Campo Grande/MS) e 217411 (Dourados)/MS);

=> Providências adotadas a fim de melhorar o controle de ponto dos servidores, de forma que estes efetivamente cumpram a carga horária definida no SIAPE e na legislação do cargo.

**CAUSA:**

Ausência de mecanismo de controle confiável da folha de ponto e edição de normativo interno determinando o cumprimento de horário de 06 horas diárias e 30 horas semanais para casos que não atendem aos requisitos previstos no Decreto nº 1.590/95.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Por meio do Ofício nº 380/INSS/PRES, de 08 de maio de 2009, o gestor encaminha Nota Informativa em que declara:

" Análise

(...)

4. Por fim, cabe acrescentar, ainda, que se encontra em fase de validação e implantação do Sistema Integrado para o Registro Eletrônico de Frequência dos Servidores, com expectativa de projeto-piloto em 05 Gerências-Executivas em âmbito nacional, ainda, no mês de maio de 2009, para implantação definitiva a partir de junho de 2009."

A Nota Técnica nº 01/DRH/INS, datada de 02 de abril de 2009, citada no texto da justificativa do gestor e encaminhada anexa, traz as seguintes informações adicionais acerca do tema:

"(...)

4. Registre-se, por oportuno, um conjunto de ações desencadeadas no intuito de dotar a administração de maior gestão sobre os recursos humanos, quais sejam:

(...)

=> Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de especificar o sistema informatizado para o registro eletrônico de assiduidade e pontualidade dos servidores deste Instituto, bem assim acompanhar a sua efetiva implantação e

(...)

7. Em que pese o acima exposto, destaco outros procedimentos já adotados no âmbito do INSS para identificar o descumprimento de vedações capituladas na Lei nº 8.112,

=> Obrigatoriedade do servidor no ato da posse de declarar se acumula cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990; e

=> Apuração do descumprimento da jornada de trabalho do servidor, no âmbito da unidade de recursos humanos das Gerências Executivas, quando há denúncia ou constatação pela chefia imediata.

(...)

9. Assim, sugere-se, após aprovação, o encaminhamento da presente Nota à Presidência do Instituto Nacional de Seguridade Social, com minuta do Ofício a ser encaminhado à Diretoria de Auditoria de Pessoal e de Tomada de Contas Especial da Controladoria-Geral da União, solicitando prorrogação do prazo, por mais 90 dias, para o cumprimento das recomendações constates dos documentos em apreço, pelas razões já externadas."

Posteriormente o gestor encaminhou o Ofício nº 394/INSS/PRES, de 14 de maio de 2009, em que adiciona as seguintes informações, constantes do Memorando/INSS/CGARH (01.700.02) nº28, anexo ao Ofício:

"(...)

2. No âmbito da Diretoria de Recursos Humanos, tem-se a acrescentar,

ainda, os seguintes procedimentos adotados, posteriormente:

- Implantação do Sistema Integrado para Registro Eletrônico de Frequência dos Servidores do INSS - SISREF;
- Publicada a Portaria INSS/DRH nº 67, de 31 de março de 2009 que constituiu o Grupo de Trabalho para especificar e acompanhar a implantação do referido Sistema (Anexo III);
- Realizada, no dia 08/05/2009, reunião com representantes das cinco Gerências Regionais do INSS, com o propósito de apresentar detalhadamente o referido Sistema e dirimir dúvidas (anexo IV); e
- Elaborado o Plano de Trabalho pela Diretoria de Recursos Humanos (anexo V)."

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Acerca das justificativas encaminhadas pelo gestor, verifica-se que há, por parte do INSS, iniciativas no sentido de providenciar a implantação de mecanismos eletrônicos de controle de ponto.

Tal iniciativa, a despeito de necessária, sozinha não terá o condão de solucionar o problema da falta de cumprimento de horário de trabalho por parte dos servidores do INSS, tendo em vista que os gestores questionados nos relatórios de auditoria nºs 216878, 216882, 216890, 216898, 216905, 216909, 216913, 216917, 216925, 216936, 216907, 216903, 211975, 217411 alegaram cumprir normativo interno, qual seja a Resolução Interna nº 06/INSS/PRES, que permite o exercício de horário de 30 horas semanais para todos os servidores das APSS do INSS, estejam ou não realizando atendimento ao público, e fixa o horário de funcionamento das APSS de 08 às 18h. As prerrogativas estabelecidas no normativo interno vão de encontro ao que determina o Decreto 1.590/95.

A respeito da carga horária dos servidores do INSS, cabe lembrar que a carreira dos servidores do INSS é regida pela Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004. A referida lei foi recentemente alterada com a edição da Lei 11.907, de 2009 (conversão da MP 441/2008), que veio definir a jornada de quarenta horas semanais para os servidores do INSS, acrescentando, à Lei nº 10.855 o art. 4º-A, transcrito a seguir.

*"Art.4º-A. É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes da Carreira do Seguro Social.*

*§ 1º A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para trinta horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A.*

*§ 2º Após formalizada a opção a que se refere o § 1o, a alteração de jornada de trabalho do servidor só poderá ocorrer no interesse da administração, devidamente justificado pelo INSS.*

*§ 3º O disposto no § 1º não se aplica aos servidores cedidos."*

Concomitantemente à Lei 11.907, de 2009, que define em 40 horas a carga horária semanal da carreira do seguro social, existe a previsão, por meio do Decreto nº 1.590/95, para a existência de carga horária de 30 horas para os servidores de órgãos que realizam atendimento ao público em 12 horas ininterruptas.

*" Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores da Administração*

*Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, será de oito horas diárias e:*

*(...)*

*Art. 3º Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições."*

O texto do Decreto exige três características das atividades a serem exercidas para que os servidores possam gozar de horário reduzido:

a) atividades contínuas de regimes de turnos ou escalas;

b) em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, e em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.

Note-se que as Agências da Previdência Social atendem, atualmente, à duas das três características exigidas no Decreto para aplicação de horário corrido: atividades contínuas e atendimento ao público. Quanto ao período de doze horas ininterruptas, tal item não vinha sendo cumprido em função de Resolução Interna nº 06/INSS/PRES, editada em 04 de junho de 2006, nos seguintes termos:

*"Art. 2º Fixar, para as Agências da Previdência Social, os horários de funcionamento nos dias úteis, das 7:00 às 19:00 horas e de atendimento nos dias úteis, das 8:00 às 18:00 horas ininterruptamente.*

*(...)*

*Art. 6º Nas Agências da Previdência Social em que vigorarem os horários de funcionamento e atendimento estabelecidos no art. 2º, os serviços serão realizados em regime de turnos ou escalas.*

*§ 1º Nos casos de que trata este artigo, fica autorizado aos servidores cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, dispensado o intervalo para refeições, nos termos do art. 3º do Decreto nº 1.590, de 1995."*

Em 26 de maio de 2009 foi revogada a IN 06 e publicada a Resolução nº 65/INSS/PRES, que dispõe sobre os horários de funcionamento das Unidades do INSS e sobre a jornada de trabalho dos servidores integrantes do quadro de Pessoal. Logo em seu artigo 1º a Resolução define:

*"Art. 1º Fixar o horário de funcionamento das unidades do INSS, nos dias úteis, as 7:00 às 19:00 horas, ininterruptamente.*

*Art. 2º Nas Agências da Previdência Social - APS, o horário de atendimento ao público, nos dias úteis, será de dez horas ininterruptas."*

Verifica-se que, tanto a Resolução Interna nº 06/09 quanto a atual (Resolução nº 65/09) estabelecem duas distinções de horário:

=> Funcionamento: de 07 às 19hs;

=> Atendimento: de 08 às 18 hs.

A distinção estabelecida no texto da Resolução tem efeito no horário de atendimento ao público, que passou a ser dez horas ininterruptas, diferentemente do que prevê o Decreto, de doze horas ininterruptas.



Acerca ainda das exigências previstas no Decreto nº 1.590/95 para que servidores possam cumprir carga horária de trinta horas semanais, cabe salientar que, em Parecer recente da AGU, emitido na Nota nº AGU/AFC-07/2008, de 23 de maio de 2008, a Consultoria-Geral da União firmou entendimento de que não há como estender, indistintamente, a jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais aos servidores do INSS, uma vez que devem ser observados os requisitos do Decreto nº 1.590/95.

*" Ante o exposto, s.m.j., deve-se responder à proposição da PGF pela aplicação do regime legal da jornada de 40 horas semanais a todos os servidores públicas da administração pública federal direta e indireta, deferindo-se o regime de 30 horas semanais, apenas aos que exercerem efetivamente atividades em serviços que exigirem prestação contínua em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função do atendimento ao público ou trabalho em período noturno, mediante ato especial do chefe da instituição que indique a atividade respectiva e os servidores alcançados, sendo possibilidade contrária somente com alteração do Decreto 1.590/95."*

De todo o exposto, verifica-se que havia duas situações irregulares ocorrendo no INSS em relação ao cumprimento de horário de trabalho por parte dos servidores, anteriormente amparados tais atos por norma interna, quais sejam:

=> Servidores que não trabalham com atendimento ao público gozando das prerrogativas de trabalhar em horário de 30 horas semanais, tanto nas APSS quanto nas unidades administrativas, a despeito de terem obrigatoriedade de cumprimento de carga horária de 40 horas semanais;

=> Servidores que trabalham com atendimento ao público, gozando das prerrogativas das 30 horas semanais, em APSS que não realizam atendimento ao público ininterrupto por 12 horas.

Adicionalmente a estas questões, cabe lembrar que a nova Lei da carreira previu ainda que, em junho próximo deverá haver registro, por parte do órgão de Recursos Humanos, da manifestação de servidores que, com objetivo de manterem carga horária de 30 horas semanais, devem ter redução salarial proporcional efetivada em seus contracheques:

*"§ 1º A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para trinta horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A."*

Tendo em vista os antecedentes de cumprimento do horário de trabalho dos servidores em desacordo com o estabelecido na Lei que define a carga horária da carreira, ainda que tenha havido edição de recente Resolução que regula a questão em acordo com os ditames legais, cabe recomendar que o INSS aumente sua fiscalização sobre cumprimento de horário por parte dos servidores.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a Diretoria de Atendimento elabore rotinas de verificação da inexistência de interrupção nos horários de agendamento existentes nas APS, a fim de atender às determinações da Resolução nº 65/09.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Diretoria de Recursos Humanos adote providências a fim de

realizar efetivo controle da carga horária cumprida pelos servidores de todas as carreiras do INSS, inclusive com a implantação de mecanismos eletrônicos de ponto em todas as suas unidades.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Que a Diretoria de Atendimento, conjuntamente com a Diretoria de Recursos Humanos, faça rigoroso controle sobre o atendimento aos interesses da Administração Pública nas fundamentações utilizadas nos casos de APS em horários diversos dos definidos na Resolução nº 65/09, a fim de evitar a ocorrência de desvios na finalidade da alteração de horário, com encaminhamento da análise realizada a esta CGU no prazo de 90 dias.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Que o INSS encaminhe, dentro de 30 dias, as providências adotadas até o momento acerca das recomendações realizadas por esta CGU.

**RECOMENDAÇÃO: 005**

Que a Presidência do INSS analise a pertinência do aumento do horário de atendimento ao público nas APSs para 12 horas ininterruptas.

**6.1.1.3 INFORMAÇÃO: (069)**

O quantitativo e a distribuição dos servidores do INSS, conforme resposta encaminhada pela Assessoria da Presidência do INSS, por intermédio do Ofício 934/INSS/DIRRH/CGARH, de 11 de novembro de 2008, está disposta conforme a seguir demonstrado:

Quantitativo de Pessoal por Situação em Outubro/2008 - Brasil

Tabela - Quantitativo de Pessoal por Situação em Outubro/2008 - Brasil

Situação	Quantitativo
Ativos	38.720
Cedidos	811
Celetista	2
Excedente de lotação	8
<b>TOTAL SERVIDORES ATIVOS</b>	<b>39.541</b>
Aposentados	39.272
CLT- Aps. Dec. Judicial	16
<b>TOTAL SERVIDORES APOSENTADOS</b>	<b>39.288</b>
Requisitados	14
Requisitados de outros Órgãos	5
<b>TOTAL SERVIDORES REQUISITADOS</b>	<b>19</b>
Instituidor Pensão	15.414
CLT-Inst. PS Decisão Judicial	1
<b>TOTAL DE INSTITUIDORES</b>	<b>15.415</b>
Exerc Descent de Carreira	1.787
Exercício Provisório	43
Nomeado cargo comissão	14
Sem vínculo	2
Tabelista (Esp/Emerg)	1
<b>TOTAL DE OUTRAS SITUAÇÕES</b>	<b>1.847</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>96.110</b>
Estagiários	6.099
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>102.209</b>

Tabela - DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR LOCALIZAÇÃO - BRASIL

Gab	Atend	Aud	Benef	Adm	RH	C Social	Correg	Proc	TOTAL
1.429	23.314	381	5.602	3.318	2.085	146	242	2.203	38.720

Tabela - DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR ÁREAS MEIO E FIM - BRASIL

Áreas					
2007			2008		
Meio	Fim	Total	Meio	Fim	Total
11.593	29.220	40.813	12.201	26.519	38.720

Conforme demonstrado, observa-se que os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do INSS, envolvidos nas atividades finalísticas correspondem a um contingente de 68,48%, (26.519 servidores). Esse contingente está distribuído da seguinte forma: 14,46% (5.602 servidores) na área de Benefícios e 60,21% (23.314 servidores) nas Agências da Previdência Social.

Constatou-se que o contingente atualmente existente está abaixo das necessidades identificadas como ideal para funcionamento das APS's.

O contingente de pessoal localizado na atividade finalística da Previdência Social, por ter sofrido uma redução de 9,24% do exercício de 2007 (29.220 servidores) para o exercício de 2008 (26.169 servidores), deveria ser revisto pelo Instituto como forma de suprir a demanda das Agências da Previdência Social, aumentando, assim, o efetivo na linha de atendimento ao público.

Nessa linha de raciocínio ressaltam-se os resultados de estudos promovidos pelo Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, que definiu parâmetros para adequação da força de trabalho desse Instituto.

Conforme os estudos realizados o quantitativo de servidores ideal para funcionamento de suas Unidades de Atendimento estaria contido entre a faixa mínima de 37.238 e máxima de 45.987 servidores.

Os estudos foram encaminhados às Gerências-Executivas do Instituto para fins de avaliação das propostas de necessidade da Força de Trabalho, com vistas a subsidiar a distribuição de novos servidores e a remoção de ofício, registro esse constante de vários Relatórios de Auditoria emitidos por esta DPPAS/SFC/CGU-PR.

Diante dos fatos cabe à Diretoria de Recursos Humanos do INSS a adoção de medidas visando rever a localização dos servidores admitidos nas carreiras de Analista e Técnico Previdenciário de modo assegurar a melhoria da qualidade de atendimento nas Agências da Previdência Social - APS, objetivo primordial exposto para criação da citada carreira, bem como reavaliar a distribuição dos servidores das demais carreiras existentes, conforme necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001.

## 6.2 INDENIZAÇÕES

### 6.2.1 ASSUNTO - VIAGENS E PASSAGENS

#### 6.2.1.1 INFORMAÇÃO: (074)

No exercício de 2008, esta CGU, por meio de suas Unidades Regionais, realizou auditorias nas Gerências Executivas do INSS em Rio Branco/AC e Manaus/AM, gerando os relatórios n.ºs 219767/2009 e 219770/2009, respectivamente. Como resultado, foram identificadas impropriedades na área de recursos humanos, conforme detalhamento nos itens a seguir.

#### **6.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (089)**

IMPROPRIEDADES NOS PROCESSOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS (CONFORME ITEM 3.1.1.1 DO RELATÓRIO/CGU/AC N.º 219767)

Da análise dos processos de concessão de diárias, por meio de amostragem não probabilística, baseada na experiência do auditor, identificamos as seguintes impropriedades:

PV n.º	MATRÍCULA	Cartão ida	Cartão volta	Comprovante de Participação em Eventos
31909	0943685	Sim	Não	Não
30825	0943596	Não	Não	Não
29280	0751185	Veic. Oficial	Veic. Oficial	Não
29705	0943650	Sim	Não	Não
29255	0943668	Sim	Sim	Não
29250	0943671	Não	Não	Não
29245	0943688	Não	Não	Não
29237	0943715	Não	Não	Não
29234	0943702	Não	Não	Não
29223	0943674	Sim	Não	Não
48773	1637164	Sim	Não	NÃO SE APLICA

Salientamos que a ausência de cartões de embarque refere-se a viagens terrestres de todos os servidores relacionados, exceto o servidor de matrícula 1637164 que realizou viagem aérea, sendo que tais cartões deveriam ser apresentados quando do retorno da missão, comprovando-se, desta forma, que houve a realização da viagem e da despesa com a indenização de transporte nos trajetos residência/local de embarque/hotel/local de embarque/residência.

Quanto à apresentação pelo servidor de comprovante de participação em eventos, tal exigência é necessária para que o servidor comprove a sua efetiva presença no local relacionado, conforme determinado pela Corte de Contas.

#### **CAUSA:**

Fragilidades nos controles internos relativos à concessão de diárias.

#### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Por meio do Ofício N.º 72, de 14 de outubro de 2008, o gestor apresentou-nos as seguintes justificativas:

"1 - Não constam os cartões de embarque, tendo em vista que os mesmos foram em carro próprio. Em anexo, segue cópia das OR's no valor de R\$ 54,98, referente a cada servidor supracitado.

2 - Os cartões de embarque referentes ao retorno não existem porque os servidores pegaram carona nos carros dos outros educandos. Foi solicitado, via telefone por um servidor do INSS, e via email, em anexo, que o servidor de matrícula 1637164 encaminhasse o cartão de embarque, no entanto, até a data atual, ele não atendeu à solicitação.

3 - De acordo com o Manual das Ações de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, os certificados são solicitados, no SITEDWEB, por cada educando, não sendo necessário a Seção de Recursos Humanos ter anexado ao projeto todos os certificados, até porque a orientação é que evitemos o acúmulo de papel nos órgãos públicos".

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Perante análise das justificativas apresentadas, concluímos o seguinte em relação aos itens citados na manifestação do auditado:

1 - Justificativa não acatada face o gestor não ter comprovado com documento oficial - GRU (Guia de Recolhimento da União) a efetiva devolução dos recursos recebidos a maior pelos servidores.

2 - Justificativa acatada parcialmente, face os servidores terem recebido 100% do valor de adicional de transporte, de R\$ 54,98. Uma vez que não houve necessidade de utilização do adicional no retorno, 50% do valor recebido (R\$ 27,49) deve ser recolhido ao Tesouro Nacional. Quanto ao servidor de matrícula SIAPE 1637164, a justificativa não foi acatada, uma vez que até a finalização dos trabalhos de auditoria, a Entidade não apresentou documento comprobatório do embarque e o valor total deve ser recolhido ao Tesouro Nacional.

3 - Justificativa não acatada face contrariar o Acórdão 2005/2007 - Segunda Câmara do TCU.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Observância à necessidade de anexação dos bilhetes de passagens aos PCD'S como forma de comprovação que a viagem foi efetivamente Realizada.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Quando houver devolução de valores ao Tesouro Nacional, anexar nos PCD's documentos que comprovem o efetivo recolhimento dos recursos.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Recolher ao Tesouro Nacional 50% do valor recebido a título de adicional de transporte pelos servidores de matrículas SIAPE 0943685, 0943650 e 0943674, uma vez que não houve necessidade de utilização da indenização pelos servidores no retorno da viagem.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Recolher ao Tesouro Nacional o valor total do adicional de transporte (R\$ 54,98) percebido pelo servidor de matrícula SIAPE 1637164.

**RECOMENDAÇÃO: 005**

Aperfeiçoar os mecanismos de controle interno relativo aos Processos de Concessão de Diárias, fazendo juntar aos mesmos documentos comprobatórios da presença efetiva do agente público nos eventos para os quais foram indicados participar (cópias de certificado, folder, convite, ofício, etc.), conforme preceitua o Acórdão N° 2005/2007 - 2ª Câmara do TCU.

**6.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (096)**

PAGAMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS (CONFORME ITEM 3.1.1.1 DO RELATÓRIO CGU/AM N° 219770).

Mediante análise dos processos de concessão de diárias, efetuados pela Gerência Executiva do INSS de Manaus, foi verificado que houve pagamento indevido de diária a servidor que se deslocou dentro da mesma região metropolitana (PV 63680). O deslocamento efetuado ocorreu entre as cidades de Manaus - Manacapuru - Manaus. Salienta-se que a Região Metropolitana de Manaus foi regularmente instituída pela Lei Complementar (Estadual) n° 52, de 30/05/2007, modificada pela Lei Complementar (Estadual) n° 59, de 27/12/2007, a qual incluiu a cidade

de Manacapuru. Portanto, a cidade de Manacapuru faz parte da região metropolitana de Manaus desde a data de 27/12/2007. Destaca-se o disposto no art.58, § 3º, da Lei nº 8.112/90 e no art. 1º, § 3º, I, do Decreto nº 5.992/2006, em que se evidencia a vedação legal ao pagamento de diárias a beneficiários que se deslocaram no mesmo dia (sem pernoite), dentro da mesma região metropolitana.

**CAUSA:**

Fragilidades no controle interno, diante da falta de planejamento e atualização acerca da legislação de diárias, por parte dos servidores que operacionalizam as concessões.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Ainda não houve manifestação do gestor.

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Reitera-se a vedação legal, conforme está disposto no Art. 58, § 3º, da Lei nº 8.112/90, e no art. 1º, § 3º, I, do Decreto nº 5.992/2006, acerca da concessão de diárias a servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se que a Gerência Executiva do INSS em Manaus interrompa o pagamento de diárias que se enquadrem nos referidos dispositivos (art. 58, § 3º, da Lei nº 8.112/90, e art. 1º, § 3º, I, do Decreto nº 5.992/2006).

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Recomenda-se que esta Gerência Executiva faça o levantamento dos processos de pagamento de diárias que se enquadram na situação já descrita e promova a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do exercício de 2008.

**6.2.1.4 CONSTATAÇÃO: (098)**

AUSÊNCIA DA DEVOLUÇÃO DO CANHOTO DOS CARTÕES DE EMBARQUE, REFERENTE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS (CONFORME ITEM 3.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

Mediante análise dos processos de concessão de diárias respectivos a unidade em exame foi evidenciado que não constava, em alguns dos processos da amostra, os canhotos dos cartões de embarque referentes às passagens aéreas. Segue abaixo a tabela demonstrando quais processos faltam os canhotos, de acordo com os trechos:

<b>2008OB</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Processo</b>	<b>Trecho (s)</b>
900392	27/05/2008	PV19797	Volta
900712	04/08/2008	PV34807	Ida e volta
901165	14/10/2008	PV 54571	Ida e volta
900136	14/03/2008	PV 5560	Ida
901552	10/12/2008	PV 68919	Ida e volta
901553	10/12/2008	PV 68935	Volta
900058	15/02/2008	PV 1123	Volta
901186	16/10/2008	PV 57650	Ida e volta

Conforme consta na Portaria MP nº 98, de 16 de julho de 2003, art. 3º: "O servidor deverá apresentar, no prazo máximo de cinco dias, contado do retorno da viagem, os canhotos dos cartões de embarque, visando compor o processo de prestação de contas." Destaca-se ainda que os canhotos dos cartões de embarque são utilizados para verificar se o período de ida e retorno do servidor coincidem com o período estipulado pela unidade, além de ser utilizado como conferência, pela Administração, com vistas a determinar se o número de passagens cobradas pela agência de viagens contratada é compatível com as utilizadas pelos servidores.

**CAUSA:**

Falhas no controle interno, diante da ausência de cobrança pela administração aos servidores beneficiados, da entrega dos canhotos dos cartões de embarque.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

A Gerência Executiva do INSS em Manaus se manifestou, referente a Solicitação de Auditoria de nº 219.770/02, mediante Ofício INSS/GEXMAN nº 041/2009, conforme segue:

"Em atenção a Solicitação de Auditoria nº 219.770/02, datada de 16/01/2009, temos a informar que:

a) até a presente data a Corregedoria não se manifestou quanto aos itens 01 e 02, uma vez que trata-se de Propostas de Viagem daquela Unidade;

b) quanto ao item 3, informamos que o transporte utilizado foi ônibus."

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

A Gerência Executiva do INSS em Manaus não atendeu ao que lhe foi requerido na Solicitação de Auditoria nº 219.770/02, itens 1 e 2, portanto, mantém-se o ponto acerca da ausência dos canhotos dos cartões de embarque dos processos de concessão de diárias já mencionados.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se que a Gerência Executiva do INSS passe a exigir de seus servidores e eventuais colaboradores a devida apresentação dos canhotos dos cartões de embarque, visando compor o processo de prestação de contas referente a concessão de diárias, conforme está prescrito na Portaria MP nº 98 /2003, art. 3º.

**7 CONTROLES DA GESTÃO**

**7.1 CONTROLES EXTERNOS**

**7.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO**

**7.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (001)**

INTEMPESTIVIDADE NO CUMPRIMENTO DOS ACÓRDÃOS E DECISÕES DO TCU POR PARTE DO INSS

A fim de verificar o atendimento aos Acórdãos e Decisões proferidas pelo TCU em relação ao INSS em 2008 e anos anteriores, foi consultada, para demonstração no Relatório de Gestão 2009, a situação em que se encontram estes Acórdãos.

Dos Acórdãos relacionados pelo INSS em sua Prestação de Contas 2008, Anexo B, 35 deles ainda não haviam sido integralmente implementados. Estes Acórdãos, em ordem cronológica de emissão,

referem-se aos seguintes assuntos/áreas:

	Acórdão	Responsável	Área	Resumo
1	1566/2002 - Plenário*	Gex Recife APS Jaboatão/Coord. Geral de Eng./Gex Curitiba/ Piauí/Coord. De Patrimônio/ Gex Vitória	Orç/finan/log	Regularização da situação de diversos imóveis do INSS.
2	94/2003 - Plenário*	Dirben	Benefícios	Apurar e suspender valores pagos em duplicidade.
3	314/2003 - Plenário*	Dirben	Benefícios	Implementar rotinas de checagem de benefícios com dados inconsistentes.
4	1921/2003 - Plenário	Dirben	Benefícios	Implementar rotinas de para detecção de irregularidades em benefícios e suspensão de benefícios identificados como irregulares.
5	791/2004 - Plenário*	Dirben	Benefícios	Revisão de benefícios; apuração de responsabilidade funcional e ressarcimento de prejuízo; implementar sistemática de checagem com CPF.
6	90/2006 - 2ª Câmara	Gex Alagoas	Benefícios	Suspensão de benefício incompatível.
7	107/2006 - Plenário	DRH	RH	Apuração de responsabilidades e ressarcimento ao erário de valores pagos a maior em contrato.
8	234/2006 - 2ª Câmara**	Superint. Estadual Belo Horizonte	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.
9	975/2006 - 1ª Câmara	Gerência Vitória	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.
10	1051/2006 - 1ª Câmara	Gerência Regional SP	Auditoria	Observar Lei 10.855/2004 quando se verifique o pagamento de parcelas em razão de decisão judicial.
11	2124/2006 - 1ª Câmara	Gex Curitiba	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.
12	2235/2006 - 1ª Câmara*	Coordenação de Contabilidade	Contabilidade	Regularização das pendências existentes na conta "Diversos Responsáveis".
13	2349/2006 - Plenário*	Dirben	Benefícios	Correção de benefício.
14	2350/2006 - Plenário	Dirben	Benefícios	Localizar autos de processos de benefícios de paradeiro certo ou desconhecido ou providenciar reconstituição.
15	2404/2006 - Plenário	Gex Caruaru - PE	Orç/finan/log	Comunicar entrega de obra e condições da entrega ao TCU.
16	2945/2006 - 1ª Câmara	Gerência Manaus	RH	Concessão de aposentadoria ilegal a servidor.
17	2957/2006 - 1ª Câmara	Dirben	Benefícios	Suspensão de benefícios superiores ao teto constitucional.
18	971/2007 - 2ª Câmara*	Dirben	Benefícios	Cancelamento de benefício.
19	1131/2007 - 2ª Câmara	Gex Caruaru - PE	Orç/finan/log	Encaminhamento de informações ao TCU acerca de entrega de obra e desconto em remuneração de servidores sobre valores pagos indevidamente.
20	1478/2007 - 2ª Câmara	Dirben	Benefícios	Uniformização de critérios para compra de próteses.
21	1753/2007 - 2ª Câmara	Dirofl	Orç/finan/log	Informar sobre andamento de TCE.
22	2266/2007 - Plenário	Dirben	Benefícios	Reiteração do Acórdão 1921/2003 - Plenário, de apuração de benefícios irregulares.
23	2525/2007 - 2ª Câmara *	Superintend. Florianópolis	RH	Considerar ilegal concessão de vantagem a servidor.
24	3326/2007 - 2ª Câmara	Gex Florianópolis e Gex Chapecó	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.
25	3580/2007 - 1ª Câmara	Dirofl	Orç/finan/log	Adotar procedimentos para registrar a ocorrência de pagamento de multas.
26	306/2008 - 2ª Câmara *	Gex Teresina	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.
27	573/2008 - Plenário *	INSS	Procuradoria	Encaminhamento de informações ao TCU acerca de processo de reintegração de posse.
28	896/2008 - 1ª Câmara*	Dirben	Benefícios	Considerar ilegal concessão de pensão
29	1322/2008 - 2ª Câmara*	Diretoria de Recursos Humanos	RH	Restituição de diárias e mudanças na sistemática de concessão de diárias e passagens. Apresentar justificativas



	Acórdão	Responsável	Área	Resumo
				fundamentadas p/ não cumprimento de prazos nos PAD's.
30	1342/2008 - 1ª Câmara	Dirben	Benefícios	Reiteração do Acórdão 2957/2006 - 1ª Câmara, de apuração de benefícios superiores ao teto constitucional.
31	2031/2008 - 2ª Câmara	Corregedoria	PAD	Manter TCU informado sobre o PAD acerca de irregularidades de servidor e
32	2087/2008 - 1ª Câmara	Corregedoria	PAD	Determinação de abertura de TCE ou aplicação de multa.
33	3398/2008 - 1ª Câmara**	Gex Vitória	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.
34	4538/2008 - 1ª Câmara	Gex Ponta Grossa	RH	Considerar ilegal concessão de vantagem a servidor.
35	4542/2008 - 1ª Câmara	Gex Canoas/RS	RH	Considerar ilegal concessão de aposentadoria a servidor.

\* = Acórdão alvo de recomendação da CGU em relatórios anteriores.

\*\* = Acórdão considerado cumprido em anos anteriores mas que, até o momento, não teve todos os itens implementados, retornando à situação pendente.

Verifica-se que, dos 35 Acórdãos pendentes, 25 deles são referentes aos anos de 2002 a 2007. Ainda sobre Acórdãos pendentes, 13 já foram alvo de recomendação para sua implementação em relatórios anteriores desta CGU e 2 tiveram seus status alterados de implementado para pendente, por iniciativa do próprio gestor, pelo não cumprimento integral da determinação.

Dos Acórdãos pendentes, 13 referem-se a ações relacionadas à área de Benefícios, 12 são relacionados à área de Recursos Humanos, 5 são referentes a ações da área de Orçamento, Finanças e Logística, 2 estão relacionados ao andamento de Processos Administrativos Disciplinares (Corregedoria) e os setores de Auditoria, Procuradoria e Contabilidade possuem 1 Acórdão pendente cada.

Verificamos que o INSS não se manifestou sobre o cumprimento de itens relativos aos Acórdãos nº 791/2004 - Plenário; 776/2005 - 1ª Câmara e Decisão TCU 1566/2002 - Plenário.

Foi constatada ainda, em 16 Acórdãos, ambigüidade no conteúdo da análise do gestor sobre a execução do Acórdão e seu "status" definido no Relatório, conforme tabela a seguir:

	Acórdão TCU	Situação Atual	Verificação CGU
1	75/2007 - 2ª Câmara	implementada	A análise do próprio gestor aponta a situação como pendente.
2	152/2008 - 2ª Câmara	O gestor informou que o processo encontra-se sobrestado.	Em consulta ao site do TCU em 13.04.2009, foi verificado que o processo encontra-se aberto. Não foi verificado reforma da decisão, mas sim nova decisão (4.208/2008 - 2ª Câmara) reiterando a primeira decisão, com novas determinações.
3	162/2006 - TCU - 2ª Câmara	pendente	Conforme informação verificada pela CGU, o ato de desligamento já foi realizado pelo INSS.
4	1361/2006 - Plenário	sobrestado	Não há determinações ao INSS.
5	1460/2006 - Plenário	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.
6	1564/2007 - 2ª Câmara	implementado	Não foi localizado no Relatório de Gestão 2009 relatório referente ao cumprimento da determinação TCU "...informe, nas próximas contas anuais da entidade, sobre o andamento dos recursos judiciais interpostos..."
7	1566/2002 - Plenário	Item 8.2.2 - Item ainda em implementação.	Ainda não foi concluída a determinação.
		Item 8.1.4.7 - Segundo ambos os Ofícios encaminhados, ainda adotando providências.	Não há decisão judicial que impeça o encaminhamento de todas ações do órgão, somente para algumas.

	Acórdão TCU	Situação Atual	Verificação CGU
		Item 8.15.1 - situação em implementação, verificar as providências.	Ainda não foi concluída a determinação, que, no entendimento desta CGU, permanece pendente.
		Item 8.20.3 - Situação em implementação, imóveis ainda sendo regularizados. Verificar.	Ainda não foi concluída a determinação, que, no entendimento desta CGU, permanece pendente.
8	2089/2007 - Plenário	pendente	Acórdão recomendava o conhecimento da recomendação, já tendo sido, portanto, realizado.
9	2120/2007 - 2ª Câmara	em implementação	Ainda não foi concluída a determinação, que, no entendimento desta CGU, permanece pendente.
10	2189/2008- 1ª Câmara	sobrestado	Trata-se de mero ato declaratório do TCU.
11	2229/2008 - Plenário	sobrestado	Trata-se de mero ato declaratório do TCU.
12	5336/2008 - 2ª Câmara	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.
13	1607/2006 - Plenário	pendente	Acórdão recomendava o conhecimento da recomendação, já tendo sido, portanto, realizado.
14	1573/2008 - Plenário	em implementação	Ainda não foi concluída a determinação, que, no entendimento desta CGU, permanece pendente.
15	2752/2006 - 1ª Câmara	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.
16	2752/2006 - 1ª Câmara	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.

Na tabela acima é possível constatar que há Acórdãos na situação "sobrestado", sem que os mesmos tenham sido alvo de decisão judicial para o não cumprimento. Há ainda Acórdãos para mero conhecimento do INSS sobre declaração do TCU que se encontram na situação "pendente".

Acerca dos Acórdãos pendentes, sobre os quais a entidade não se manifestou e sobre os quais há dúvida acerca da adequação da situação em que foi categorizado (pendente/implementado/sobrestado), foi encaminhada S.A. 224735/004, de 22.04.2009, nos seguintes termos:

=> Foi verificada a existência de 37 Acórdãos do TCU ainda não cumpridos pelo INSS (pendentes) e a existência de 04 Acórdãos ou itens de Acórdãos sobre os quais o INSS não se manifestou sobre o seu cumprimento no atual Relatório de Gestão (Anexo I - Tabela Acórdãos TCU). Justificar e informar as providências adotadas / a adotar por cada gestor responsável pelo cumprimento de cada Acórdão.

=> Foi verificada a existência de 16 Acórdãos do TCU que possuem Situação (status) que necessitam melhor esclarecimento das razões de sua definição (Anexo II - Tabela Situação/Esclarecimentos). Encaminhar informações/esclarecimentos.

=> Solicitar ao gestor responsável que apresente mais esclarecimentos acerca do cumprimento do item 8.15.1, Decisão TCU 1566/2002 - Plenário, que é considerada como implementada no campo Situação, mas que no campo Respostas do Gestor/ Avaliação, contém texto informando que o TCU entendeu como não atendida a determinação (no Acórdão 2317/2007- Plenário). Que o gestor encaminhe, ainda, o valor da dívida à época e o(s) índice(s) utilizado(s) para o cálculo de atualização realizado pela Procuradoria Federal Especializada - INSS de Recife/PE para definir o valor da Guia de Arrecadação expedida.

#### CAUSA:

Inexistência de mecanismos de controle que garantam a adoção de tempestivos e sistemáticos procedimentos para o cumprimento das determinações emanadas de Acórdãos e Decisões do TCU.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

O gestor encaminhou, por meio do Ofício nº 362 INSS/GABPRE, as seguintes justificativas:

"2. Inicialmente, cabe esclarecer que os elementos descritos neste despacho são respostas dos gestores, face monitoramento da Auditoria-Geral que utiliza como ferramenta o aplicativo CONDEX - Controle de Demandas Externas.

3. Em referência aos itens 08 e 09, informamos que nossa reavaliação encontra-se anexa. Em referência ao item 10 estaremos solicitando providências ao gestor em caráter de 'urgência'."

O gestor encaminhou em anexo ao referido Ofício as seguintes informações:

"Em referência aos itens constantes no Anexo I, informamos:

Item 1 - Acórdão 306/2008 - Segunda Câmara

A Gerência Executiva em Teresina encaminhou em 16.04.2009, a esta Auditoria-Geral memorando nº 176/INSS/SRH/GEXTER/PI, informando a exclusão do pagamento de benefício de pensão, conforme Ofício nº 61, de 24.03.2008, a Secretaria de Fiscalização de pessoas.

Os documentos comprobatórios se encontram arquivados nesta Auditoria-Geral. Acórdão Implementado.

Item 2 - Acórdão 896/2008 - Primeira Câmara

Pensão suspensa no SIAPE. Processo encerrado pela SEFIP em 16/03/2009, conforme Site TCU. Acórdão Implementado.

Item 3 - Acórdão 1322/2008 - Segunda Câmara

O Acórdão foi encerrado pela 4ª SECEX em 17.06.2008, conforme site TCU.

Item 4/13 - Acórdão 94/2003 - Plenário

A Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, em 13.03.2009, encaminhou despacho informando que respondeu ao TCU as respostas do citado Acórdão.

Item 5/38 - Acórdão 314/2003 - Plenário

A Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, em 13.03.2009, encaminhou despacho informando:

.Itens 9.1.1, 9.1.1.2, 9.1.2, 9.1.8, 9.1.9 e 9.1.10, resultados das ações desenvolvidas estão descritas em dossiê encaminhado ao TCU, folhas 80 a 86.

.Item 9.1.7 - a Diretoria de Benefícios esta promovendo a modernização dos aplicativos CADPF, CINSVR e SARCI e outras funcionalidades que eram realizados especificamente pelo Sistema de Benefícios que não migravam para o CNIS. Todas as APS estão operando obrigatoriamente com os aplicativos CNIS/HIPNET, SARCI e CADPF no sentido de desabilitar o Sistema de Benefícios para que a atualização seja realizada por meio destes aplicativos que atualizam o CNIS. Acórdão em Implementação.

Item 6 - Acórdão 1921/2003 - Plenário

A Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, em 13.03.2009, encaminhou despacho a Auditoria Geral informando que respondeu ao TCU os itens do citado Acórdão as folhas 80 a 86, sendo que os mesmos foram considerados Implementados pelo órgão de controle externo, conforme documentos as folhas 170 a 189.

Item 7/39 - Acórdão 791/2004 - Plenário

A Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, em 13.03.2009, encaminhou despacho informando:

.Itens de nº 9.1.6, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.18, 9.1.19, 9.1.21, 9.1.22, 9.1.23, 9.1.24, 9.1.29, 9.1.30, 9.1.31, 9.1.32, 9.1.34, 9.1.36 e 9.1.37, foram considerados implementados pelo TCU, conforme documento anexo às fls. 128 do dossiê.

.Item de nº 9.1.26 deixou de ser aplicável conforme informação do TCU.

.Item de nº 9.1.16:

NB 21/0108339823, Ricardo Augusto da Silva, o benefício encontra-se suspenso desde 06.05.2005, DCB em 01.05.2005, motivo 46 (não existe dependente para troca de titularidade).

NB 21/0803211171 foi cessado em 16.08.2003, motivo 35 (sem dependente válido). Em pesquisa ao CNIS (CPF/ nome da mãe) verificou-se que a recebedora possui data de nascimento divergente do constante no SUB. Solicitou a GEX que realize a atualização dos dados cadastrais dos dependentes e posteriormente verifique se houve recebimento indevido do benefício. Acórdão em Implementação.

Item 8/40 - Acórdão 1566/2002- Plenário

Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 9 - Acórdão 2235/2006 - 1ª Câmara

Acórdão em implementação Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 10 - Acórdão 971/2007 - 2ª Câmara

Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 11 - Acórdão 2349/2006 - Plenário

Acórdão pendente de resolução. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 12 - Acórdão 90/2006 - 2ª Câmara

Acórdão pendente de resolução. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 14 - Acórdão 107/2006 - Plenário

O item 9.3, relacionado pelo CGU como pendente, refere-se a aplicação de multas a ex funcionários do INSS e determina a comprovação do recolhimento ao Tribunal. Diante do fato de estas providências ser de caráter pessoal não vislumbramos providências a serem adotadas pela Instituição, assim consideramos este Acórdão implementado. Acórdão em Implementação.

Item 15 - Acórdão 234/2006 - 2ª Câmara

Embora o site do TCU indique o Acórdão como encerrado não recebemos informação e não observamos novo registro no SISAC quanto a revisão do ato de Myrthes Arsênia Ribeiro e Neide Maria Pereira Miquelanti. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 16 - Acórdão 975/2006 - 1ª Câmara

Embora o site do TCU indique o Acórdão como encerrado não recebemos informação e não observamos novo registro no SISAC quanto a revisão do ato de Geraldina Bueno Penteado. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 17 - Acórdão 573/2008 - Plenário  
Acórdão pendente de resolução. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 18 - Acórdão 1051/2006 - 1ª Câmara  
O Acórdão apenas determina que em todos os atos em que se verifique o pagamento de parcelas decorrentes de decisão judicial ou extensão administrativa, observe o disposto na Lei n.º 10.855/2004 e os parâmetros fixados no Acórdão 92/2005-TCU-Plenário. Acórdão encerrado.

Item 19 - Acórdão 1131/2007 - 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 20 - Acórdão 1342/2008 - 1ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 21 - Acórdão 1478/2007 - 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 22 - Acórdão 1753/2007- 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 23 - Acórdão 1921/2003 - Plenário  
A Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, em 13.03.2009, encaminhou despacho a Auditoria Geral informando que respondeu ao TCU os itens 9.1.11, 9.1.1.5, 9.1.1.6, 9.1.1.7, 9.1.1.9 contido as folhas 170 a 198 do dossiê.

Item 24 - Acórdão 2031/2008 - 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 25 - Acórdão 2087/2008 - 1ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 26 - Acórdão 2124/2006 - 1ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 27 - Acórdão 2266/2007 - Plenário  
Reitera o Acórdão 1921- item 23 deste despacho.

Item 28 - Acórdão 2350/2006 - Plenário  
.Item 9.1.4 do Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 29 - Acórdão 2404/2006 - Plenário  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 30 - Acórdão 2525/2007 - 2ª Câmara  
Novo ato no SISAC 1-026317-9-04-2008-000006-5. TCE instaurada pelo Tribunal de Contas da União. Acórdão Implementado.

Item 31 - Acórdão 2945/2006 - 1ª Câmara  
Novo ato no SISAC 1-080320-3-04-2000-00003-1. Acórdão Implementado.

Item 32 - Acórdão 2957/2006 - 1ª Câmara  
Reiterado pelo Acórdão 1342. Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 33 - Acórdão 3326/2007 - 2ª Câmara  
Em relação a Servidora Maria Salete Rocha o Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 34 - Acórdão 3398/2008 - 1ª Câmara  
A Gerência Executiva em Vitoria implementou novo ato no SISAC para a ex-servidora Maria Gorete Venturim Schwenck nº 1-080350-5-04-2008-000040-8. Acórdão implementado.

Item 35 - Acórdão 3580/2007- 1ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 36 - Acórdão 4538/2008 - 1ª Câmara  
A Gerência Executiva em Ponta Grossa implementou novo ato no SISAC para a ex-servidora Terezina Pacifico de Araujo nº 1-016278-0-04-2009-000006-4. Acórdão implementado.

Item 37 - Acórdão 4542/2008 - 1ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 41 - Acórdão 776/2005 - 1ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Em referência aos itens constantes no Anexo II, informamos:

Item 01 - Acórdão 75/2007 - 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 02 - Acórdão 152/2008 - 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 03 - Acórdão 162/2008 - 2ª Câmara  
Ato de desligamento nº 1-060720-0-20-2008-0063339-8. Acórdão implementado.

Item 04 - Acórdão 1361/2008 - Plenário  
Será retirado do sistema de controle.

Item 05 - Acórdão 1460/2007 - Plenário  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 06 - Acórdão 1564/2007 - 2ª Câmara  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.

Item 07 - Acórdão 1566/2002 - Plenário

Itens do Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.

Item 08 - Acórdão 2089/2007 - Plenário  
Acórdão implementado.

Item 09 - Acórdão 2120/2007 - Plenário  
Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.

Item 10 - Acórdão 2189/2008 - 1º Câmara  
Acórdão implementado.

Item 11 - Acórdão 2229/2008 - Plenário  
Acórdão implementado.

Item 12 - Acórdão 5336/2008 - Plenário  
Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.

Item 13 - 1607 - Plenário  
Acórdão implementado.

Item 14 - 1573/2008 - Plenário  
Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.

Item 15 - 2752 - Plenário  
Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor."

O gestor enviou ainda, em 02.06.2009, após encaminhamento de relatório preliminar sobre a gestão do INSS elaborado pela CGU, as seguintes considerações:

"1. Encaminhamos, para conhecimento, com sugestão de repasse à Controladoria-Geral da União - CGU, resposta às recomendações do Relatório Prévio de Auditoria Anual de Contas/2008, expedidas pela CGU, questionando o item 7.1.1 os resultados das providências adotadas pelos gestores para resolução dos Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, conforme informações abaixo:

#### RECOMENDAÇÃO 001:

(...)

Em resposta à Recomendação acima, informamos que os itens dos acórdãos citados foram solucionados em exercícios anteriores, conforme documentos em nossos arquivos. Estaremos, em oportuno, reavaliando os demonstrativos extraídos do Controle de Demandas Externas - CONDEX, a fim de implementar elementos que possam demonstrar estes fatos.

#### RECOMENDAÇÃO 002:

(...)Em resposta à Recomendação 002, informamos que retificamos o "status" no CONDEX exceto para os acórdãos:

> 2225/2007 - 2ª Câmara, em aberto no TCU e sem informações dos gestores sobre as providências adotadas para solucionar os processos referentes a M.G.F.Z. e J. R. C. ;

> 2189/2008 - 1ª Câmara, em aberto no TCU sem resposta pelo gestor;

> 2229/2008 - Plenário, em aberto no TCU sem resposta pelo gestor.

#### RECOMENDAÇÃO 003:

(...)

Em resposta à recomendação acima, informamos que retificamos o "status" no CONDEX, exceto para os acórdãos:

> 1564/2007 - 2ª Câmara, respondido de forma conclusiva pelo gestor, conforme documentos arquivados na Auditoria-Geral e encerrado pelo Tribunal de Contas - TCU;

> 1566/2002 - Plenário item 8.1.4.7, sobrestado face ação judicial.

**RECOMENDAÇÃO 005:**

(...)

A Auditoria Geral do INSS estará encaminhado os elementos solicitados no prazo estabelecido.

**RECOMENDAÇÃO 008:**

(...)

A Auditoria Geral do INSS estará solicitando ao gestor cópia dos documentos encaminhados ao TCU.

2. Informamos que a Auditoria-Geral continuará a monitorar os Acórdãos não implementados pelos gestores, conforme estabelecido em nosso fluxo de trabalho."

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

A implementação e utilização do aplicativo Controle de Demandas Externas - CONDEX, que possibilita a emissão de relatórios gerenciais de controle da situação de cumprimento às determinações emitidas pelo TCU, trouxe melhoras significativas no monitoramento dessas determinações.

Também foi verificado que houve redução no quantitativo de Acórdãos pendentes, que passou de 127 Acórdãos - segundo análise de auditoria de acompanhamento realizada em 2008 - para 30 Acórdãos pendentes no final da gestão de 2008. Houve diminuição, também, na participação do Setor de Recursos Humanos, em 2007 responsável por aproximadamente 80% dos Acórdãos, e que atualmente é responsável por 50%.

A despeito do progresso obtido quanto ao controle e cumprimento dos Acórdãos, cabe ressaltar que praticamente metade dos Acórdãos pendentes já está nessa situação há mais de 2 anos, tendo sido alvo de recomendações do Relatório de Auditoria de Gestão nº 208007/2008.

Verifica-se, ainda, que as justificativas apresentadas pela Auditoria Interna do INSS às Solicitações de Auditoria encaminhadas por este órgão de Controle Interno foram, em sua maioria, pouco esclarecedoras acerca do andamento das ações do órgão para a implementação dos Acórdãos emitidos pelo TCU.

Em resposta à S.A. 224735/004, o INSS não se manifestou sobre a ausência, no Relatório de Gestão 2008, da menção ao cumprimento de itens dos Acórdãos relacionados a seguir, para os quais recomendamos a inclusão no Relatório de Gestão: 314/2003-Plenário, itens:

9.1.3, 9.1.4, 9.1.12 e 9.1.13; 791/2004 - Plenário, itens: 9.2, 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4, 9.2.5 "d", 9.2.6, 9.2.7, 9.2.8, 9.2.9, 9.2.10, 9.2.11, 9.2.12, 9.2.13, 9.2.14 e 9.2.15, 9.3; 1566/2002 - Plenário: 8.15.1, 8.25.7.4, 8.1.4.1, 8.1.4.7, 8.2.1 e 8.2.2; 776/2005 - 1ª Câmara, item 9.2. Também não houve manifestação, no Relatório de Gestão, acerca do Acórdão 2/2005 - Plenário.

Acerca dos itens retrocitados, recomendamos que o INSS elabore Relação dos Acórdãos Cumpridos pelo INSS e anexe tal relação ao Relatório de Gestão 2008 do órgão.



Análises desta CGU acerca das respostas encaminhadas e checagens realizadas em banco de dados oficiais ratificam o entendimento de que os Acórdãos a seguir relacionados podem ser considerados implementados:

	Acórdão TCU	Item	Situação	Resposta do INSS - S.A. 224735/006	Análise da CGU
1	896/2008 - Primeira Câmara	-	pendente	Pensão suspensa no SIAPE. Processo encerrado pela SEFIP em 16/03/2009, conforme site TCU	Conforme verificação desta CGU, o pensionista foi devidamente excluído do SIAPE, de acordo com a determinação do TCU.
2	1322/2008 - Segunda Câmara	-	pendente	O Acórdão foi encerrado pela 4ª SECEX em 17.06.2008, conforme site TCU.	Foi verificado que, conforme site do TCU, houve encerramento por "cumprimento de objetivo processual" em 09/06/2008.
3	1921/2003 - Plenário	-	pendente	A Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, em 13.03.2009, encaminhou despacho a Auditoria Geral informando que respondeu ao TCU os itens do citado Acórdão as folhas 80 a 86, sendo que os mesmos foram considerados Implementados pelo órgão de controle externo, conforme documentos as folhas 170 a 189.	<b>Site TCU:</b> 06/09/2005 Ação ENCERRAMENTO DE PROCESSO Unidade detentora: SECEX-4 - 4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO Motivo: Decisão definitiva/terminativa já estabelecida Obs: ACÓRDÃO Nº 1.921/2003-TCU - PLEN.
4	791/2004 - Plenário	9.1.26.;	pendente	deixou de ser aplicável conforme informação do TCU.	Verificado que, de fato, houve alteração acerca do cumprimento do Acórdão.
5	90/2006 - 2ª Câmara	-	pendente	Acórdão pendente de resolução. A Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.	Pesquisa realizada por esta CGU no Sisben verificou que o benefício já foi suspenso.
6	107/2006 - Plenário	9.3.;	pendente	O item 9.3, relacionado pelo CGU como pendente, refere-se a aplicação de multas a ex-funcionários do INSS e determina a comprovação do recolhimento ao Tribunal. Diante do fato de estas providências ser de caráter pessoal não vislumbramos providências a serem adotadas pela Instituição, assim consideramos este Acórdão implementado.	Tendo em vista que o item de fato se refere a providência a ser adotada por ex-funcionário, considera-se o item implementado.
7	1051/2006 - 1ª Câmara	-	pendente	O Acórdão apenas determina que em todos os atos em que se verifique o pagamento de parcelas decorrentes de decisão judicial ou extensão administrativa, observe o disposto na Lei n.º 10.855/2004 e os parâmetros fixados no Acórdão 92/2005-TCU-Plenário.	Verifica-se que o Acórdão faz referência ao cumprimento dos diplomas legais referentes à carreira.
8	2525/2007 - 2ª Câmara	1.2 e 1.1	pendente	Novo ato no SISAC 1-026317-9-04-2008-000006-5 TCE instaurada pelo Tribunal de Contas da União	Conforme verificação desta CGU, o pensionista foi devidamente excluído do SIAPE, de acordo com a determinação do TCU.
9	2945/2006 - 1ª Câmara	-	pendente	Novo ato no SISAC 1-080320-3-04-2000- 00003-1	Conforme verificação desta CGU, o pensionista foi devidamente excluído do SIAPE, de acordo com a determinação do TCU.
10	3398/2008 - 1ª Câmara	-	pendente	A Gerência Executiva em Vitoria implementou novo ato no SISAC para a ex-servidora M. G. S. n.º 1-080350-5-04-2008-000040-8.	Conforme verificação desta CGU, o pensionista foi devidamente excluído do SIAPE, conforme determinação do TCU.
11	4538/2008 - 1ª Câmara	-	pendente	A Gerência Executiva em Ponta Grossa implementou novo ato no SISAC para a ex-servidora T. P. de A. n.º 1-016278-0-04-2009-000006-4.	Conforme verificação desta CGU, o pensionista foi devidamente excluído do SIAPE, de acordo com a determinação do TCU.
12	162/2006 - TCU - 2ª Câmara	-	pendente	Ato de desligamento n.º 1-060720-0-20-2008-0063339-8. Implementado	Conforme informação verificada pela CGU, o ato de desligamento já foi realizado pelo INSS. Alterar status de pendente para implementado.
13	1361/2006 - Plenário	-	sobrestado	Será retirado do sistema de controle.	Não há determinações ao INSS.
14	2089/2007 - Plenário	-	pendente	Acórdão implementado	Acórdão recomendava o conhecimento da recomendação, já tendo sido, portanto, realizado.
15	2189/2008-1ª Câmara	-	sobrestado	Acórdão implementado	Alterar status para implementado, visto tratar-se de declaração do TCU ao órgão.

	Acórdão TCU	Item	Situação	Resposta do INSS - S.A. 224735/006	Análise da CGU
16	2229/2008 - Plenário	-	sobrestado	Acórdão implementado	Alterar status para implementado, visto tratar-se de declaração do TCU ao órgão.

Da relação de Acórdãos sobre os quais discordamos acerca dos "status" pelos quais deveriam constar no Relatório de Gestão INSS, verifica-se que uma parcela pode ser considerada implementada (itens 12, 13, 14, 15 e 16 da tabela III) e outra, relacionada a seguir, deve ser considerada pendente, pelos motivos expostos:

	Acórdão TCU	Situação Atual	Verificação CGU	Resposta INSS	Recomendação CGU
1	75/2007 - 2ª Câmara	implementada	A análise do próprio gestor aponta a situação como pendente.	Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor	Solicitar alteração de status para pendente, visto que a análise do próprio gestor aponta esta situação.
2	152/2008 - 2ª Câmara	O gestor informou que o processo encontra-se sobrestado.	Em consulta ao site do TCU em 13.04.2009, foi verificado que o processo encontra-se aberto. Não foi verificado reforma da decisão, mas sim nova decisão (4.208/2008 - 2 Câmara) reiterando a primeira decisão, com novas determinações.	Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.	Em consulta ao site do TCU em 13.04.2009, foi verificado que o processo encontra-se aberto. Neste caso, é necessário que seja retirado da situação de sobrestado e passe a figurar na situação de pendente, tendo em vista que não houve reforma da decisão, mas sim nova decisão (4.208/2008 - 2 Câmara) reiterando a primeira decisão, com novas determinações.
3	1460/2006 - Plenário	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.	Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.	Alterar status para pendente, tendo em vista que não está sobrestado por ordem judicial.
4	1564/2007 - 2ª Câmara	implementada	Não foi localizado no Relatório de Gestão 2009 relatório referente ao cumprimento da determinação TCU "...informe, nas próximas contas anuais da entidade, sobre o andamento dos recursos judiciais interpostos..."	Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.	Não foi localizado no Relatório de Gestão 2008 relatório referente ao cumprimento da determinação TCU "...informe, nas próximas contas anuais da entidade, sobre o andamento dos recursos judiciais interpostos...". Incluir relatório solicitado pelo TCU no Relatório de Gestão 2008
5	1566/2002 - Plenário	Item 8.2.2 - Item ainda em implementação.	Ainda não foi concluída a determinação.	Itens do Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.	Ainda não foi concluída a determinação.
		Item 8.1.4.7 - Segundo ambos os Ofícios encaminhados, ainda adotando providências.	Não há decisão judicial que impeça o encaminhamento de todas ações do órgão, somente para algumas.	Itens do Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.	Não há decisão judicial que impeça o encaminhamento de todas ações do órgão, somente algumas. Quando estas se esgotarem com o atendimento do Acórdão, alterar o status para "sobrestado".
6	5336/2008 - 2ª Câmara	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.	Acórdão em implementação a Auditoria estará monitorando e atualizando as providências adotadas pelo gestor.	Alterar status para pendente, tendo em vista que não está sobrestado por ordem de tribunal.

	Acórdão TCU	Situação Atual	Verificação CGU	Resposta INSS	Recomendação CGU
7	2752/2006 - 1ª Câmara	sobrestado	Não há sobrestamento por ordem judicial.	Acórdão pendente de resolução a Auditoria estará monitorando as providências adotadas pelo gestor.	Alterar status para pendente, tendo em vista que não está sobrestado por ordem de tribunal.

Acerca dos itens constantes das Tabelas III e IV, a Auditoria Geral do INSS já informou a adoção das providências de forma a atender às recomendações da CGU consignadas no Relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas/2008.

Com relação aos Acórdãos considerados pendentes, cabe a recomendação de adoção de providências a fim de cumprir as recomendações do INSS e TCU e encaminhamento de cópia da documentação acerca das providências adotadas para o seu cumprimento à CGU/SFC, em 60 dias, com indicação dos gestores responsáveis pelo cumprimento dos Acórdãos da Tabela anterior e seguintes:

94/2003 - Plenário ; 314/2003 - Plenário , itens 9.1.1, 9.1.1.1, 9.1.1.2 , 9.1.2, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11; 791/2004 - Plenário, itens: 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11, 9.1.12, 9.1.13, 9.1.15, 9.1.16, 9.1.17, 9.1.20, 9.1.25, 9.1.27, 9.1.28, 9.1.33, 9.1.35; 2235/2006 - 1ª Câmara, item 1.2; 971/2007 - 2ª Câmara, item 9.3.2; 2349/2006 - Plenário; 975/2006 - 1ª Câmara; 573/2008 - Plenário; 1131/2007 - 2ª Câmara; 1342/2008 - 1ª Câmara; 1478/2007 - 2ª Câmara; 1753/2007 - 2ª Câmara; 2031/2008 - 2ª Câmara, item 1.5.1.1 e 1.5.1.2 - b); 2087/2008 - 1ª Câmara; 2124/2006 - 1ª Câmara; 2266/2007 - Plenário; 2350/2006 - Plenário, item 9.1.3 e 9.1.4 ; 2404/2006 - Plenário; 2957/2006 - 1ª Câmara, itens 1.1; 1.2 e 1.3; 3326/2007 - 2ª Câmara, item 9.3; 3580/2007 - 1ª Câmara, 4542/2008 - 1ª Câmara e Decisão 1566/2002 - Plenário, itens: 8.3.2, 8.15.1, 8.23, 8.25.7.4.

Há ainda recomendações específicas para os seguintes itens:

Acórdão TCU	Item	Situação	Resposta do INSS - S.A. 224735/006	Análise da CGU	Recomendação
306/2008 - Segunda Câmara	9.1; 9.2.; 9.3; 9.4.	Permanecem as pensões irregulares de CPF 651.138.963-49 e CPF 047.249.413-91, enquanto os demais tiveram as pensões suspensas, em obediência ao Acórdão em questão, ou encerradas.	A Gerência Executiva em Teresina encaminhou em 16.04.2009, a esta Auditoria-Geral memorando nº 176/INSS/SRH/GEXTER/PI, informando a exclusão do pagamento de benefício de pensão, conforme Ofício nº 61, de 24.03.2008, a Secretaria de Fiscalização de pessoas. Os documentos comprobatórios se encontram arquivados nesta Auditoria-Geral.	De acordo com as conferências realizadas no SIAPE pela CGU em 28.04.2009, os pensionistas apontados (CPF 651.138.963-49 e CPF 047.249.413-91) continuam a receber as respectivas pensões, com pagamentos realizados durante todo o período do ano de 2008, constando inclusive na folha de pagamentos de abril de 2009, a despeito da determinação do TCU para suspensão do benefício e informação encaminhada pela Gerência Executiva de Teresina de total cumprimento do Acórdão. Note-se, ainda, que as pensões temporárias foram suspensas, enquanto as vitalícias foram mantidas, com reversão do valor da pensão temporária para a vitalícia.	Imediato cumprimento do integral teor do Acórdão; abertura de apuração de responsabilidade acerca do descumprimento das determinações do TCU, com apuração dos prejuízos e encaminhamento das providências efetuadas a este órgão de controle interno em 45 dias, com anexação dos espelhos do SIAPE comprovando a exclusão dos pensionistas CPF 651.138.963-49 e CPF 047.249.413-91, conforme determinação TCU.

791/2004 - Plenário	9.1.18; 9.1.19; 9.1.21; 9.1.22; 9.1.23; 9.1.24; 9.1.29; 9.1.30; 9.1.31; 9.1.32; 9.1.34; 9.1.36; 9.1.37.	pendente	implementado	O gestor informa que o Acórdão já foi implementado, sem encaminhar maiores detalhes acerca da implementação.	Encaminhar cópia da comunicação feita ao TCU sobre o cumprimento do Acórdão dentro de 30 dias.
2350/2006 - Plenário	9.1.3	pendente	INSS não se manifestou	o gestor não apresentou justificativa para o não cumprimento do Acórdão na resposta à S.A. e informou, no Anexo B do Rel. de Gestão 2008, a impossibilidade de cumprimento do Acórdão pela não indicação dos números de NB's.	Que o gestor adote providências para o cumprimento do Acórdão 2350/2006 - Plenário.

Com o propósito de melhorar a ferramenta de controle CONDEX, cabe ainda recomendar que a Auditoria Geral do INSS implemente campo, no referido sistema, que indique, além do setor, o nome completo e CPF do responsável pelo cumprimento do Acórdão emitido pelo TCU.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a Auditoria Interna elabore e encaminhe a esta Secretaria, relação dos Acórdãos atendidos pelo INSS, contendo informações sobre as medidas adotadas e resultados alcançados, ainda que de forma resumida.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a Auditoria Geral do INSS implemente campo, no sistema CONDEX, que indique o nome completo e CPF do responsável pelo cumprimento do Acórdão emitido pelo TCU.

#### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Que os gestores responsáveis adotem providências a fim de cumprir as recomendações do TCU consignadas nos seguintes itens dos Acórdãos considerados pendentes de atendimento: 94/2003 - Plenário; 314/2003 - Plenário, itens 9.1.1, 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.2, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11; 791/2004 - Plenário, itens: 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11, 9.1.12, 9.1.13, 9.1.15, 9.1.16, 9.1.17, 9.1.20, 9.1.25, 9.1.27, 9.1.28, 9.1.33, 9.1.35; 2235/2006 - 1ª Câmara, item 1.2; 971/2007 - 2ª Câmara, item 9.3.2; 2349/2006 - Plenário; 975/2006 - 1ª Câmara; 573/2008 - Plenário; 1131/2007 - 2ª Câmara; 1342/2008 - 1ª Câmara; 1478/2007 - 2ª Câmara; 1753/2007 - 2ª Câmara; 2031/2008 - 2ª Câmara, item 1.5.1.1 e 1.5.1.2 - "b"; 2087/2008 - 1ª Câmara; 2124/2006 - 1ª Câmara; 2266/2007 - Plenário; 2350/2006 - Plenário, item 9.1.3 e 9.1.4; 2404/2006 - Plenário; 2957/2006 - 1ª Câmara, itens 1.1, 1.2 e 1.3; 3326/2007 - 2ª Câmara, item 9.3; 3580/2007 - 1ª Câmara, 4542/2008 - 1ª Câmara e Decisão 1566/2002 - Plenário, itens 8.3.2, 8.15.1, 8.23, 8.25.7.4.

#### **RECOMENDAÇÃO: 004**

Que a Auditoria Interna do INSS providencie o encaminhamento à CGU/SFC, de cópia da documentação acerca das providências adotadas para o cumprimento dos Acórdãos do TCU considerados pendentes, em 60 dias, com indicação dos gestores responsáveis.

#### **RECOMENDAÇÃO: 005**

Que o gestor responsável providencie o imediato cumprimento do integral teor do Acórdão 306/2008 - 2ª Câmara, com a exclusão dos pensionistas CPF 651.138.963-49 e CPF 047.249.413-91, conforme determinação do TCU, e encaminhamento dos espelhos SIAPE demonstrando a alteração realizada, a esta CGU.

#### **RECOMENDAÇÃO: 006**

Que o gestor providencie a apuração de responsabilidade acerca do descumprimento do Acórdão TCU 306/2008 - 2ª Câmara, e, encaminhamento dos resultados a este órgão de controle interno em 45 dias.

#### **RECOMENDAÇÃO: 007**

Que a Auditoria Interna encaminhe cópia da comunicação feita ao TCU sobre o cumprimento do Acórdão 791/2004 - Plenário à CGU/SF, dentro de 30 dias.

### **7.2 CONTROLES INTERNOS**

#### **7.2.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

##### **7.2.1.1 INFORMAÇÃO: (003)**

Com o objetivo de avaliar a atuação da unidade de Auditoria Interna do INSS no período em escopo, foram realizadas análises relativas aos itens constantes do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) 2008.

Foi verificado que a Auditoria Interna, ao longo de 2008, emitiu o seguinte quantitativo de recomendações, como resultado de seus relatórios:

Tabela - Recomendações de Auditoria emitidas em 2008

AUDITORIA	EMITIDAS	IMPLEMENTADAS	EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO*
FLORIANÓPOLIS	507	449	58
SÃO PAULO	198	198	0
RIO DE JANEIRO	201	93	108
SALVADOR	91	62	29
BELO HORIZONTE	305	262	43
RECIFE	266	186	80
BRASÍLIA	166	138	28
MANAUS	34	14	20
AUDITORIA-GERAL	350	63	287
<b>TOTAL</b>	<b>2118</b>	<b>1465</b>	<b>653</b>

\* As recomendações nesse status estão dentro do prazo estabelecido para implementação.

Fonte: Raint 2008 - INSS

A partir das informações acerca das ações da Auditoria Interna disponibilizadas no CD RAINTE 2008, foi solicitado que a mesma encaminhasse as providências adotadas pelos gestores das unidades auditadas em relação às recomendações realizadas em 2008.

A Auditoria Interna encaminhou informações sobre 121 auditorias realizadas, onde foi averiguado que 34 (28%) tiveram todas as recomendações implementadas; 36 (30%) encontram-se dentro do prazo de implementação; 23 (19%) encontram-se apenas parcialmente implementadas e 27 (22%) das recomendações/notas emitidas em 2008 não foram implementadas, totalizando 120 recomendações com "status" informado, (1 recomendação - Ação 2604/Recife - não trouxe informações sobre o "status" de implementação).

Acerca do cumprimento das metas estabelecidas, a partir da análise do RAINTE 2008 verificamos que, dos 22 Programas de Auditoria previstos no

Plano de Ações de Auditoria Interna (PAINT)-2008, 16 (73%) foram concluídos e 6 (27%) estão em conclusão.

Da análise dos dados obtidos verificamos uma efetiva atuação da Auditoria Interna do INSS, com cumprimento próximo a 100% das metas estabelecidas e um razoável percentual de implementação das recomendações efetuadas durante a gestão, com possibilidade de melhora a partir de atuação mais intensa da Unidade sobre os responsáveis pelo cumprimento das recomendações.

Tendo em vista tais informações, cabe recomendar que a Auditoria Interna reitere o teor das recomendações não implementadas e/ou parcialmente implementadas, salientando aos gestores do INSS acerca da possibilidade de responsabilização dos mesmos em caso de omissão no atendimento. Recomenda-se, ainda, que seja encaminhado, dentro de 90 dias, nova planilha da situação sobre a implementação das recomendações ainda pendentes (parcialmente implementadas/não implementadas) a esta CGU, com a identificação do gestor responsável pela implementação, prazo de implementação concedido e cópia de comprovantes das providências adotadas para implementação, se for o caso.

#### 7.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (088)

INTEMPESTIVIDADE NA APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS ENCAMINHADAS À AUDITORIA INTERNA DO INSS

No exercício de 2008 foram encaminhados ao INSS, para conhecimento pela Auditoria Interna do órgão e adoção das providências cabíveis, os Ofícios a seguir relacionados, contemplando o rol de denúncias encaminhadas a esta CGU, quais sejam:

N.º	Ofício CGU	Assunto
1	N.º 15.535, de 20/5/2008	Possível descumprimento de carga horária de trabalho por médicos-peritos do INSS, pertencentes à IV Região (BA, CE, PE, RN, SE, PB e AL), causando transtornos aos segurados, com provável prejuízo ao erário.
2	N.º 100, de 06/01/2009	Solicita informações à Diretoria de Benefícios do INSS sobre o resultado das providências adotadas no intuito de regularizar a divergência entre as informações constantes do SISOBI e o registro no Relatório de Fiscalização nº 1059/2007, especificamente no que se refere à ocorrência de duplicidade do Termo nº 35.477 na base de dados do SISOBI e a falta, por parte do Cartório, do envio do registro do Termo nº 35.567 ao INSS.
3	N.º 27.472, de 28/8/2008	Comunica trâmite de denúncia nesta Cgu sobre a ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito da APS Bangu/RJ, e solicita providências no sentido de realizar inspeção na referida Agência para apuração dos fatos denunciados.
4	Nº 38.770, de 1º/12/2008	Solicita à Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios do INSS informar quais as providências adotadas no sentido de apurar os responsáveis envolvidos na concessão irregular da aposentadoria por tempo de contribuição n.º 42/082.961.451-6, bem como o resultado da citada apuração no que se refere à punição dos responsáveis envolvidos e ao ressarcimento ao erário dos prejuízos causados aos cofres públicos.
5	N.º 21.371, de 07/07/2008	Encaminhado ao Gerente-Executivo do INSS em Caruaru/PE, reiterando os termos do Ofício n.º 4.735, de 27/02/2008, relativamente ao encaminhamento de cópia do ato de nomeação do servidor Márcio Alexsandro dos Santos Veloso, como substituto do servidor Marcos Antônio Feitosa Filho, no período de março a agosto de 2007.
6	N.º 25.332, de 12/8/2008	Solicita à AUDGER do INSS que acompanhe a mantenha a DPPAS informada sobre o resultado das ações implementadas para a recuperação ou desfazimento do patrimônio relacionado no Ofício nº 120/INSS/AUDGER, de 14/7/2008, bem como se desse procedimento decorreu algum dano ao erário, para fins de posterior reparação pelo responsável. Por meio do Ofício n.º 278/INSS/AUDGER, de 14/11/2008, foi informado que a Gerência Executiva Vitória informou que o processo formalizado para recuperação e manutenção dos veículos resultou infrutífero, considerando que não acudiram interessados e, quanto ao desfazimento, Processo de Alienação n.º 35059.0001573/2007-44, foi analisado e aprovado pela Seção de Matéria Administrativa da área jurídica, entretanto foi necessária sua paralisação, face aos impedimentos ocasionados pelo período eleitoral. Informar andamento.
7	N.º 27.233, de 27/8/2008	Solicita à AUDGER que comunique a esta SFC os resultados do monitoramento do desfecho da abertura de procedimento disciplinar para apuração de denúncia

N.º	Ofício CGU	Assunto
		de supostas irregularidades na Gerência Executiva São Paulo Sul, no que tange ao ressarcimento de valores pagos indevidamente aos servidores no exercício de funções comissionadas e função gratificada nas APS Capela do Socorro e Cidade Ademar. Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 220873-01, de 10/11/2008, desta DPPAS, a AUDGER informou que os autos do processo retornaram àquela Auditoria-Geral em 31/10/2008, encontrando-se sob análise da Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna para emissão de parecer quanto aos questionamentos, e que tão logo obtivesse os resultados, informaria a esta SFC.
8	N.º 34.866, de 31/10/2008	Encaminha à Presidência do INSS planilhas elaboradas pela APE/MPS contendo os benefícios concedidos na esfera da APS em Camocim/CE, no período de 1999 a 2002, objeto de suspeição, e solicita providências no sentido de proceder à revisão dos processos nelas indicados, bem como manter esta DP informada sobre os resultados alcançados decorrentes das medidas adotadas para saneamento dos casos irregulares eventualmente apurados.
9	N.º 28.467, de 30/8/2007, reiterado pelo e-mail de 8/7/2008	Solicita à Gerência-Executiva do INSS em São Paulo Norte encaminhar a esta Secretaria informações sobre as providências adotadas para recuperação dos valores pagos indevidamente após o óbito da Sra. Maria Sturaro Raisaro, falecida no final de 2001. Por meio do Ofício n.º 136/2007/21.002/Gerência Executiva São Paulo Norte, de 12/9/2007, aquela Unidade informou que para esclarecimento da denúncia seria necessária verificação junto à APS São Paulo - Água Branca, e em seguida retornaria com as informações obtidas.
10	N.º 36.112, de 11/11/2008	Solicita à AUDGER apuração de supostas irregularidades na concessão de auxílio-transporte a servidora lotada na APS em Itaperuna/RJ.
11	N.º 31.133, de 30/9/2008	Solicita à AUDGER que mantenha esta SFC informada sobre o desfecho dos trabalhos para apuração dos fatos relacionados à denúncia sobre supostas irregularidades na concessão de aposentadoria a servidora do município de Colombo/PR, com indicação das providências que vierem a ser adotadas para a reparação de eventual dano ao erário. Por meio do Ofício n.º 25/INSS/AUDGER, de 5/2/2009, a Auditoria-Geral do INSS encaminhou Relatório do Monitoramento Operacional da Gerência Executiva Curitiba/PR, de 29/1/2009, informando os procedimentos adotados visando à autenticidade dos vínculos computados em CTC. Na oportunidade, informou que realizará o acompanhamento até a conclusão total das apurações e/ou medidas administrativas que decorrem da mesma.
12	N.º 5.648, de 27/2/2007, reiterado pelo e-mail de 8/7/2008	Solicita à Presidência do INSS providências no sentido de encaminhar a esta SFC informações sobre o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pela senhora Adriana Chaves Echeverri, objeto da apuração de denúncia de recebimento indevido de benefício após o óbito da beneficiária Benedita Chaves Echeverri - NB 32/050.528.963-6.
13	N.º 25.103, de 11/8/2008, reiterado pelo de n.º 31.431, de 02/10/2008	Solicita ao Gerente-Executivo do INSS em Fortaleza informações sobre os resultados dos trabalhos de apuração da denúncia de n.º 1962, que trata de supostas irregularidades no processo de concessão de aposentadorias ocorridas no âmbito da APS de Redenção/CE, bem como as providências adotadas pela referida Agência com vistas à reparação de eventual dano causado ao erário em decorrência dos fatos questionados e sobre a aplicação das penalidades administrativas cabíveis aos servidores identificados como responsáveis pelas ocorrências.
14	N.º 30.898, de 26/9/2008	Encaminha à Presidência o Relatório de Auditoria nº 217050, de 23/9/2008, que trata do resultado dos trabalhos desenvolvidos no INSS no período de 10 a 19/9/2008 diante da Representação formulada pelo Ministério Público Federal por meio do Ofício PR/RJ/GAB/MAR nº 400/2008, sobre possíveis irregularidades ocorridas em procedimentos de cancelamento de aposentadorias por invalidez por solicitação do beneficiário, onde foi verificada a necessidade de implementação de sistemática de priorização das perícias médicas nesses casos. Na oportunidade, solicita providências para o atendimento à recomendação citada, descrita no item 3.1.1.5 do Relatório, informando o resultado das medidas adotadas com tal finalidade.

#### CAUSA:

Falhas nos controles internos administrativos.

#### MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

O gestor encaminhou, por meio do Ofício nº 410/INSS/GABPRE, de 15.05.2009, as seguintes respostas:

Nº	Ofício CGU	Resposta do Gestor
1	N.º 15.535, de 20/5/2008	A Auditoria Regional em Recife iniciou ação no exercício de 2008, encaminhado relatório prévio. A partir dos elementos descritos no Relatório a Auditoria Geral solicitou a ampliação da ação sugerindo novas avaliações. A ação está em andamento sobre conforme registro em nosso sistema de controle - número 2969.
2	N.º 100, de 06/01/2009	O gestor não se manifestou.
3	N.º 27.472, de 28/8/2008	A Auditoria Regional no Rio de Janeiro, deflagrou ação de auditoria e constatou que a Agência da Previdência Social em Bangu/RJ estava instalada em 2 imóveis locados de terceiros, através do Processo nº 35301.007980/1995-00, situados na Rua Coronel Tamarindo nº 1920 e nº 1930,

Nº	Ofício CGU	Resposta do Gestor
		em Bangu - Rio de Janeiro, contratos de locação no período de 01/04/1996 a 30/30/2001, reformada e adaptada ao padrão PMA - Programa de Melhoria de Atendimento pelo Proc. Nº 35000.001745/2000-24, no valor de R\$ 140.787,96. A Agência foi desativada no início de 2003, por decisão do Gerente Executivo à época. O atendimento a clientela foi transferido para a APS - Agência da Previdência Social em Padre Miguel/RJ, localizada em prédio próprio do INSS, com área de aproximadamente 1.000m2. A APS Padre Miguel, foi reformada e adaptada ao PMA no exercício 2000/2001 - Proc. Nº 35588.002082/2000-02. Estando em funcionamento e não identificados qualquer documento que confirme a denúncia de encerramento de suas atividades. Em referência ao prédio não concluído - "esqueleto", localiza-se na Rua Marechal Marciano s/nº em Padre Miguel. A obra foi iniciada pelo antigo INAMPS, objetivando um hospital na área para atendimento à população da Zona Oeste, no início da década de 70. Não identificamos, para este exercício, proposta de alienação do imóvel - PND/2009. Assim, concluímos que não existem indícios de irregularidades que possibilitassem o aprofundamento a análise da denúncia.
4	Nº 38.770, de 1º/12/2008	O gestor não se manifestou.
5	Nº 21.371, de 07/07/2008	O gestor não se manifestou.
6	Nº 25.332, de 12/8/2008	A Auditoria Regional em Belo Horizonte, tem acompanhado junto à GEX Vitória as providências adotadas para regularização dos fatos denunciados. Em atualização as informações anteriores repassadas, informamos: O Processo nº 35059.001302/2007-99 Alienação de Veículos foi concluído em 03/09/2008, sendo alienados os veículos de Placas MRF5761, MPI1251, MPI1261 e MPI1921, conforme documento encaminhado pela GEX Vitória. O Processo nº 35059.000330/2006-16, referente a contratação de serviços para revisão e manutenção dos veículos, não teve prosseguimento, face a ausência de interessados. A Gerência Executiva informou que está constituindo processo de alienação, em fase de revisão dos bens. O Furgão Iveco, placa JFP1302 - veículo para o Prevmóvel - foi revisado e está em funcionamento. A Auditoria Regional continuará o monitoramento até o saneamento de todos os fatos denunciados.
7	Nº 27.233, de 27/8/2008	A Corregedoria Regional do INSS informou que instaurou Sindicância Administrativa sob o número 35664.000167/2009-98, já encerrada e aguardando julgamento naquela Regional.
8	Nº 34.866, de 31/10/2008	O gestor não se manifestou.
9	Nº 28.467, de 30/8/2007, reiterado pelo e-mail de 8/7/2008	O gestor não se manifestou.
10	Nº 36.112, de 11/11/2008	A Auditoria Regional no Rio de Janeiro, apurou que a servidora (*) matrícula 0911.384, com lotação atual na Receita Federal do Brasil, recebeu indevidamente o total de R\$ 22.680,68 (Vinte e dois mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos) entre outubro de 2005 a maio de 2008, face não atualização do endereço no SIAPE-Sistema de Administração de Pessoal, contrariando os atos normativos instituídos pela Diretoria de Recursos Humanos e gerando pagamentos irregulares na concessão de auxílio-transporte. Auditoria Regional emitiu ofício de nº 128/INSS/AUDRJ à Receita Federal do Brasil. Em resposta recebemos o Ofício nº 453/2008/SRRF07/DIGEP/Benefício informando sobre a formalização de processo de reposição ao erário sobre o nº 15.528.000282/2008-39 para efetivação dos descontos de R\$ 26.289,13 (Vinte seis mil duzentos e oitenta e nove reais e treze centavos) referentes a valores apurados pela área de Recursos Humanos do INSS e pela Digep/SRRF07RF. Ainda em 12/03/2009 a Digep através do Ofício nº 81/2009 certifica que implementou o desconto no sistema SIAPE, resultando no desconto mensal de 404,09 (quatrocentos e quatro reais e nove centavos).
11	Nº 31.133, de 30/9/2008	A Gerência Executiva em Curitiba informou que o Monitoramento Operacional está promovendo a revisão da Certidão de Tempo de Serviço - CTS, aplicando os procedimentos contidos no artigo 442 da IN 20/2007.
12	Nº 5.648, de 27/2/2007, reiterado pelo e-mail de 8/7/2008	O gestor não se manifestou.
13	Nº 25.103, de 11/8/2008, reiterado pelo de nº 31.431, de 02/10/2008	A Gerência Executiva de Fortaleza informou que o Serviço de Monitoramento Operacional selecionou uma amostra preliminar de sessenta processos de Benefícios das espécies 41 (Aposentadoria por Idade Rural) e 80 (Salário Maternidade Rural) habilitados/despachados nos anos de 2006, 2007 e 2008, e todos serão analisados para constatação de possíveis indícios de irregularidades. O trabalho encontra-se na fase de diligência nos órgãos públicos dos municípios de Redenção, Barreira e Acarape. Além disso, foram emitidas pesquisas nos sindicatos rurais a fim de verificar a qualidade e confiabilidade das fichas cadastrais dos filiados, que fazem parte da



Nº	Ofício CGU	Resposta do Gestor
		amostra de processos a serem analisados. Este trabalho ficou sobrestado em razão da falta de pessoal especializado em análise e falta de recursos no início de 2009, além de outras demandas urgentes de apuração.
14	Nº 30.898, de 26/9/2008	O gestor não se manifestou.

#### ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A partir das informações encaminhadas pela Auditoria Geral do INSS, tecemos as seguintes análises:

Nº	Ofício CGU	Análise da CGU
1	Nº 15.535, de 20/5/2008	O gestor adotou as providências cabíveis.
2	Nº 100, de 06/01/2009	É necessário que o gestor encaminhe as informações sobre as providências adotadas até o momento para o caso.
3	Nº 27.472, de 28/8/2008	A despeito do gestor ter adotado as providências a fim de verificar o teor da denúncia, no andamento dos trabalhos foram verificadas situações com indícios de irregularidade (realização de reforma, por parte do INSS, em imóveis de terceiros) que não foram apuradas pela equipe de auditoria. Dessa maneira, cabe recomendar que seja realizado trabalho de apuração sobre a reforma citada (Proc. nº 35000.001745/2000-24), com vistas a verificar se os gastos da reforma resultaram em prejuízo para a Administração Pública, com a não observância do princípio da economicidade, tendo em vista mudança de endereço realizada em período próximo ao fim da reforma.
4	Nº 38.770, de 1º/12/2008	É necessário que o gestor encaminhe as providências adotadas até o momento.
5	Nº 21.371, de 07/07/2008	É necessário que o gestor encaminhe as providências adotadas até o momento.
6	Nº 25.332, de 12/8/2008	Os trabalhos do gestor estão em andamento. Recomendamos que o gestor encaminhe o resultado dos trabalhos a esta CGU;
7	Nº 27.233, de 27/8/2008	Os trabalhos de apuração de responsabilidade iniciados pelo gestor estão em andamento. Recomendamos que o gestor encaminhe o resultado dos trabalhos a esta CGU.
8	Nº 34.866, de 31/10/2008	É necessário que o gestor encaminhe as providências adotadas até o momento.
9	Nº 28.467, de 30/8/2007, reiterado pelo e-mail de 8/7/2008	É necessário que o gestor encaminhe as providências adotadas até o momento.
10	Nº 36.112, de 11/11/2008	Atendido
11	Nº 31.133, de 30/9/2008	Os trabalhos do gestor estão em andamento. Recomendamos que o gestor encaminhe o resultado dos trabalhos a esta CGU
12	Nº 5.648, de 27/2/2007, reiterado pelo e-mail de 8/7/2008	É necessário que o gestor encaminhe as providências adotadas até o momento.
13	Nº 25.103, de 11/8/2008, reiterado pelo de nº 31.431, de 02/10/2008	O trabalho de apuração das irregularidades está sobrestado. Recomendamos ao INSS que priorize as ações relativas à denúncia encaminhada, em razão da possibilidade de danos ao erário
14	Nº 30.898, de 26/9/2008	É necessário que o gestor encaminhe as providências adotadas até o momento.

#### RECOMENDAÇÃO: 001

Adotar mecanismos de controle que permitam o atendimento tempestivo das solicitações formuladas e informar as providências adotadas relativamente aos casos de que tratam os Ofícios nºs 100/2009, 38.770/2008, 21.371/2008, 34.866/2008, 28.467/2007, 5.648/2007 e 30.898/2008 (Itens 2, 4, 5, 8, 9, 12 e 14, respectivamente, da Tabela I).

#### RECOMENDAÇÃO: 002

Realizar trabalho de apuração sobre a reforma citada no Ofício 410/INSS/GABPRE (Proc. nº 35000.001745/2000-24), em resposta ao Ofício nº 27.472/2008 desta CGU, com vistas a verificar se referidos gastos resultaram em prejuízo para o Instituto, em função de não

observância aos princípios que regem a Administração Pública, com encaminhamento dos resultados alcançados a esta CGU, contendo informações sobre as medidas adotadas para apuração de responsabilidades, se for o caso.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Que o gestor encaminhe o resultado dos trabalhos a esta CGU das apurações das denúncias relativas aos Ofícios n°s 25.332/2008, 27.233/2008 e 31.133/2008.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Que sejam priorizadas as ações relativas à denúncia contida no Ofício n°s 25.103/2008 (reiterado pelo Of. N° 31.431/2008), em razão da possibilidade de danos ao erário.

**7.2.2 ASSUNTO - AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS**

**7.2.2.1 INFORMAÇÃO: (004)**

Trata-se da análise do Processo n° 35000.000382/2009-01, referente à Prestação de Contas do INSS - exercício 2008, quanto à formalização legal.

Dessa análise foi constatada a tempestividade na entrega do processo de contas e a integralidade das peças, informações e conteúdos obrigatórios exigidos.